

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**OS INTELLECTUAIS NO *ESTADO NOVO* (1937 - 1945).
A TRAJETÓRIA DE PAULO DE FIGUEIREDO E AS
REVISTAS *CULTURA POLÍTICA* E *OESTE*.**

MARIANA DE CASTRO SCHWAB

**GOIÂNIA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**OS INTELLECTUAIS NO *ESTADO NOVO* (1937 - 1945).
A TRAJETÓRIA DE PAULO DE FIGUEIREDO E AS
REVISTAS *CULTURA POLÍTICA* E *OESTE*.**

MARIANA DE CASTRO SCHWAB

**GOIÂNIA
2010**

MARIANA DE CASTRO SCHWAB

**OS INTELECTUAIS NO *ESTADO NOVO* (1937 - 1945).
A TRAJETÓRIA DE PAULO DE FIGUEIREDO E AS
REVISTAS *CULTURA POLÍTICA* E *OESTE*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

**GOIÂNIA
2010**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

S291i Schwab, Mariana de Castro.
Os intelectuais no Estado Novo (1937-1945) : a trajetória de Paulo Figueiredo e as Revistas *Cultura Política* e *Oeste* [manuscrito] / Mariana de Castro Schwab. - 2010.
xv, 119 f.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.
Bibliografia.

1. Estado Novo. 2. Figueiredo, Paulo. 3. Revista *Cultura Política*. 4. Revista *Oeste*. I. Título.

CDU: 94(81).082/.083

MARIANA DE CASTRO SCHWAB

Os Intelectuais no *Estado Novo* (1937 - 1945). A trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas *Cultura Política* e *Oeste*.

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado,
da
Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, aprovada em ____ de ____
de _____ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professor Doutor João Alberto da Costa Pinto/ UFG

Presidente

Professor Doutor David Maciel/ UFG

Examinador

Professor Doutor Fábio Maza/ UFS

Examinador

Professor Doutor Élio Cantalício Serpa/ UFG

Suplente

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa de mestrado foi realizada graças à transposição de vários obstáculos, por isso minha gratidão se estende a muitas pessoas. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor João Alberto da Costa Pinto pela compreensão e apoio, pelas críticas enriquecedoras e a disposição em ajudar sempre. Serei eternamente grata a minha família, que além do amor e da confiança depositados em mim, me apoiou financeiramente durante estes dois anos, investimento sem o qual, teria sido impossível realizar esta pesquisa. Sou grata ao Professor Doutor David Maciel, que integra a banca de defesa desta dissertação e acompanha meus estudos desde o Ensino Médio, participando de diversos momentos relevantes na minha formação acadêmica com intervenções de muito valor. Agradeço a disposição do Professor Doutor Fábio Maza em compor a banca de defesa desta dissertação. Agradeço aos amigos, em especial Rafael da Costa Campos, Alice Maria de Souza e João Paulo Aprígio Moreira, pelo incentivo intelectual e apoio emocional. Aos colegas, amigos e alunos da UEG de Uruaçu, sou grata pela compreensão e pela participação no meu enriquecimento intelectual. Agradeço também ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC), órgão da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás sob a coordenação do Professor Doutor João Alberto da Costa Pinto, pelas discussões e apontamentos fundamentais para a condução desta pesquisa. Gostaria de agradecer também o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e o seu corpo docente e técnico, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro, ainda que tardio mas de grande valia.

RESUMO

OS INTELLECTUAIS NO *ESTADO NOVO* (1937 - 1945). A TRAJETÓRIA DE PAULO DE FIGUEIREDO E AS REVISTAS *CULTURA POLÍTICA* E *OESTE*.

Nosso objetivo geral nesta dissertação é o de desenvolver uma análise – com base em alguns estudos de caso – sobre como era procedida a formulação e a divulgação ideológica de um dos momentos fundamentais da História do Brasil: o Estado Novo (1937 – 1945). O desenvolvimento historiográfico deste objetivo se efetivará por meio de uma análise das práticas institucionais do centro do poder (Estado Nacional) com o poder público regional do Estado de Goiás, práticas essas percebidas através das revistas *Cultura Política* (Rio de Janeiro) e *Oeste* (Goiânia) e mediadas com ênfase num estudo de trajetória intelectual em particular centrado na ação institucional de Paulo Augusto de Figueiredo. Através da trajetória de Paulo de Figueiredo perceberemos como historicamente foram organizadas as conexões ideológicas entre a capital federal e o centro do país no processo de consolidação do Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo, Paulo Figueiredo, Revista *Oeste*, Revista *Cultura Política*

ABSTRACT

INTELLECTUALS IN THE *NEW STATE* (1937 - 1945). The PATH OF PAULO DE FIGUEIREDO AND *CULTURA POLÍTICA* AND *OESTE* JOURNALS.

Our overall aim in this dissertation is to develop an analysis – based on some case studies – on how was proceeded the formulation and dissemination of the ideology of a key moment of the history of Brazil: the New State (1937 - 1945). The historiographical development of this objective will be effected through an analysis of institutional practices from the center of power (National State) to the regional government of the State of Goiás, practices perceived through the journals *Cultura Política* (Rio de Janeiro) and *Oeste* (Goiânia) and mediated with emphasis on a study of intellectual history focusing on institutional action of Paulo Augusto de Figueiredo. Through the path of Paulo de Figueiredo we historically realize how ideological connections between the federal capital and the center of the country have been organized in the process of consolidation of the New State.

Keywords: New State, Paulo Figueiredo, *Oeste* Journal, *Cultura Política* Journal.

SUMÁRIO

Apresentação	09
1. Aspectos gerais da relação entre os intelectuais e o Estado Novo	12
1.1. Os intelectuais e o Estado Novo	21
1.2. Revista <i>Cultura Política</i>	36
2. A Revista <i>Oeste</i> e a produção de bens simbólicos em Goiás durante o Estado Novo	42
3. A trajetória intelectual – institucional de Paulo Figueiredo na Revista <i>Oeste</i> e na Revista <i>Cultura Política</i>	76
Considerações finais	113
Referências bibliográficas	116

APRESENTAÇÃO

Nosso objetivo geral nesta dissertação é o de desenvolver uma análise – com base em alguns estudos de caso – sobre como era procedida a formulação e a divulgação ideológica de um dos momentos fundamentais da História do Brasil: o Estado Novo (1937 – 1945). O desenvolvimento historiográfico deste objetivo se efetivará por meio de uma análise das práticas institucionais do centro do poder (Estado Nacional) com o poder público regional do Estado de Goiás, práticas essas percebidas através das revistas *Cultura Política* (Rio de Janeiro) e *Oeste* (Goiânia) e mediadas com ênfase num estudo de trajetória intelectual em particular centrado na ação institucional de Paulo Augusto de Figueiredo. Através da trajetória de Paulo de Figueiredo perceberemos como historicamente foram organizadas as conexões ideológicas entre a capital federal e o centro do país no processo de consolidação do Estado Novo.

A interiorização do Estado Novo será vista por um aspecto diferenciado, pois, ao contrário dos trabalhos que restringem este movimento à *Marcha para o Oeste*, este trabalho tratará da “entrada” do Estado Novo no interior do Brasil através das idéias. Não diminuimos, no entanto, a importância das ações do Estado inseridas no contexto da Marcha para o Oeste, mesmo porque, de um modo mais geral, as ações que compreendem a obra intelectual e a *Marcha* são práticas de um mesmo projeto de Estado.

Neste sentido, esta dissertação se estrutura em três capítulos, que percorrem a pesquisa partindo do contexto e chegando ao objeto central da mesma: a análise do pensamento político de Paulo de Figueiredo.

O primeiro capítulo, intitulado “Aspectos gerais da relação entre os intelectuais e o Estado Novo” possui um caráter mais amplo, e se inicia com o contexto político geral do período, englobando os antecedentes do Estado Novo, como as transformações ocorridas na década de 1920, no âmbito político, cultural e econômico, assim como a Revolução de 1930, e as mudanças acarretadas por este acontecimento, e desta forma, o governo Vargas que vai até 1945. Neste espaço de 1930 a 1945 apresentaremos as características fundamentais do Estado e de suas instituições, direcionadas para o tema central da dissertação, por isso daremos relevância a certas características em detrimento de outras.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, elaboramos um quadro geral das características fundamentais dos intelectuais e sua relação com o Estado Novo, especificando seus modos de interpretar e conceituar o Estado, assim como o modo que se posicionavam na dinâmica do Estado e como este se apropriou de determinadas idéias desses teóricos. Desta maneira, traçamos os principais aspectos das obras de dois intelectuais de grande importância no período, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. E, como forma de corroborar o feito da atuação dos intelectuais, destacamos um espaço de produção do discurso autoritário no plano nacional de grande relevância teórica: a revista *Cultura Política*.

A aproximação entre os intelectuais e o Estado foi imprescindível para a estrutura ideológica do regime de Vargas, justificando e formulando o aparato de idéias e direções da doutrina do Estado em vigor. Os intelectuais, denominando-se de elite dirigente, colocavam-se como intérpretes do povo e da Nação, com a missão de dirigir os menos esclarecidos, sendo esta a visão que faziam de si mesmos, devido à capacidade que possuíam de diagnosticar a realidade brasileira e propor solução aos seus problemas.

O segundo capítulo, “A Revista *Oeste* e a produção de bens simbólicos em Goiás durante o Estado Novo”, analisa de forma pormenorizada a publicação oficial goiana entre 1942 e 1944, em que são traçadas as relações entre os intelectuais no campo da revista, e como esta teve seu caráter literário transformado em caráter político ideológico, com forte teor propagandístico do Estado Novo. Neste sentido, o foco se estabelece nos artigos que se referem à política, presentes em quantidade significativa em todos os números. Além disso, é caracterizada a configuração política de Goiás, tanto no que diz respeito a chega de Pedro Ludovico ao poder, como durante o Estado Novo. Neste capítulo procuraremos demonstrar o papel da revista *Oeste* de divulgação da ideologia estadonovista em Goiás, e da própria produção de ideologia em função do governo de Pedro Ludovico. É necessário destacar também que a publicação era um dos meios de articulação político-intelectual de Paulo Figueiredo.

Após a análise do campo intelectual de atuação de Paulo Figueiredo, a revista *Cultura Política* em nível nacional e a *Oeste* em nível regional, o terceiro capítulo, intitulado “A trajetória intelectual – institucional de Paulo Figueiredo na Revista *Oeste* e na Revista *Cultura Política*”, dando continuidade ao segundo capítulo, é

destacada a trajetória de Paulo Augusto de Figueiredo, um importante articulista do Estado Novo em Goiás, de grande influência na revista *Oeste* e na própria administração do estado, e colaborador da revista *Cultura Política*. É feita uma análise de sua biografia e de sua obra correspondente ao período estadonovista, além de suas relações institucionais.

Paulo Augusto de Figueiredo se formou em Direito, e alcançou importantes posições durante a década de 1940. Natural do Rio de Janeiro chegou a Goiânia em 1938 em busca de novas oportunidades na cidade que nascia. Bem relacionado, logo se aproximou do Interventor do estado. As opiniões divergem a respeito de sua pessoa, mas é inegável que sua trajetória marcou a política e a cultura em Goiás no período do Estado Novo.

A dissertação se desenvolverá, assim, através dos aspectos relacionados sinteticamente acima. A pesquisa se efetivou através da análise historiográfica a respeito do período, utilizando como aparato teórico a noção de campo intelectual de BOURDIEU (2002) e de visão de mundo de Lucien GOLDMANN (1979). As fontes analisadas foram as reproduções *fac-símile* impressas (1983) e digital (2001) da revista *Oeste* e os artigos de Paulo Figueiredo publicados nas revistas *Oeste* e *Cultura Política* na década de 1940, e republicados em livro de 1984 pela editora do Senado Federal. Há poucas referências sobre a revista Paulo Figueiredo e a *Oeste*, desta forma, esperamos contribuir com nossas análises para a História deste período de tantas transformações no Estado de Goiás.

CAPÍTULO I

Aspectos gerais da relação entre os intelectuais e o Estado Novo

Neste capítulo faremos uma análise do Estado Novo, seu contexto político, incluindo o período que o antecedeu, destacando a participação dos intelectuais no projeto de Estado que se instaurou em 1937. Daremos ênfase aos chamados intelectuais autoritários, procurando nortear os principais aspectos teóricos destes pensadores e analisando um de seus principais espaços de produção, a revista *Cultura Política*.

O Estado Novo era constantemente colocado em contraposição à Primeira República, principalmente no que diz respeito ao liberalismo político característico do período de 1889 a 1930, responsabilizado por diversos problemas do Brasil. Dentre os problemas listados pelos estudiosos da década de 1930 estavam a desagregação nacional, a falta de adequação do regime político à realidade nacional devido à cópia de modelos estrangeiros, o abandono do interior do Brasil, o sistema eleitoral fraudulento. O Estado Novo, que teve seu processo iniciado com a Revolução de 1930, resolveria todos esses problemas na visão dos intelectuais e traria o progresso ao país.

Para que fique mais clara a contraposição entre o Estado Novo e a Primeira República, faremos um esboço da estrutura política do período que se iniciou com a Proclamação da República e culminou na Revolução de 1930. A Constituição de 1891 estabeleceu a forma federativa de governo, concedendo certa autonomia aos estados, representada nos direitos de contrair empréstimos no exterior e decretar impostos de exportação sem a intervenção do governo federal, reger-se pelas suas próprias constituições, formar corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários, sendo que estes direitos dos estados faziam parte da seção intocável da Constituição.

A Constituição apenas institucionalizou a situação de desigualdade já existente entre os estados. Pois como afirma SOUZA (1980, p.164), o Brasil apresentava-se como um “ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada um dos embalos da demanda externa para a

determinação do seu peso e importância na economia do país”. O estabelecimento da forma federativa de governo justifica-se, de acordo com SOUZA (*idem*), pelo atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira da região Centro-Sul do país, colocando-se o movimento republicano como representante dos interesses dos grupos cafeeiros.

A democracia liberal apregoada na Primeira República restringia-se aos interesses de determinados grupos, mais especificamente à oligarquia cafeeira. O próprio surgimento do liberalismo no Brasil, ainda durante o Império, é marcado por um caráter altamente excludente, pois mesmo abandonando o estatuto de colônia, a permanência da escravidão implicava na existência de uma desigualdade básica na sociedade, incompatível com o ideário liberal de uma igualdade natural e, conseqüentemente, de um mercado livre para a força de trabalho. Entretanto, a mercantilização intensiva e extensiva da sociedade, dependente da cidadania irrestrita e do trabalho livre, será uma obra fruto da práxis liberal, representando o *ethos* burguês e dos novos estratos urbanos da sociedade civil contra o chamado Estado Patrimonial (VIANNA, 1976, p. 96-97).

O liberalismo da Primeira República não excluía apenas os novos setores em ascensão, ainda de baixa significação social, mas a concepção do seu federalismo também estava presidida pela idéia do privilégio e da exclusão. Todavia, era crescente a insatisfação dos grupos dissidentes, aderindo à contestação vinda do movimento operário, ou dos movimentos civilistas das camadas médias urbanas. De acordo com os interesses dos grupos de oposição, ao federalismo excludente e hierárquico deveria suceder um sistema de consulta ampliado aos diferentes estados, assim como ao liberalismo formal e privilegiador deveria suceder um sistema político aberto aos setores médios emergentes (VIANNA, 1976, p.102-103).

Outro aspecto da Constituição de 1891 é a abertura da participação no processo político eleitoral a um grande contingente antes marginalizado, havendo, assim, uma ampliação do sistema representativo. Entretanto, o sistema eleitoral dava margem a diversas fraudes, devido ao voto não ser obrigatório e nem secreto, possibilitando a falsificação de documentos para que um eleitor votasse várias vezes, ou até mesmo registrando o voto de pessoas mortas, além das ameaças dos representantes das oligarquias aos mais pobres para obrigá-los a votar em quem desejassem e a própria compra de votos. Desta maneira, a democracia se restringia a

manutenção do sistema produtivo em vigor de forma que o poder dificilmente era renovado.

Esta circunstância política de autonomia dos estados gerou a crítica a desagregação nacional feita pelos intelectuais da década de 1930. A partir da análise desta conjuntura os pensadores justificavam a necessidade de um Estado forte e centralizador, que atribuísse importância igual a todas as regiões do Brasil. Além disso, a concentração da manutenção do poder nas mãos da oligarquia cafeeira levava os intelectuais, representantes dos grupos de oposição, a refutarem o liberalismo excludente da Primeira República, formulando teorias de Estado que consideravam mais adequadas a realidade brasileira, como poderá ser visto mais adiante.

A emergência dos grupos opositores às oligarquias dominantes durante a década de 1920, dentre eles as oligarquias dissidentes, os tenentistas e as camadas médias, conjugou-se no fim de tal década na Aliança Liberal¹ em torno de um programa de ampliação do estatuto de participação e revitalização do liberalismo, que chamavam de liberalismo democratizante, em detrimento do liberalismo excludente da Primeira República. Segundo Luiz Werneck VIANNA (1976, p.104), esta conjunção dos diversos grupos marginalizados pela Primeira República “dependerá do enunciado liberal das correntes abrigadas no ‘Aliancismo’, elas mesmas, por sua própria história política, tão excludentes e privilegiadoras quanto à ordem a que aspiravam suceder”.

A idéia inicial de um pluralismo democrático contida no projeto de ampliação do pacto liberal torna-se cada vez mais distante à medida que se aproxima 1930. VIANNA afirma que diante da evidência generalizada da impossibilidade de se lograr uma ordem consensual baseada na economia política agro-exportadora, a falta de uma alternativa transfere a perspectiva dos protagonistas para a questão da disputa do poder estatal. A dissidência perdeu sua pura conotação política, para se alargar no território complexo do litígio econômico-social. Entretanto, dentro ou fora da coligação vencedora em 1930, nenhuma força é muito forte para submeter as demais, nem também demasiado fraca para se contentar com sua submissão (1976, p.111).

¹ Não daremos ênfase ao aspecto factual da Revolução de 1930, nosso objetivo é analisar o movimento como forma de transição para o Estado corporativo, deste modo, nos focaremos nas análises de Luiz Werneck Vianna (1976), sem abrir espaço para o largo debate historiográfico a respeito do assunto.

Os dois principais objetivos no imediato pós-1930, de acordo com a heterogeneidade da Aliança Liberal, eram a diversificação do aparato produtivo e a reforma do sistema político para ampliar a participação. Porém, logo estes dois objetivos se mostraram incompatíveis:

A debilidade do novo Estado não lhe permitiria aplicar-se nas tarefas de realizar a acumulação que possibilitasse a modernização, ao mesmo tempo em que exercesse o jogo político do liberalismo, suportando ademais a oposição agrário-exportadora e a movimentação agressiva das classes subalternas (VIANNA, 1976, p.116).

Instituído através de uma composição heterogênea, em que se coligaram diversos interesses, o novo Estado necessitava de uma autonomização política para manter a estabilidade. Esta autonomia política do Estado se efetivou independentemente dos postulados liberais, recorrendo à ideologia corporativa. Baseado em Marx² e suas análises sobre a categoria “Estado autonomizado no político”, VIANNA (1976, p.117-118) esclarece que tal autonomia não eliminava o fato de o Estado continuar sendo o guardião de uma classe econômica e socialmente dominante, tanto é que o Estado entre 1930 e 1937, não passou de um comitê político expressivo de interesses heterogêneos da facção burguesa agrária, cortando apenas os laços de representação formal desse setor com as lideranças constituídas no poder estatal.

A autonomização do Estado no político exprime o esforço de generalização das classes dominantes, que incapazes por si sós de o promoverem, rumam para detrás de um Estado impessoal e representativo de toda a nação. O estatuto da autonomia do Estado define-se por agir politicamente por sobre e acima das classes, mas sempre se orientando em função dos interesses econômico-sociais de uma das classes fundamentais (VIANNA, 1976, p.119).

O período de 1930 a 1937 caracteriza-se por um corte antiliberal e de condução ao Estado corporativo. O corporativismo implementado tinha como pontos principais a coordenação da intervenção do governo no sistema produtivo, a fim de contornar a crise econômica; garantir a “paz social” no setor urbano-industrial, controlando politicamente a classe operária. Neste sentido, o corporativismo

² VIANNA cita os textos: MARX, Karl. “18 Brumário de Luís Bonaparte”, “A Guerra Civil na França”, in *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.

brasileiro se particulariza, com o propósito de uniformizar “tendências sociais, em aparência díspares, a fim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do Estado” (VARGAS, 1938, *apud* VIANNA, 1976, p.127).

O Estado Novo foi instaurado em 10 de novembro de 1937 com um golpe de estado dado pelo presidente Getúlio Vargas, o qual consistiu no fechamento do Congresso Nacional e na elaboração de uma nova Constituição por Francisco Campos³. Getúlio Vargas assumiu a presidência do país na Revolução de 1930, se consolidou no poder durante o governo provisório, e foi eleito indiretamente em 1934 para o cargo que já ocupava, até consumir o golpe em 1937. Ao longo dos anos de 1936 e 1937, Vargas impulsionou o combate ao comunismo e às forças contrárias ao seu poder com o objetivo de dar continuidade ao seu governo, pois, de acordo com a Constituição de 1934, a reeleição presidencial não era permitida. E, apesar de tentativas legais, não havia conseguido apoio suficiente no poder legislativo para a aprovação da reeleição.

O Estado Novo se insere em um período da história do Brasil de mudanças nas estruturas econômicas e sociais, advindas de uma crise econômica, e da formação de uma nova configuração de classes que resultava de processos de diversificação da produção. Neste contexto, novos atores sociais ganham projeção, como a classe operária, a burguesia industrial e a tecnoburocracia⁴ civil e militar (classes médias). Além disso, o período é marcado pela transição de um “sistema de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano-industrial” (DINIZ, 1999, p.24), desencadeando o processo de industrialização no país.

A crise econômica no país se deu devido a dificuldades relativas à produção do café e às conjunturas econômicas internacionais. O problema do café estava na superprodução que levava os preços a despencarem, e conseqüentemente a não absorção do produto no mercado internacional. Além disso, como afirma FONSECA

³ Francisco Campos foi nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, sendo encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país (FGV – CPDOC <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> - consultado em 23/08/2009).

⁴ De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira (1982, p.222) a tecnoburocracia tem como característica comum “o fato de seus membros não serem proprietários (burgueses), nem trabalhadores autônomos proprietários (pequenos burgueses), nem trabalhadores operativos assalariados (proletários), mas trabalhadores coordenativos que recebem um ordenado em grandes organizações.

(1999, p.150) “a política governamental de manutenção de preço, ao longo dos anos 1920, seria de estímulo ao aumento da produção, enquanto no mesmo período as quantidades exportadas mantinham-se praticamente constantes”.

O governo estabelecido em 1930 tratou de intervir amplamente na economia cafeeira a fim de suprimir a crise. Suas principais medidas foram a criação de impostos sobre a exportação e sobre novos pés de café, a compra e o estoque da produção pelo próprio governo, e a criação do Departamento Nacional do Café⁵ em 1933 sob o total controle do governo federal. Estas ações tomadas pelo novo governo destacam seu intervencionismo nas questões econômicas e sua centralização no âmbito governamental. A criação de órgãos de regulação econômica, e até social (no caso, o controle dos sindicatos) representam a implementação das características corporativistas ao Estado.

Caracterizado como um governo autoritário, o Estado Novo e sua Constituição são exemplos do que ocorria no contexto mundial. Na década de 1930, o Brasil estava atento aos rumos que estavam sendo trilhados pelos países europeus, como Portugal, Itália e Alemanha⁶. Porém, é necessário frisar as especificidades do governo brasileiro, não reduzindo o regime estadonovista às características fascistas e totalitárias.

Um governo autoritário se manifesta na organização da sociedade em busca de um consenso, ativo ou passivo, dos atores sociais, alargando as bases sociais do poder e restringindo a área de tomada de decisão (ROLLAND, 2006, p.99). Para alcançar este objetivo, o governo autoritário procura controlar os meios culturais, assim como os intelectuais que exercem o domínio sobre a cultura. Os articulistas e intelectuais do Estado Novo defendiam a democracia autoritária como uma nova forma de Estado, humano e protetor, como a solução final para os problemas brasileiros. Esta era a melhor fórmula que se ajustava às condições “objetivas” do território nacional e às condições “subjetivas” do homem brasileiro.

⁵ Em 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café, que tinha como funções a administração dos impostos sobre o café, as vendas do produto estocado e o programa de ajuda ao setor cafeeiro. Além disso, seu controle era feito por delegados dos estados. Em 1933 o Conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (FONSECA, 1999, p.151).

⁶ Estes países, entre outros europeus, viviam sob regimes totalitários na década de 1930. Em Portugal, o golpe militar em 1926, estabeleceu uma longa ditadura comandada por Antônio de Oliveira Salazar, de 1932 a 1974. A Itália inaugurou seu regime fascista em 1922 quando Mussolini chegou ao poder. Em 1933 Hitler foi nomeado chanceler na Alemanha adotando uma série de medidas destinadas a consolidar a superioridade do Partido Nazista e instaurar um Estado totalitário e policial.

De acordo com S. ANDRESKI (*apud* SILVA, 1991, p.14) o termo autoritarismo pode ser usado, pelo menos, de três maneiras distintas. No sentido psicológico, ele nos remeteria ao caráter autoritário, manifesto tanto no despotismo dos governantes quanto na obediência fervorosa dos governados. No sentido administrativo ele nos remeteria aos procedimentos autoritários, manifestos na confiança em ordens autojustificáveis, nas ameaças à punição e na aversão a consulta e a persuasão. No sentido ideológico, ele nos remeteria à propagação de uma ideologia autoritária justificadora do caráter autoritário e dos procedimentos autoritários.

Segundo João BERNARDO (2003, p.197-201) a distinção entre as categorias totalitarismo e autoritarismo foi feita pelo liberalismo afim de “... negar a trama que relacionou as democracias parlamentares com a gênese ideológica do fascismo e com a sua ascensão prática”. Segundo o autor, “os políticos e teóricos da política liberal toleram os regimes designados como autoritários, considerando que eles levaram a extremos talvez inconvenientes, embora legítimos, os valores da ordem e do respeito pela hierarquia inerentes ao liberalismo” (2003, p.197).

João BERNARDO esclarece que a diferença entre o totalitarismo e o autoritarismo serve para “situar o totalitarismo no capítulo das anomalias da história contemporânea, como se ele fosse um hiato no desenvolvimento do capitalismo e não uma das conseqüências lógicas e naturais do seu processo de evolução” (2003, p.198). A função ideológica do par de conceitos, segundo o autor, não consiste em desvendar a realidade do fascismo, mas em iludir as responsabilidades da democracia. Estes conceitos foram usados “para conceber, ou justificar a política ocidental ao longo da guerra fria, quando as democracias se aliavam a regimes definidos como autoritários para combater regimes definidos como totalitários” (2003, p.200-201).

O Estado autoritário, tal como concebido pelos ideólogos do Estado Novo nos anos 1930, representava um conceito normativo, um ideal político e um fim em si mesmo. Identificavam o pensamento autoritário brasileiro do período referente como “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (SILVA, 1991, p.11). Além de ser um princípio tutelar, havia um princípio de organização da sociedade, de forma a neutralizar e harmonizar as forças conflituosas.

Um aspecto que não pode ser deixado de lado é o caráter corporativo do governo brasileiro a partir de 1930 e principalmente durante o Estado Novo. Dentre as principais características desse corporativismo, estava a rejeição ao sistema liberal, ocupando o lugar deste a organização da economia e da sociedade em categorias

não-competitivas, integradas a um todo solidário, de modo a extirpar os confrontos políticos e classistas, favorecendo a instauração de relações sociais solidárias, sob a tutela de um Estado autoritário, forte, tutor da sociedade, capaz de impor-lhe a direção e de lutar contra os mais variados interesses particularistas (BEIRED, 1999, p.104).

A partir dessas ações o Estado estabeleceria na sociedade a hierarquia, a obediência e a disciplina, afastando a nação das influências estrangeiras. Mesmo que o próprio corporativismo tivesse vindo sob influência de países europeus, as idéias que aqui chegavam eram reelaboradas de acordo com a realidade nacional. Desta forma, o Estado deveria aumentar sua esfera de influência e seus recursos de poder, de maneira que pudesse coordenar e arbitrar as atividades nacionais. Feito isso, assumiria o papel de interprete da coletividade e a dirigiria em função de um programa nacional. Os principais valores do estado corporativo delineavam-se em torno da autoridade, organização e justiça, representando uma oposição aos valores liberais (1999, p. 109-110)

O artigo 140 da Constituição de 1937 expressa claramente o caráter corporativista do Estado Novo, principalmente no aspecto econômico (*in* CARONE, 1988, p.159):

A economia da produção será organizada em corporações e estas como entidades representativas das forças do trabalho nacional colocadas sob assistência e proteção do Estado são órgãos deste e exercem funções delegadas de poder público.

O sentido político-administrativo do Estado Novo se expressa principalmente na organização e administração do sistema de produção como um todo, racionalizando o seu serviço de execução através de órgãos consultivos, e de modo que possa ser entendido em um aspecto hierárquico, diferentemente da maneira liberal da Primeira República. Conduzindo esta hierarquia e as instituições do

governo há a idealização de uma escala de valores e obrigações, que começa com a imposição da autoridade do Chefe da Nação, e acaba, em última escala, no povo (CARONE, 1988, p. 162-163).

O governo de Getúlio Vargas reuniu estas características através de suas instituições. O arcabouço montado nas esferas social, cultural e econômica, por meio da legislação trabalhista e sindical, do Departamento de Imprensa e Propaganda e do planejamento econômico e da produção, sendo estes apenas alguns exemplos, demonstra os objetivos do Estado em controlar e organizar a sociedade. Por essa e por tantas outras razões é que o “Estado Novo deve ser, antes de mais nada, identificado com a perda de direitos registrada sob a forma de restrições ao direito de organização e de expressão do pensamento” (CARNEIRO, 1999, p.328).

Montada a estrutura do Estado Novo, com a centralização do poder político nas mãos de um Estado autoritário e intervencionista, destinado aos interesses apresentados como nacionais, definiu-se a necessidade de legitimação dessa nova estrutura. Para isso, foi necessário definir a ideologia dominante do Estado Novo, que de acordo com Nelson Jahr GARCIA,

configurou-se como representativa dos interesses do capital, relativos às oligarquias ligadas ao setor agrícola e à incipiente burguesia industrial, com a incorporação de interesses das classes média e operária, até o limite necessário à neutralização de sua força (1982, p.59).

As investidas ideológicas eram feitas, principalmente, através do Departamento de Imprensa e Propaganda⁷ (DIP). Criado por Getúlio Vargas em 27 de dezembro de 1939, o DIP era responsável por centralizar e coordenar a propaganda nacional, controlar as informações contrárias ao governo, criar saldos positivos da ditadura e estabelecer uma imagem paterna de Getúlio Vargas. Além disso, fazia a censura do teatro, do cinema, das atividades recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa. Para realizar todas as suas funções, o Departamento de Imprensa e Propaganda tinha suas atividades

⁷ Alguns órgãos com o mesmo caráter do DIP o antecederam. Logo após a Revolução de 1930 o Governo Central criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Em 10/07/1934, através do decreto nº. 24.651, Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1935 houve uma reformulação no DPDC devido ao reforço no combate ao comunismo, passando a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Quando ainda era DPDC, assumiu a diretoria do órgão Lourival Fontes, responsável pela maior eficiência das funções do DIP.

distribuídas em cinco divisões específicas: Imprensa, Cinema e Teatro, Rádio, Turismo e Divulgação.

O uso da imprensa e dos meios de comunicação foi estratégico para a propaganda do governo e para a difusão de sua doutrina. A imprensa, pelo seu poderio de penetração em meio às camadas letradas e aquelas mais radicais, sempre foi a mais visada, posto que o rádio e o cinema logo perceberam que a participação nos embates políticos redundaria em entraves para a atividade comercial.

Procurando expandir as funções do DIP, foram criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda. Os DEIP's já estavam previstos no decreto de criação do DIP, mas somente em 1940, com o decreto-lei nº. 2.557 foram regulamentadas as funções dos órgãos estaduais. Também havia a previsão de criação de órgãos de propaganda menores nos municípios, que não chegou a se realizar. Os DEIP's reproduziam em escala estadual as funções do DIP.

1.1. Os intelectuais e o Estado Novo

Os intelectuais brasileiros principalmente a partir da década de 1920 revestiram-se da missão de construir um projeto nacional e diagnosticar os problemas do país. Insatisfeitos com o Estado liberal em vigor apregoavam críticas à importação de idéias inadequadas a realidade brasileira e procuravam formular um ideário concernente ao que o Brasil necessitava, pois se sentiam capacitados para descortinar a “realidade brasileira”. Uma série de acontecimentos na década citada já anunciava mudanças na forma de pensar o Brasil, como a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista e o movimento tenentista.

Dentro destes parâmetros, Daniel PÉCAUT (1990, p.07) assinala que os intelectuais brasileiros se “entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornam protagonistas políticos centrais”. Desta maneira, ocorre uma aproximação dos intelectuais com o Estado, sendo que em quase todas as épocas “os governantes pareceram querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com freqüência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado” (1990, p.10).

O Estado Novo procurou produzir, ou até mesmo se apropriar, de um conjunto de idéias e princípios pelos quais poderia se auto-interpretar e justificar seu papel na sociedade e na história brasileira. Estas idéias não surgem em 1937, mas são produto de do pensamento brasileiro desde o começo do século e de influências externas, que foram adaptadas ao projeto oficial do Estado Novo (OLIVEIRA, 1982, p.09). Nota-se nessa nova literatura um abandono das características do romantismo, como o ufanismo, em troca uma visão mais científica da realidade brasileira, como a busca de diagnósticos dos problemas nacionais, o que se justifica também pela ascensão das ciências sociais no Brasil⁸.

Desta maneira, é possível interpretar a ideologia estadonovista como um processo de produção de significados, signos e valores na vida social, com a intenção de legitimar uma forma de poder político dominante (EAGLETON, 1997, p.15). Isto significa que a doutrina oficial estadonovista pode ser caracterizada como heterogênea, mas que, apesar de certa variação, é possível encontrar um conjunto de idéias central capaz de caracterizar seu projeto político-ideológico.

A difusão de uma ideologia necessita de um aparato discursivo que corrobore cientificamente os interesses de um determinado grupo, e foi o que aconteceu durante o Estado Novo, dentre vários artifícios, por meio de uma intensa produção intelectual que visou dar sustentação à doutrina formulada, tendo destaque publicações como revistas, jornais, cartilhas e livros.

O Estado Novo se encontra inserido em um contexto internacional da crise do liberalismo como forma de ordem política. Os movimentos de caráter nacionalista, recorrendo a traços da história cultural de cada povo, se fortaleciam. A intelectualidade brasileira já vinha, desde a década de 1920, procurando diagnosticar e propor soluções para as causas dos chamados males brasileiros. Entretanto, esta preocupação dos intelectuais com os problemas nacionais guardava relações com o contexto internacional da época. Desta forma, pensavam e propunham alternativas reinterpretando soluções diante do que consideravam ser a realidade nacional,

⁸ Antonio CANDIDO distingue dois períodos para a ascensão das ciências sociais, o primeiro de 1880 a 1930 e o segundo posterior a 1940, e uma fase de transição de 1930 e 1940. No primeiro, é praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Depois de 1930 começa a ser invocada como instrumento de análise social, dando lugar ao aparecimento de um número apreciável de cultores especializados e os primeiros cursos universitários. E a partir de 1940 é o momento da consolidação e generalização das ciências sociais. CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil” in *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*. V. 18, n.01. São Paulo: USP, junho 2006, pp. 271-301.

formulando teorias que se adequassem ao país. Neste sentido, procuravam valorizar os traços específicos do povo e da história nacional, o que correspondia a uma tendência geral, presente no pensamento europeu, envolvido em fortes componentes nacionalistas e que ganhou espaço no pensamento brasileiro (OLIVEIRA, 1982, p.15).

O argumento de serem portadores de um conhecimento privilegiado da realidade brasileira propicia aos intelectuais a reivindicação do papel de elite dirigente. Cabe às elites a tarefa urgente de organizar a nação, e aderindo a uma visão hierárquica da sociedade, os pensadores colocam-se no nível das elites, defendendo a idéia de que “não há outro caminho que para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade” (PÉCAUT, 1990, p.15). Nomeando-se como intérpretes das massas, legitimam seu papel de elite e sua atuação no campo político:

De um lado, têm a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária; de outro, cabe-lhes demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo projeto (*idem*).

PÉCAUT cita alguns trechos de intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres para demonstrar o rompimento com a ordem democrática liberal e a nova missão que assumiriam. Vejamos como esses intelectuais viam sua função política nacional, começando por Alberto TORRES, que foi considerado o precursor dos pensadores autoritários:

Tornar-se uma “força social” supunha nada menos que “traçar a política” do país, tomando consciência de duas tarefas urgentes do momento: forjar uma consciência nacional – “para conceber a sua política [do Brasil], é necessário formar uma consciência nacional” (1933, p.97) – e promover “a organização nacional” (1990, p.25)⁹.

Já Oliveira VIANNA afirma que

⁹ Pécaut retirou estes trechos da obra de Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, da reedição de 1933, mas o original é de 1914.

A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com eles se identifica, que por ele peleja (1990, p.29)¹⁰.

Azevedo AMARAL acreditava que, para o despertar das massas, “é preciso que sobre elas se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias” (*idem*). Estes intelectuais, principalmente Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, contribuíram substancialmente para a doutrina do Estado Novo, tanto com suas formulações, como influenciando outros intelectuais do período.

Daniel PÉCAUT destaca a influência de a *Psicologia das Massas* do autor francês Gustave Le Bon, escrito em 1895, e disputado em 1917 nas livrarias brasileiras. Porém, há forte influência também do autor espanhol Ortega y Gasset, que foi difundido no Brasil pelo prefácio e pela tradução para o espanhol da obra de Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente*, bastante lida no país. Ortega y Gasset faz parte do grupo de políticos intelectuais espanhóis que fundou a Segunda República em 1931, também conhecida como República dos Intelectuais. As discussões desse grupo permeavam assuntos como a crise e a decadência das sociedades ocidentais, as denúncias sobre as velhas formas de organizar o social, as saídas políticas encontradas, a busca do realismo sobre a sociedade, a reorganização da cultura, a missão dos intelectuais, o papel das elites e a condução do povo. São temas também abordados pelos intelectuais brasileiros contemporâneos, que se sentiam desiludidos com a Primeira República e procuravam novas formas de conduzir o Brasil (BASTOS, 2003, p.146-147).

Elide Rugai BASTOS (2003) cita como exemplo de leitores de Ortega, Paulo Augusto de Figueiredo, Rosário Fusco e Almir de Andrade, sendo que estes intelectuais participaram ativamente do projeto ideológico do Estado Novo, não tanto como produtores de ideologia, porém mais inseridos na divulgação, assim como há forte influência na revista *Cultura Política*, que analisaremos mais detalhadamente ainda neste capítulo. Para o pensador espanhol, fazer política significa educar o povo, aliando a cultura à política. E são os intelectuais, ou seja, uma minoria capacitada, os encarregados da educação do povo, pois os considera guardiões da esfera da moral.

¹⁰ Esta citação e a posterior, de Azevedo Amaral, Pécaut retirou do livro de Jarbas Medeiros, *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945* (1978).

GASSET ainda define a tarefa dos intelectuais como a de elevar a população à esfera política,

isto deve ser realizado alcançando-se dois pontos principais: primeiramente, o intelectual deve tornar-se contemporâneo de seu tempo [...]; segundo, assumir como tarefa a educação para que esta possa direcionar-se à constituição da nação. [...] a missão do intelectual é procurar uma saída para a crise e encontrar uma forma de organização cultural e social que emancipe o homem da alienação causada tanto pelos avanços técnicos como pelo poder político, na maioria das vezes, avassalador e corruptor. Trata-se de construir um novo humanismo, potenciado por uma nova cultura (apud BASTOS, 2003, p.148-149).

As análises de Ortega y Gasset também abrangem a crítica ao sistema liberal, apesar de no início de sua carreira ter afirmado que as democracias liberais criaram a melhor forma de vida conhecida pelos homens. A situação muda quando o autor constata a “crise européia”, duvidando do valor do liberalismo como teoria social adequada, e analisando os limites da idéia de liberdade dentro deste sistema (apud BASTOS, 2006, p.129). O estatuto da liberdade também é bastante discutido pelos intelectuais brasileiros, juntamente com a crítica ao liberalismo.

Este papel de elite dirigente também pode ser visto como parte das críticas à liberal democracia e ao socialismo, formulada pela teoria das elites da sociedade que surgiu no fim do século XIX, e tem como principais representantes Gaetano Mosca, Pareto, Gumpłowicz, dentre outros, influenciando diversos intelectuais brasileiros do período. O argumento central desta teoria é de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria. Esta era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava como a igualdade entre os homens e a soberania popular, era a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas majorias (GRYNSZPAN, 1999, p.11-12).

Os intelectuais da década de 1930 aderiram fortemente a este modelo teórico, encontrando nele justificativas para sua pretensão de conduzir a nação brasileira e se destacarem como a minoria com o conhecimento apto a dirigir as massas. Desta

forma, a teoria das elites se adequou a visão de mundo dos intelectuais e se reproduziu em parte como fundamento das práticas institucionais do Estado Novo.

Sérgio MICELI (1979, p.131) aponta que foi ostensivo o recrutamento de intelectuais durante o período varguista, sobretudo, devido à crescente intervenção do Estado nos mais diversos tipos de atividades, necessitando, assim, que os intelectuais assumissem tarefas políticas e ideológicas. A demasiada cooptação dos intelectuais pelo Estado, segundo o autor, facultou-lhes o acesso aos postos e carreiras burocráticos em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc.). No que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado

O regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico. O aumento considerável do número de intelectuais convocados para o serviço público provocou um processo de burocratização e de “racionalização” das carreiras que pouco tem a ver com a concessão de postos da época das oligarquias (*idem*, grifos do autor).

MICELI refere-se também ao tratamento privilegiado que o funcionalismo público federal, civil e militar recebeu, através de um conjunto articulado de direitos e prerrogativas estatuídos em leis especiais “que envolviam os principais aspectos relativos à reprodução das condições materiais e do *status* de praticamente todos os escalões do pessoal burocrático e de carreira” (1979, p.34). Com isso, o funcionalismo público, abrangendo os intelectuais, tornou-se uma das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime.

Não se pode afirmar que houve o monopólio dos intelectuais em certas carreiras, mas constata-se que os intelectuais tenderam a se concentrar naqueles cargos que dispunham de padrões de vencimento elevados e de uma série de regalias e vantagens na hierarquia burocrática, com poucas exceções. Sérgio MICELI destaca que a atividade intelectual se confundia com a prestação de serviços políticos a tal ponto, que se torna ocioso discriminar as modalidades de competência e de gêneros de saber que asseguraram a seus integrantes o acesso às posições dominantes junto aos círculos de assessoria ao poder central. O autor sugere como forma de diferenciar

os membros desta elite intelectual e burocrática, atentar-se ao perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras. Pois alguns sujeitaram seus escritos às exigências postas pelos encargos da convocação política que os trouxe ao convívio dos núcleos executivos, e outros procuraram separar uma parte de sua produção das injunções partidárias e das demandas que lhes faziam certas facções com que colaboravam. Porém, não deixaram de se tornar modelos de excelência social da classe dirigente da época enquanto suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político (1979, p. 144-147).

Visto como os intelectuais se posicionavam em relação ao Estado, faremos uma descrição de suas propostas comuns de um modo geral, de maneira que se possa vincular seus pensamentos à doutrina do Estado Novo.

De acordo com Ângela de Castro GOMES (1982, p.112), a proposta de fundação de um novo Estado, “verdadeiramente nacional e humano”, estava nas principais linhas dos discursos políticos após o golpe em 1937. Essa proposta representava para seus defensores, o início de uma nova era na história do país. A constituição de uma ordem política que estivesse de acordo com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro significando com isso um autêntico redescobrimto do Brasil.

Após a Revolução de 1930, a política brasileira oferecia aos intelectuais elementos para reflexão e dava-lhes a chance de participar diretamente do processo político, apresentando propostas capazes de se traduzirem em ação governamental. Com o Estado Novo, os intelectuais tiveram apoio moral e material para o seu trabalho, devido à justaposição de ações implementadas pelo Estado e os anseios dos intelectuais, baseada no reconhecimento dos bons propósitos do governo e na própria identidade de interesses (VELLOSO, 1982, p.93).

Segundo Mônica Pimenta VELLOSO (1982, p.93), “os intelectuais passaram a desempenhar papel vital na ‘nova ordem’ [...] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade corporificam e dão forma ao ‘subconsciente coletivo’”. O Estado Novo procurou demonstrar que proporcionou ao intelectual a chance de se integrar, estabelecendo a união entre a inteligência e o Estado.

Com intuito de diferenciar o caráter dos intelectuais em relação aos seus propósitos teóricos, Guerreiro RAMOS (1980, p. 533) distingue dois pólos diferentes. O que o autor chama de *hipercorreção* diz respeito ao posicionamento do

intelectual que, por força de sua identificação ambivalente com o elemento nacional, tendem a atribuir a ideais e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais, assim negligenciando os seus condicionamentos contextuais. Já o *pragmatismo crítico* caracteriza o posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicas do meio em que vivem, tendem mais a se servir das idéias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata.

Os intelectuais que compõem as duas categorias estabelecidas por Guerreiro RAMOS se baseiam em teorias importadas, entretanto, os denominados pragmáticos utilizam-nas como elemento subsidiário para qualificar o empreendimento formativo da sociedade brasileira, do qual se vêem como mandatários (*idem*). Desta forma, qualificamos os intelectuais brasileiros do período estudado como pragmáticos, não só por fazerem uso das teorias estrangeiras adaptando-as ao que classificam como realidade nacional, mas também por criticarem os que aplicam as teorias estrangeiras pura e simplesmente ao Brasil, sendo muitas vezes inadequadas a referida realidade nacional.

Imbuídos de características de “elite dirigente”, “salvadores da nação”, os intelectuais colocaram-se a missão de forjar uma cultura brasileira “autêntica”. Para alcançar este objetivo, era necessário que se rompesse com o sistema liberal, pois este, na visão dos intelectuais, só importara idéias, abandonando a realidade brasileira, e haveria de se tomar consciência das raízes culturais brasileiras.

O realismo tornara-se, assim, o objetivo inicial dos intelectuais que propunham a criação de instituições que correspondessem com a realidade nacional, e para isso, era necessário que houvesse organização política. Como assinala PÉCAUT (1990, p.43), os intelectuais e teóricos de 1930 “concordavam em querer uma política que não deixasse lugar algum à arbitrariedade dos interesses e paixões democráticas”. Neste sentido, coloca-se em pauta o fortalecimento e a centralização do poder central e a necessidade de um Estado autoritário, ancorado na ordem e na hierarquia, com capacidade de manter sua soberania por todo o território nacional.

A configuração do pensamento político no período considerado deve ser entendida, de acordo com Bolívar LAMOUNIER (1997, p.356), “como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade

do Estado como princípio tutelar da sociedade”, e, além disso, justificar a hipertrofia estatal e defender a direção do Estado por uma elite política e intelectualmente esclarecida.

Os elementos constituintes dessa ideologia, para o autor, diziam respeito ao predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social, que deveria ser reprimido; não organização da “sociedade civil”; princípio da não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; e o Leviatã benevolente, que significa que o Estado deve zelar e corrigir a sociedade ao mesmo tempo (1997, p.359).

Um dos temas centrais dos intelectuais autoritários é relativo à crise da liberal democracia que se instalara no mundo, e igualmente no Brasil. De acordo com BEIRED (1999, p.69), o discurso da crise aponta para a existência de uma desordem ou caos social a ser eliminado de modo a permitir a restauração de uma ordem ideal. Por outro lado, objetiva mobilizar os agentes sociais acenando-lhes com o risco da perda da identidade, suscitando-lhes o temor da desagregação social e espiritual, ao mesmo tempo em que lhes oferece a chance de restaurar a ordem por meio da ação salvadora de figuras imbuídas de qualidades excepcionais.

Neste caso, surge a oportunidade de assumirem o projeto de “salvar” o Brasil da crise. Dentre as soluções propostas, está a necessidade de consolidar a nacionalidade, combater as ideologias exógenas (totalitarismo e comunismo), conferir maiores prerrogativas ao poder central em detrimento dos poderes locais e substituir os fundamentos institucionais do Estado brasileiro (1999, p.79).

A crise para Oliveira VIANNA, por exemplo, teria sido originada por uma série de fatores históricos que dificultaram a formação da consciência coletiva do povo, que formava apenas uma sociedade amorfa, desintegrada, sem sentido coletivo, e por isso, não oferecia condições para a consolidação da democracia liberal no Brasil, havendo uma falta de representatividade dos partidos políticos e das instituições liberais. Azevedo Amaral, outro importante intelectual autoritário do período, afirma que já na colonização o Brasil foi separado entre o “real” e o “artificial”, acarretando a falta de unidade nacional (1999, p.80-81).

As mudanças propostas pelos intelectuais em virtude da crise giravam em torno do Estado, com objetivo de instaurar um novo regime político com

características corporativistas, intervencionistas, nacionalistas e autoritárias. Propostas estas que se configuraram no projeto de Estado desenvolvido por Getúlio Vargas ao longo das décadas de 1930 e 1940, justificando, assim, o relevante significado dos intelectuais para a administração estatal.

O corporativismo¹¹ teria a função de reconstrução da ordem e de unidade do corpo social, organizando a sociedade em categorias harmônicas, de forma que impedisse os conflitos, sob a tutela de um Estado autoritário e forte, estabelecendo, assim, a disciplina, a obediência e a hierarquia. A intervenção do Estado em âmbito social teria como justificativa dar fim a luta de classes e alcançar a justiça social; em âmbito econômico, a intervenção era necessária para conduzir e regular as atividades econômicas; e na cultura, o Estado tinha como objetivo despertar sentimentos de amor à pátria, à ordem social e ao poder constituído (1999, p.104-105).

Na concepção dos intelectuais autoritários, o Estado deveria fortalecer-se mediante a ampliação de sua esfera de influência e de seus recursos de poder. Passaria assim a desempenhar um novo papel no sentido de arbitrar e coordenar grande parte das atividades nacionais. O Estado se revestiria de principal intérprete da sociedade, coordenando-a a partir de um programa nacional delineado em sua própria esfera, e o poder seria exercido por uma instância corporativa de representação e por um chefe de governo com amplos poderes. Contrapondo-se aos princípios como liberdade, pluralismo e igualdade, eram aclamados a autoridade, a organização e a justiça (1999, p. 109-110).

O nacionalismo presente no discurso do Estado Novo está diretamente ligado à crítica ao liberalismo. Tal discurso explicita a existência de uma “alma nacional” latente, um projeto político intuitivamente na realidade brasileira, mas que não pode ser realizado devido às injunções da política liberal. Dentro de tal perspectiva, o Estado Novo possibilitaria ao homem brasileiro recuperar o seu “tempo perdido” e à nação adquirir sua verdadeira fisionomia. A importação dos princípios liberais teria

¹¹ Uma das principais referências teóricas do corporativismo é de Mihail Manoilescu e sua obra *O século do corporativismo*, original de 1934 foi traduzida para o português e prefaciada por Azevedo Amaral em 1938. O corporativismo de Manoilescu procurava associar um espírito medieval de comunidade com a idéia de Estados nacionais fortes e centralizados. Postulava também que seria através deste Estado forte que se recomporiam as estruturas sociais em patamares superiores aos então existentes, a organização social através de ramos da produção, ou seja, das corporações.

ocasionado esta perda da identidade da “alma nacional”, dando surgimento a dicotomia “Brasil legal” e “Brasil real” (VELLOSO, 1982, p.84).

Em nome do “realismo”, da “objetividade” e do “bom senso”, o discurso estadonovista defendia a instauração de um “novo” nacionalismo, que se contrapunha ao nacionalismo do ideário liberal. Este novo nacionalismo seria orgânico, ao ligar o presente ao passado, respeitando as tradições, costumes, raça, enfim, orgânico porque de acordo com a “alma nacional”. Argumentava-se a favor dos fatos e contra o “encanto da multiplicidade das idéias” que teriam fascinado, em alguns momentos, as elites dirigentes, comprometendo o próprio destino nacional. O verdadeiro nacionalismo deveria, portanto, libertar-se da suficiência enganadora das idéias, elegendo apenas uma “idéia-força” para a implementação da nova ordem (VELLOSO, 1982, p.84).

Desta forma, procuramos construir um quadro geral das principais características dos intelectuais do Estado Novo. Não distinguimos as atuações dos intelectuais nos diversos grupos que existiam no período, como os integralistas e os católicos, que de certo modo não fizeram parte totalmente do regime de Vargas. Neste sentido, avaliaremos agora, de forma concisa, os principais aspectos das obras de dois importantes intelectuais do período, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que influenciaram a construção da visão de mundo autoritária e os intelectuais contemporâneos.

Jarbas MEDEIROS¹² (1978, p.155-158) observa que a análise dos 30 anos de produção de Oliveira Vianna permite constatar que o autor foi do início ao fim, partidário de um mesmo bloco de idéias. Sua obra perpassa determinados temas, tais como antiliberalismo e autoritarismo; Estado nacional, Estado moderno, Estado democrático, Estado autoritário e Estado corporativo; a “questão social”: a incorporação do trabalhador no Estado; racismo e elites; ruralismo e urbanismo; programa econômico; interpretação das revoluções brasileiras; e fontes teóricas e doutrinárias que influenciaram seu pensamento.

MEDEIROS (1978, p.159) enumera três preocupações fundamentais na obra de Vianna: a *unidade nacional* – compreendida aqui em sua dimensão territorial, política, social e econômica – a partir da qual deve ser entendido o seu nacionalismo;

¹² Utilizamos como referência a obra *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945* (1978) de Jarbas Medeiros na descrição das características teóricas de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.

a *modernização institucional* – que ele tinha como sinônimo do corporativismo, sobretudo administrativo; e a *conciliação das classes sociais*. O liberalismo da Primeira República, em sua visão, era artificial e antinacional, e de acordo com seus critérios, ser nacionalista era ser autoritário. Desta forma, o autoritarismo seria o regime mais adequado ao Brasil, representando a nossa “salvação” e se tornando o caminho “natural” de nosso futuro, em contraposição ao liberalismo importado, próprio das “elites universitárias litorâneas desvinculadas de nossa ‘realidade’”. A sociedade sertaneja equivaleria ao “Brasil real”, enquanto que a sociedade cosmopolita, bacharelesca e parlamentar ao “Brasil legal”, “transplantado”.

Era necessário para Vianna um governo forte, intervencionista, que promovesse a modernização institucional do país, pois “o sentimento da evolução constitucional dos povos civilizados está francamente orientado para o princípio da autoridade forte e da descentralização – e não para o princípio liberal e da federação” (VIANNA, 1952, p.134, apud MEDEIROS, 1978, p.163). Neste sentido, criticava o sufrágio universal, pois afirmava que no Brasil não havia um “espírito público”, sendo a democracia baseada em modelos estrangeiros e não nacionais. Assim como os partidos políticos não passavam de “simples agregados de clãs, organizados para a exploração em comum das vantagens do poder” (1927, p.19-24, apud 1978, p.163). O autor admitia que o Brasil nunca tivera um governo democrático na prática, pois “o nosso povo-massa realmente nunca governou: sempre recebeu de cima, do alto a lei, o regulamento, o código, a ordem administrativa, a cédula eleitoral, a chapa partidária” (1949, p.211 apud 1978, p.166).

Já no início da década de 1920, Oliveira Vianna procurava estruturar seu conceito de Estado nacional a partir de uma posição de força e de hegemonia do poder central sobre o conjunto do país e da nação. Defendia que em sociedades como a nossa, fragmentada e desunida, a questão central do Estado é a integração, unificação e síntese, pois “só os que preservam a autoridade central é que tem razão em política” (1917, p. 167-168). A respeito de suas convicções, explica:

O postulado da preeminência do princípio da *autoridade* sobre o princípio da *liberdade*, que tem sido o *leitmotiv* de toda a minha obra de doutrina política, e o sentimento, que me domina, da missão transcendente do Estado em nossa nacionalidade não me vieram através de teorias estranhas; vieram-me, sim da observação direta do nosso povo (1952, p.129 apud 1978, p.169).

Ao criticar a representatividade da liberal democracia, VIANNA propunha a substituição da representação parlamentar pela *representação técnica*, ou seja, a instauração de um Estado corporativo. O corporativismo para ele referia-se, sobretudo a um método corporativo de administração pública, composto de autarquias, institutos, conselhos técnicos, instituições sindicais, conciliando-se, assim, a autonomia da vida econômica do povo com a unidade de sua direção, isto é, com a política econômica da Nação. Neste sentido, as atividades de planejamento e organização da economia também estavam compreendidas no corporativismo. Elogiava a opção pelo corporativismo da Constituição de 1937, e igualava o Estado Nacional, o Estado autoritário, o Estado moderno e o Estado corporativo, que, para ele, “seriam expressões da nova sociedade de massas emergente no século XX e que ele buscava adaptar à realidade brasileira” (1978, p.170 a 173).

As questões sociais para Oliveira Vianna giravam em torno dos conflitos de classe. MEDEIROS afirma que para Vianna

Os conflitos trabalhistas, a luta de classes, as greves, as sabotagens, a “desordem geral”, enfim, eram características do Estado liberal, intrinsecamente “absenteísta”. O Estado moderno, por “intervencionista” colocaria um ponto final, justamente através da “disciplina” das convenções coletivas do trabalho e da regulamentação estatal das categorias profissionais, a toda aquela “desordem” [...] a questão social entre nós teria, assim, uma solução nacionalista, moderna, autoritária e corporativa (1978, p.183).

De forma geral, estas são as principais características do pensamento de Oliveira VIANNA, principalmente no que concerne a sua definição de Estado. É possível notar vários aspectos de seu ideário, como a centralização, o Estado autoritário, intervencionista e corporativo, que estão presentes na doutrina estadonovista e nas suas próprias práticas.

Azevedo AMARAL segue os mesmos caminhos que os intelectuais do seu período no intuito de pensar o Brasil, diagnosticar os problemas e propor soluções. Procuraremos delinear sua concepção de Estado e as aproximações de sua visão de mundo com a doutrina do Estado Novo.

Sua proposta tem como eixo a autoridade no processo de transformação da sociedade brasileira, em uma posição nitidamente antiliberal. Azevedo AMARAL caracterizava o século XX como o século do “revolucionismo”, sendo

intrinsecamente antiliberal, pois que, “valorizando os métodos de ação direta, negava os métodos parlamentares e o sistema de decisão política por maiorias eleitorais do intrincado e contraditório mecanismo democrático liberal” (MEDEIROS, 1978, p.54). Vinculava o que denominava a “degenerescência” do Ocidente ao Estado liberal. Afirmava que a

A passagem da civilização individualista para novas formas de organização, em que a ascendência da coletividade sobre as unidades sociais parece destinada a afirmar-se, como característica do entrante ciclo histórico (1935, p. 5-6 apud 1978, p.58).

A democracia liberal teria, com suas “perversões demagógicas”, desvirtuando o sentido do autêntico regime democrático, corrompendo, assim, o conceito de autoridade (*idem*). Entretanto, ao mesmo tempo em que se opunha ao Estado liberal, repelia o Estado totalitário, que identificava com o bolchevismo e com o fascismo e, mais tarde, com o nacional-socialismo. O autor definia o totalitarismo da seguinte forma:

O que define o totalitarismo, no sentido peculiar que a essa expressão lhe deu o fascismo, não é portanto a extensão do poder estatal, mas a natureza compreensiva, absorvente, aniquiladora da personalidade humana, que imprime as instituições fascistas um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito. [...] No Estado totalitário, a coletividade nacional reduz-se a uma massa de escravos (1938, p.170-172, apud MEDEIROS, 1978, p.63).

Como proposta alternativa ao Estado liberal e totalitário, Azevedo AMARAL propunha o Estado autoritário como ideal de Estado moderno, sendo este um Estado intervencionista. Sua realização se daria pela autoridade do Executivo, pela extensão por toda a parte da esfera da ação executiva, que em alguns casos, já seria exercida pela forma inequivocamente ditatorial, quando o reforço e a extensão da autoridade administrativa do Executivo federal deveriam intervir na elaboração legislativa, cuja natureza cada vez mais acentuadamente técnica é imprópria à iniciativa de “assembléias promíscuas”. O Estado autoritário, intervencionista, viria assim em nome de soluções técnicas para os problemas e conflitos concernentes às grandes massas da população (1978, p.64-65).

A intervenção do Estado teria como critério fundamental promover o bem público, mas sem comprimir ou reduzir as iniciativas e as liberdades individuais além do ponto que elas entrem em conflito com o interesse coletivo. A democracia só existiria em um Estado que fosse expressão orgânica da representação autêntica da sociedade (1978, p.66-67).

Azevedo AMARAL acentua o caráter predominantemente técnico do Estado moderno (1934, p.48) e a partir deste pressuposto analisa o caráter anacrônico da democracia política. Critica a democracia representativa constatando a impossibilidade da adoção do liberalismo no Brasil e usa desta crítica para defender o autoritarismo. O autoritarismo e a democracia se conjugam para Azevedo Amaral: “o Estado democrático, desde que seja organizado em linhas autoritárias, como é o caso do Estado Novo brasileiro, pode tornar-se órgão eficaz da economia equilibrada” (AMARAL, 1938, p.223 apud MEDEIROS, 1978, p.75).

O corporativismo conjugado ao Estado autoritário e ao equilíbrio da economia também era amplamente defendido por Azevedo Amaral. De acordo com Jarbas MEDEIROS:

O Estado corporativo e autoritário, de economia equilibrada, baseava-se no princípio de que cabe ao Estado atuar no jogo das relações econômicas que se processam na vida social, corrigindo abusos, reajustando situações prejudiciais ao interesse coletivo, amparando certos grupos de interesses contra a pressão exagerada de outras forças econômicas (...) pois o Estado, sendo expressão orgânica da Nação, está investido de autoridade absoluta para coordenar, ajustar e equilibrar as correntes de qualquer natureza (1979, p.75).

Em contraposição ao Estado liberal anterior a Revolução de 1930, Azevedo AMARAL afirmava que as antigas elites deveriam ceder lugar às novas elites que nasceriam com a sindicalização do Estado. Tratava-se, portanto de substituir as antigas elites políticas pelas novas elites corporativas. Segundo AMARAL

Por meio dessa organização sindical, visando, sobretudo os objetivos da coordenação profissional e da eficiência técnica em cada ramo de atividade produtora, formar-se-ia espontaneamente uma elite de dirigentes da vida econômica do país e que seria também incumbida de exercer o controle do Estado (1935, p.234 apud SOUZA, 2005, p.75).

Estes aspectos gerais da teoria formulada por Azevedo Amaral fizeram parte da doutrina estadonovista. Há, naturalmente, variações entre as propostas dos intelectuais autoritários, porém, procuramos estabelecer um eixo central das idéias que compuseram a visão de mundo predominante do Estado Novo.

1.2. Revista *Cultura Política*

Um dos espaços onde a intelectualidade melhor soube expressar o seu apoio ao novo regime foi a revista *Cultura Política*, que circulou entre março de 1941 e outubro de 1945, com um total de 53 números publicados, fazendo parte do projeto político-ideológico do Estado Novo. A revista *Cultura Política* tinha como interlocutores alguns intelectuais de grande projeção na época, como Almir de Andrade (diretor da revista), Azevedo Amaral, Francisco Campos, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos. Estes intelectuais que escreviam na revista eram de diversas formações e correntes de pensamento, como integralistas, socialistas, católicos, modernistas e positivistas, caracterizando a relativa diversidade teórica da doutrina do próprio regime.

Elide Rugai BASTOS (2006, p.123) ressalta que a centralização administrativa permitiu a criação de organismos nacionais que assumiram a função de “organizar a cultura” com a finalidade de refletir e atuar sobre a unidade e identidade nacionais. Um dos organismos mais importantes neste âmbito é o Departamento de Imprensa e Propaganda, que além de manter a produção da *Cultura Política*, atuava em diversas outras esferas da cultura e da imprensa.

A publicação apresentava as seguintes seções: “Problemas políticos e sociais”, “O pensamento político do chefe do governo”, “A estrutura jurídico-política do Brasil”, “Textos e documentos históricos”, “A atividade governamental”, e “Brasil social, intelectual e artístico”. Em cada número apresentava um editorial introdutório, e no início de cada seção apresentava outro mais específico. Havia a preocupação de delimitar os objetivos, fundamentar os princípios de análise e precisar as fontes, demonstrando a organização e eficiência no manejo das informações (VELLOSO, 1982, p.75). Estes editoriais acabavam direcionando a

leitura dos artigos no sentido mais conveniente ao Estado, independente da orientação do autor.

Os principais temas que compunham a revista referiam-se a recuperação do passado, a nova concepção de política, cujos desdobramentos são a cultura política, o novo homem e o novo intelectual, o mito Vargas, e a relação entre consenso e força.

Em um pronunciamento de 27/10/1941, Getúlio Vargas expressou a importância da *Cultura Política* para o seu regime:

As publicações periódicas do feitiço de Cultura Política, com diretrizes firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais, constituem uma necessidade nas épocas de reforma e reconstrução como a que o Estado Nacional iniciou no Brasil (apud BASTOS, 2006, p.125).

O público alvo eram as elites intelectuais, que estavam mais voltadas para as análises políticas, econômicas e sociais do Estado brasileiro expostas na revista. Sua proposta central era constituir-se em um centro de estudos brasileiros voltado para a definição e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais pelas quais o país passava, promovendo e estimulando o debate sobre a problemática regional, desde que se circunscreva ao contexto nacional. O cunho oficial que a revista possuía, por ser editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, oferecia aos intelectuais a oportunidade de participar da legitimação do regime e de sua formulação doutrinária. Voltada para legitimação do Estado Novo, a revista estaria mais voltada para a produção de um discurso oficial (VELLOSO, 1982, p.73-75).

Os artigos publicados na revista *Cultura Política* compreendiam uma base de argumentação “científica”, através da construção de diagnósticos e apresentação de recursos para a realidade nacional. Em editorial do número 09, de novembro de 1941, a revista é definida como uma “realização cultural do DIP a serviço da inteligência brasileira e instrumento de comunicação do pensamento, da arte e da literatura nacionais”. Via o intelectual como prenunciador das grandes mudanças históricas, elemento de união entre governo e povo.

A seleção dos colaboradores, como já consta no editorial do número 01 da revista, de março de 1941, se dava na escolha “dos elementos mais significativos da elite intelectual do Brasil”, e esclarece que aceita qualquer tipo de colaboração

independente do seu cunho ideológico, pois é a discussão sobre a realidade brasileira que deve se destacar. Contudo, as coordenadas do discurso eram dadas por intelectuais de renome que, de modo geral, ou se encontravam diretamente vinculados ao Estado através de cargos públicos, ou participavam significativamente da formulação da doutrina oficial (VELLOSO, 1982, p.78).

Mônica Pimenta VELLOSO, baseada na distinção feita por GRAMSCI (1979) em que em um primeiro plano se encontram os intelectuais “criadores” de cultura e, em um segundo, os “administradores” e/ou “divulgadores”, faz uma configuração dos intelectuais que contribuíam para a *Cultura Política*. A autora destaca os nomes de Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Rosário Fusco e Lourival Fontes como os que mais aparecem no primeiro ano, além de qualificar seus discursos como diferenciados nos aspectos de formulações teóricas. Além disso, esses intelectuais tornam-se referências para outros intelectuais “menores”, sendo Francisco Campos e Almir de Andrade os mais citados. Desta forma, congregava os principais intelectuais do período, encarregados de formular a visão de mundo estadonovista, que seria amplamente divulgada pelos denominados “intelectuais médios”, mas não com menos relevância (1982, p.79-81).

Adriano Nervo CODATO e Walter GUANDALINI JR (2003, p.05-06) em artigo sobre os intelectuais e a revista *Cultura Política* fazem uma análise estatística dos intelectuais que colaboravam com a revista. Constatam que em um universo de 73 autores selecionados, 42 são ligados diretamente ao Poder Executivo, quatro desempenham funções judiciais, cinco são estudantes de direito (alunos do próprio Almir de Andrade), sete são professores universitários (quatro professores de direito, um de economia e dois professores cujo curso não é mencionado), três são militares, sete são “profissionais liberais” (identificados como jornalistas, advogados, escritores, poetas e críticos literários), além de cinco autores cujas referências biográficas não foram encontradas. Mais de 80% dos autores dos artigos sobre “política” estão de algum modo, vinculados à burocracia estatal e colaboram com quase 85% do total de matérias. Os intelectuais diretamente ligados ao Executivo são os que mais contribuíam com artigos para a revista. Estes dados são importantes para demonstrar que a formulação da doutrina vem do próprio campo político.

A revista *Cultura Política* representa a associação entre cultura e política, como forma de conciliar as diversas tendências existentes no meio intelectual ligado

ao regime. Pois, como afirma Daniel PÉCAUT (1990, p.69), “o regime de Getúlio Vargas, mesmo durante o Estado Novo, visava a um autoritarismo desmobilizador, e mostrava-se mais vacilante que resoluto em suas iniciativas para formar organizações de massa”. Em decorrência desta configuração, o projeto estadonovista “pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais”. Este sentido cultural relacionava-se com a construção da “nacionalidade”, do retorno às “raízes do Brasil” e de forjar uma “unidade cultural”. Depreende-se que para os intelectuais do regime, cultura e política são inseparáveis “e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo” (*idem*).

A revista *Cultura Política* tornou-se um exemplo desta conjugação entre cultura e política, pois colocava os intelectuais a serviço do Estado e aproximava as diversas correntes que formavam a doutrina autoritária do Estado Novo. De acordo com Almir de ANDRADE é a ordem política “que defende, que sustenta, que permite o desenvolvimento de uma coletividade através de todos os seus elementos de cultura” (1941, p.08). A consciência política e a consolidação da cultura de um povo são interdependentes, pois é a política que organiza a cultura:

A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes da inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de orientação para o bem comum. Cultura e política são, por isso mesmo, indissociáveis: toda política verdadeira e sadia deve ser uma expressão da cultura popular, assim como toda cultura verdadeira e fecunda deve ter um sentido político, deve conter uma aspiração de integrar-se na vida organizada que a política representa, como cristalização da ordem social (ANDRADE, 1941, p.08).

O próprio nome da publicação transmite essa nova concepção de cultura adotada pelos intelectuais. Elide Rugai BASTOS (2003, p.151) aponta a influência de Ortega y Gasset sobre diversos articulistas da revista, inclusive o título, *Cultura Política*, que foi um tema amplamente discutido pelo autor espanhol. Ortega apregoa uma nova política, que deveria superar os erros cometidos pelos liberais, denominada de *cultura política*, cujo objetivo é fazer a revisão dos princípios liberais, construindo uma nova democracia.

BASTOS (2003) traça diversas conexões entre temas discutidos pelo espanhol e por intelectuais brasileiros, principalmente Almir de Andrade, Paulo Augusto de Figueiredo e Rosário Fusco. As idéias de Ortega agem até mesmo sobre os objetivos da revista, devido à leitura de seu diretor. Além do tema cultura e política, há influência também sobre a concepção da missão dos intelectuais e a formação da nação, aproximando a cultura da política e educando o povo. A crítica ao liberalismo também está presente nas obras do espanhol e nas páginas da revista brasileira, questionando o sistema democrático liberal e a idéia de liberdade deste sistema, propondo um novo humanismo que salvaria a sociedade da crise liberal. Outro ponto é a centralização política, que assim como Ortega, a revista *Cultura Política* também defende que cabe ao Estado, por ser um organismo vivo, responder às necessidades sociais. Desta forma, haveria a identificação harmônica entre Estado e Nação.

Consideramos a revista *Cultura Política* como um *campo intelectual*, pois, através da produção de bens simbólicos, permite a compreensão de um autor ou uma obra, assim como de uma formação política e cultural. A estrutura de um campo intelectual funciona como um mediador entre o autor e a sociedade, de modo que o autor não se conecta de forma direta a sociedade. As partes integrantes do campo intelectual estão colocadas em uma relação de interdependência funcional, contudo, cada parte tem seu “peso funcional” e contribui de maneira muito desigual na estrutura específica do campo intelectual. A estrutura dinâmica do campo intelectual não é mais do que o sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, que se definem por sua posição nesta estrutura (BOURDIEU, 2002, p.31).

Na sociedade existem forças sociais, as quais, em virtude de seu poder econômico ou político, ou das garantias institucionais de que dispõem, estão em condições de impor suas normas culturais a uma fração mais ou menos ampla do campo intelectual, e que reivindicam uma legitimidade cultural (BOURDIEU, 2002 p.31). No caso estudado, a força social que impunha suas normas culturais era o próprio Estado, através de instituições como o DIP e a própria revista *Cultura Política* em âmbito nacional.

A revista *Cultura Política* foi um dos diversos meios que o Estado Novo utilizou para formular e divulgar sua doutrina. Por ter alcance nacional e nomes de

grande projeção, não ficou restrita a propaganda do governo, de maneira que mobilizou intelectuais com diferentes concepções em torno de um projeto comum: uma nova compreensão da cultura e da política brasileiras.

A partir das análises das estruturas do Estado Novo e das características fundamentais dos intelectuais e de seu pensamento, procuramos estabelecer de que forma contribuíram para a produção de um discurso ideológico que justificasse as práticas do governo do Estado Novo. Buscamos traçar um eixo central de idéias e formação de uma visão de mundo autoritária e corporativa através das trajetórias de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, e da análise das revistas *Cultura Política*, como espaço de produção de discurso oficial do Estado Novo em âmbito nacional. No capítulo a seguir o foco será no estado de Goiás, no modo como o Estado Novo agiu ideologicamente na região, principalmente pela revista *Oeste* e seus intelectuais. Desta forma, avaliaremos como o se refletia a doutrina estadonovista nos lugares mais distantes do centro de poder.

CAPÍTULO 02

A Revista *Oeste* e a produção de bens simbólicos em Goiás durante o Estado Novo

A década de 1930 foi um período de transformações para Goiás. A Revolução de 1930 acarretou certas mudanças para o estado, nas lideranças e nos centros de poder. O objetivo deste capítulo é demonstrar de que forma a revista *Oeste* se tornou um instrumento de poder do Estado, não só na esfera do governo estadual, mas do Estado Novo também, e para isso, esboçaremos as transformações ocorridas na década referida, de modo que se possa identificar o contexto em que a revista se estabeleceu como um campo intelectual. Em seguida faremos uma análise pormenorizada da revista com o objetivo de ratificar através de seus artigos a sua produção ideológica.

Consideramos a revista *Oeste* como um campo intelectual, porque, de acordo com BOURDIEU (2002), e como afirmado anteriormente, o campo intelectual, como espaço social relativamente autônomo de produção de bens simbólicos, fornece uma compreensão de um autor ou de uma obra (e também de um contexto cultural ou político), sem separar a existência de um e de outro, nem reduzi-los a determinantes sociais. A estrutura do campo intelectual funciona como mediadora entre a sociedade e o autor, pois este não se conecta diretamente a sociedade nem a sua classe social de origem, mas através do campo intelectual. Bourdieu acrescenta que o campo intelectual não é um espaço neutro de relações interindividuais, mas está estruturado como um sistema de relações em concorrência e situações de conflito entre grupos em posições diversas.

Segundo a definição acima, a revista *Oeste* com sua produção de bens simbólicos, possibilita a compreensão do contexto político e cultural (sendo que o cultural estava subordinado ao político) da época, e de um autor e uma obra, no caso, Pedro Ludovico e Goiânia, respectivamente. O conflito dentro da revista era iminente, pois havia desacordo no sentido que a revista deveria tomar. Essas características estão em destaque nas análises feitas das edições no decorrer do capítulo.

A dinamização econômica em Goiás se deu em função das exigências das mudanças econômicas brasileiras representadas pela industrialização do Centro-Sul e pela expansão da economia cafeeira no início do século XX, sustentando, assim, a ocupação de áreas interioranas e sua incorporação à produção capitalista. A chegada da estrada de ferro a Goiás, mais precisamente na região Sul e Sudoeste, propiciou o povoamento e a dinamização econômica mais acentuada nessas áreas, pois a estrada de ferro as interligava ao mercado nacional. Desta maneira, houve um desnivelamento entre as regiões do estado, tornando-se o centro econômico as regiões Sul e Sudeste (CHAUL, 1999, p. 23 e 24).

Politicamente, até 1930, ao grupo dominante pertencia parte dos membros da família Caiado, com o apoio de grandes proprietários da capital do estado e do interior, e completamente inseridos no chamado Pacto Oligárquico prevalecente na Primeira República, mantendo relações próximas com o Governo Federal. Os Caiados utilizavam os artifícios de manipulação da administração pública, a fraude eleitoral, a violência física como forma de afastar os opositores, práticas comuns no sistema oligárquico vigente no período. Porém, à medida que as regiões Sul e Sudoeste cresciam economicamente, se distanciavam da capital, e questionavam o fato de a maior parte dos políticos que exerciam o controle estatal e a representação em nível federal ou serem oriundos da capital, ou ligados a tais interesses oligárquicos. Desta forma, junto ao poder econômico, os representantes dessas regiões passaram a almejar o poder político, porém, sendo constantemente barrados pelos já detentores desse poder (CHAUL, 1999, p. 24 a 29).

No início da década de 1920 as divergências se acentuaram e a pouca participação política de diversos grupos fez surgirem as dissidências. No Sudoeste, na cidade de Rio Verde, Pedro Ludovico comandou a oposição aos Caiados, junto com Mário Caiado em Goiás (capital). Entretanto, inicialmente, eram pouco articulados, sem um programa ou partido que os unisse. Para as eleições de 1928 formaram o Partido Republicano de Goiás, procurando representar todas as regiões do estado. Porém, não conseguiram desbancar a engrenagem coronelística. Em plano nacional foi criada a Aliança Liberal, colocando-se como uma alternativa as dissidências goianas.

Nas eleições de 1930, Júlio Prestes ganhou significativamente de Getúlio Vargas em Goiás, contudo, nacionalmente a derrota da Aliança Liberal não foi

aceita, dando início a revolta armada pela tomada do poder, a chamada Revolução de 1930. Em Goiás, Pedro Ludovico tomou a frente do movimento, organizando um batalhão de voluntários na tentativa de tomar o poder no estado. Mas o grupo no poder reagiu com um batalhão próprio, juntamente com a polícia, derrotando e prendendo Pedro Ludovico. Contudo, ao mesmo tempo, penetrava o estado a Coluna Arthur Bernardes, de Minas Gerais, liderada por Quintino Vargas. Chegando a capital, não encontraram resistência e tomaram o Palácio do Governo, assumindo a interventoria o próprio Quintino Vargas, e logo em seguida Pedro Ludovico assumiu o posto (Ver CHAUL, 1999, p.32-51; SILVA, 2005, p. 83-158 e MACHADO, 1990, p. 117-178).

Nasr CHAUL (1999, p.45-49) ressalta que a partir de 1930 há uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, mas com poucas transformações nas estruturas de produção, pois a terra continuou como fonte de poder, prestígio e produção, ocorrendo uma alternância de oligarquias no poder, pois o processo de acumulação permanece ligado à terra, com alterações na mentalidade da população, acompanhando os parâmetros nacionais. Podem ser observadas algumas mudanças gerais ocorridas no estado, como a busca crescente pela mercantilização dos produtos goianos no mercado nacional, maiores investimentos em educação e higiene, além de uma pequena ascensão na indústria.

Pedro Ludovico, como estratégia de disputa para manter-se no poder que ainda não estava consolidado, retomou uma antiga idéia, dos séculos XVIII e XIX, de transferir a capital de Goiás. O interventor declarou sua intenção pela primeira vez em um discurso na cidade de Bonfim (atual Silvânia) em 04 de julho de 1932, e o assunto se tornou a ordem do dia. Depois de nomeada uma comissão através de decreto, foi escolhida a região de Campinas para se situar o novo centro administrativo estadual. Ocorreram muitos protestos contra a construção de uma nova cidade. Porém, como afirma CHAUL (1999, p.77), a nova capital

Era também a necessidade de um país em pleno avanço da frente pioneira¹³ que respaldava a idéia da mudança como uma forma de se concretizar tal processo, ou seja, uma nova

¹³ Nasr Chaul utiliza os conceitos de *frente pioneira* e *frente de expansão*, baseado em José de Souza Martins, para caracterizar a política e a economia goianas. Para Chaul, “frente de expansão é mantida como o momento da expansão capitalista em áreas ainda não incorporadas ao mercado nacional. Tal incorporação se dá com a efetivação da frente pioneira. Goiânia desta forma representaria o momento em que a frente pioneira atingiria seu ápice” (1999, p.16).

capital viabilizaria a frente pioneira, nos moldes capitalistas, ao mesmo tempo em que reunia condições de penetração para novas frentes de expansão. [...] Era uma necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais a economia nacional.

Pedro Ludovico usava como estratégia contra os opositores à mudança, ataques às deficiências e marasmos da cidade de Goiás, sendo que o alvo principal das críticas era o centro de poder da oligarquia oponente principal, os Caiados. As questões econômicas ficavam de pano de fundo, pois a intenção era atacar a família Caiado. Seu argumento se fixou na decadência da cidade, criticando o relevo, o clima, o mau abastecimento de água, a precária rede de esgoto, as habitações em mau estado, entre outras questões físicas. Desta forma, a opinião geral se tornou favorável a uma nova capital, pois

seria o símbolo que levaria o estado a sair do marasmo político-econômico, além de representar o “novo tempo” que se estruturava nos horizontes nacionais. Era parte do “novo” Brasil; do tempo novo, do Estado Novo. Uma nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso (1999, p.81).

Como se pode observar, Goiânia representava a ideologia do progresso, fortemente disseminada no estado e no país, que caminhava rumo ao autoritarismo nacionalista do Estado Novo. E, uma das principais características do projeto do Estado Novo era a integração nacional. Integrar, nos termos do regime, significava identificar Estado e Nação, conjugar todos os aspectos desagregados pelo liberalismo em um só plano, o nacional, harmonizando, assim, cultura e política. Assim, Goiás poderia acompanhar o progresso do país integrando-se a ele. A integração objetivada por Vargas não se deu apenas por ações como a Marcha para o Oeste, colônias agrícolas, expedição Roncador Xingu, mas também pelo plano ideológico, através de uma propaganda sistemática do regime em todas as partes do Brasil.

Em Goiás, a revista *Oeste* teve seu primeiro número lançado em 05 de julho de 1942, junto com o *Batismo Cultural de Goiânia*¹⁴, apesar de não ter feito parte da

¹⁴ O *Batismo Cultural de Goiânia* consistiu na inauguração oficial da nova capital do estado de Goiás com a realização de eventos culturais, inaugurações de prédios oficiais, que se estenderam do dia 1º ao dia 11 de julho de 1942. O evento foi autorizado pelo Presidente Getúlio Vargas por meio do decreto-lei nº 4.092 de 05 de fevereiro de 1942. Na programação oficial constava a presença de Getúlio Vargas e Gilberto Freyre, mas nenhum dos dois compareceu. Para mais detalhes do evento ver GALLI, Ubirajara. *A história do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

programação oficial do evento. Na visão de Bernardo ÉLIS, o Batismo Cultural e a *Oeste* terminaram sendo a Semana de Arte Moderna de Goiás, vinte anos depois de 1922. Essa perspectiva é a mesma, em termos, de Oscar Sabino JÚNIOR, que via a *Oeste* preenchendo um vazio cultural e exercendo o papel de “...despertar a consciência do escritor goiano para o ideário do modernismo brasileiro.” Há aí um universo de implicações ideológicas a serem compreendidas (MOREYRA, in OESTE, 2001, p.09), que procuraremos descortinar neste capítulo.

A revista *Oeste* nasceu em um contexto de “modernização” em Goiás, em que o processo de urbanização se acelerava relacionado ao crescimento do comércio e de redes bancárias a partir da década de 1930. As alterações no comando político foram acompanhadas por mudanças de toda ordem, surgindo assim a idéia de um Goiás Novo. Neste quadro, do ponto de vista ideológico, Goiânia se apresentava como o símbolo de um almejado processo de modernização e desenvolvimento econômico e cultural (DAYRELL, 1977, p.13-19).

Neste âmbito, eclodiu um movimento intelectual urbano em Goiás. DAYRELL (1977, p.20) afirma que os intelectuais goianos desejavam o desenvolvimento e o progresso do estado, e desta maneira ocorreram aproximações de interesses entre estes pensadores e o governo. Paralelamente à expectativa de desenvolvimento estadual cresce um sentimento regionalista, de valorização do elemento local, em busca de uma consolidação cultural própria de Goiás.

O contexto nacional de integração, ocupação de áreas desocupadas, exploração das riquezas, vinha ao encontro das aspirações goianas de florescimento econômico e cultural. As perspectivas culturais deixam a estagnação do período anterior a 1930 e começa a aparecer um movimento literário em Goiás, porém Gilberto Mendonça TELES (1964, p.157 apud DAYRELL, 1977, p.23) ressalta que era uma literatura “incharacterizada, incipiente na sua afirmação, mas procurando constantemente definir-se, caminhando para o aproveitamento de uma temática social e historicamente goiana e refletindo ao mesmo tempo os aspectos de uma sincronização nacional”.

A construção de Goiânia impulsionou a ânsia de modernização e cultura, constituindo o contexto regional, fortemente influenciado pelos acontecimentos nacionais, para a criação da revista *Oeste*. Ao traçar o objetivo de sistematizar o pensamento goiano, a publicação abriu-se a convivência de diversificados elementos,

até mesmo antagônicos. Conjugaram-se nas páginas de *Oeste* variados interesses políticos, culturais e literários. Porém, com o tempo, essa convivência diversificada entrou em tensão, favorecendo aos que se ligavam a ordem política vigente, como será visto mais adiante.

A publicação pode ser vista através de dois ângulos: como um meio de divulgação das ações e da doutrina do Estado Novo e Getúlio Vargas em âmbito nacional; e na esfera regional, a revista mostra-se como um veículo de produção de ideologia na medida em que se volta cada vez mais para a política, principalmente no que diz respeito à figura de Pedro Ludovico, enfatizando seus atos e inserindo-o no plano ideológico nacional. Getúlio Vargas e Pedro Ludovico são constantemente colocados lado a lado, um como herói nacional e outro regional, respectivamente. *Oeste* procura mostrar o que Goiás tem de melhor não só no plano intelectual, através de poemas e contos, mas nos planos político e econômico, criando seções específicas destinadas a esses assuntos. O formato e o objetivo da publicação transformam-se com o passar dos números, com alguns temas ganhando mais relevância que outros. Porém há uma constância na revista, a referência a Pedro Ludovico e sua grande obra, a construção de Goiânia.

A direção da revista, inicialmente, pertencia a Zecchi Abrahão, e o corpo editorial era composto por Bernardo Élis, Garibaldi Teixeira, Hélio de Araújo Lobo, José Décio Filho e Paulo Augusto de Figueiredo. Sua impressão era feita na Seção Industrial da Imprensa Oficial em Goiânia.

Seu primeiro número foi dedicado a homenagear a cidade de Goiânia e possuía um aspecto mais literário, pouco voltado para assuntos políticos, porém já expressando sua inserção na visão de mundo dominante. O subtítulo da edição dizia as seguintes palavras: “Revista literária publicada mensalmente”. O editorial (2001, p.34 [1942, nº01, p. 02])¹⁵ trazia “um chamamento aos intelectuais moços de Goiás para que interpretem o pensamento Goiano, vençam qualquer mediocridade e libertem a cultura em Goiás”, anunciando-se como veículo oficial do pensamento goiano. Ainda, em seu primeiro editorial trazia no início e no fim: “Oeste é, assim, o veículo oficial do pensamento moço de Goiaz”; e “a Oeste é vosso, intelectuais

¹⁵ As consultas aos números da *Oeste* foram feitas pela edição *fac-símile* digital: *OESTE: revista mensal*. Goiânia: AGEPEL, 2001 (Reedição integral fac-similar virtual). Entre colchetes indicaremos o ano original ao qual nos referimos, o número da revista e a página de origem.

moços de Goiás”. A nota de abertura continha os seguintes dizeres: “Oeste prestigia todos os moços cultos de Goiás. Vai buscá-los, a escafrando, do fundo do obscurecimento. Disputá-los-á às mãos valoricidas de mediocridade”. Neste mesmo editorial já eram feitas referências marcantes a Pedro Ludovico, como:

Grava, em depoimentos são de brasilidade são, uma obra e um autor. A obra é Goiânia; Pedro Ludovico o autor. Vale pelo que a mocidade goiana deva retribuir a seu benfeitor. Benfeitor que nos oportunizou cooperação nos destinos comuns da raça goiá. Benfeitor que veiculou a seiva novadora de uma geração rumo a processos de revitalização política. Por isso que OESTE repete a época e o homem; a obra e o destino (*idem*).

Abrindo a edição há um artigo de Castro COSTA intitulado “O sentido ideológico de Goiânia”, em que atribui às bandeiras o movimento que deu origem “a conquista do Oeste” e sendo Goiânia o principal fruto deste movimento. O autor também pretende passar a idéia de que “Goiânia representa um fato sociológico inédito no País, em virtude de traduzir um movimento centrífugo, isto é, que parte do centro do nosso território para irradiar para a periferia” (2001, p.35 [1942, nº01, p.03]). A oposição entre litoral e sertão reverte-se na proposição do autor, que coloca o sertão como o centro (não apenas geograficamente) e o litoral como a periferia, no intuito de chamar a atenção e valorizar o estado de Goiás, como tipicamente brasileiro, distante da importação de idéias atribuída aos estados do litoral.

O que também não podemos deixar de destacar no artigo de Castro COSTA é a idéia amplamente divulgada no período de que Goiânia era símbolo da *Marcha para o Oeste*. Segundo o autor

A marcha para o oeste, hoje tão admiravelmente preconizada pelo maior apaixonado pelo Brasil, o Presidente Vargas, encontrará sempre em Goiânia uma das suas maiores conquistas, eis que a cidade encerra uma série de circunstâncias excepcionais aferidoras do sentido ideológico desse esplêndido movimento (*idem*).

Percebemos este fato como uma apropriação da construção de Goiânia pelo Estado Novo, tendo em vista que a idéia e o início da construção da nova capital goiana foram anteriores ao projeto da Marcha para o Oeste, e se baseou em questões locais, e não nacionais. Nasr CHAUL (1999) atribui a transferência definitiva da capital a uma troca de apoio e interesses entre Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, pois Goiânia, “significando o progresso geral, seria também o coroamento dos ideais de

expansão do governo de Vargas, através da Marcha para o Oeste” (1999, p.83). Esta reciprocidade entre Vargas e Pedro Ludovico também se deu nos largos empréstimos feitos pelo governo federal ao governo de Goiás para a construção de Goiânia. A ideologia do progresso não estava restrita ao estado de Goiás, como justificativa para a construção de Goiânia, sendo também uma das bandeiras do governo de Getúlio Vargas.

Em seguida, ainda referente ao primeiro número da *Oeste*, há dois artigos sem caráter literário algum. Um é “O quinta coluna” de Matma NAGO criticando o nazismo, e com nenhuma referência a Goiânia. O outro artigo é de Paulo Augusto de FIGUEIREDO “O Brasil comeu espinafre”, que trata da política nacional, com críticas ao liberalismo, citando Oliveira Vianna, Alberto Torres e Euclides da Cunha como “diagnosticadores” dos males brasileiros na Primeira República, e Getúlio Vargas como o médico que curou o Brasil, através da Revolução de 1930 e depois o Estado Novo. São artigos que se desviam do objetivo principal anunciado pela própria revista, pois não tratam de Goiânia e nem possuem teor literário.

Ainda neste número, há homenagens a Pedro Ludovico, às mães frisando a importância da mãe do interventor por ter gerado o construtor de Goiânia em um artigo de Vasco dos REIS: “É dona Josefina Ludovico de Almeida. Ela encarna com perfeição as peregrinas virtudes da mãe brasileira e goiana. Ela é a genitora de Pedro Ludovico. Foi ela quem formou esse grande coração e esse grande cérebro...” (2001, p.39 [1942, nº01, p.07]).

Após diversos poemas, a maioria em homenagem a Goiânia, alguns contos, há um artigo sobre economia goiana de Zoroastro ARTIAGA, e o fechamento da edição com “Mensagem ao Brasil” de Pedro Ludovico TEIXEIRA, em que entrega Goiânia ao Brasil e saúda a Nação: “Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso” (2001, p.55 [1942, nº01, p.23]).

O segundo número foi lançado apenas em março de 1943, devido, sobretudo, a dificuldades materiais. A revista passou então a ser financiada pelo Estado, e sua orientação literária foi acompanhada de um cunho político mais forte. Na capa da revista já são percebidas as mudanças, com dois pequenos textos, um de Pedro Ludovico e outro de Getúlio Vargas falando dos benefícios advindos com a

instauração do Estado Novo. O subtítulo apresentava a revista como “Revista de divulgação cultural publicada mensalmente”.

O editorial justifica a demora em ser lançado o segundo número por uma série de dificuldades alheias ao seu corpo editorial e agradece a proteção e o apoio do governo do estado. E, novamente faz um chamado aos jovens intelectuais do estado para contribuírem com a revista, para que juntamente com o progresso material de Goiás, haja o progresso espiritual.

O apelo à figura de Pedro Ludovico é crescente a partir deste segundo número. Por exemplo, o artigo, sem autoria, intitulado “Foi preciso o golpe de 10 de novembro”, em que são feitos diversos elogios ao interventor, a sua pessoa e a sua atuação como governante, e também há a transcrição de um discurso do interventor na cidade de Anápolis, em que ele faz a afirmação que compõe o título. A revista procura mostrar como Pedro Ludovico está inserido na doutrina estadonovista:

O fato de ser hoje o único chefe de governo estadual que não foi afastado de seu posto, desde 1930, é bem uma demonstração inequívoca da identicidade de vistas que Sua Excelência tem com o Presidente Vargas, do qual é um auxiliar de pulso e empreendedor (2001, p.60 [1943, nº02, p.03]).

Nesta edição há também um artigo sem assinatura a respeito do tratamento dado pelo Estado Novo a cultura. Cita o Departamento Nacional do Livro, o jornal *A Manhã*, a revista *Cultura Política*, o trabalho do Ministério da Educação, as premiações concedidas pelo Ministério do Trabalho às peças teatrais e obras literárias de cunho social, as notícias enviadas pelo DIP aos jornais do país, e até mesmo o próprio Presidente fazendo parte da Academia Brasileira de Letras. O foco principal deste artigo é a revista *Cultura Política*, diferenciando esta publicação das publicações da Primeira República: “É uma revista que tem um rumo certo, alto, definido: conduzir a nossa inteligência num sentido construtivo. [...] A frente da revista está a figura moça de Almir de Andrade, uma das mais altas e vigorosas expressões da nossa inteligência” (2001, p.63 [1943, nº02, p.06]).

Em seguida há uma nota a respeito da mudança no corpo editorial da revista. A direção deixa de ser de Zecchi Abrahão¹⁶, que justifica falta de tempo, mas que continuaria colaborando com artigos esporádicos, e passa para Gerson de Castro

¹⁶ Zecchi Abrahão era dirigente dos jornais *Correio Oficial* e *Folha de Goiaz*, além de colaborar com jornais do Triângulo Mineiro (2001, p.64 [1943, nº02, p.07]).

Costa. Garibaldi Teixeira, diretor da Imprensa Oficial do Estado, por motivos de saúde, deixa o quadro de redatores, e entram cinco novos integrantes, Gerson de Castro Costa, já citado como diretor, Frederico de Medeiros como redator, J. B. Félix de Sousa e Carlos de Faria como secretários, e Gabriel Anconi como gerente.

O segundo número continua com algumas poesias, prioritariamente de autores locais, alguns contos e artigos de crítica literária. Há também um artigo de Castro COSTA sobre Nietzsche e o Nazismo, criticando o nazismo. Há algumas notas de homenagem a figuras falecidas, dentre elas Getúlio Vargas Filho. Encontram-se textos sobre a história de Goiás, como “O mês de fevereiro na história de Goiás” de Odorico COSTA, em que o autor analisa acontecimentos ocorridos no estado no mês de fevereiro de diversos anos. Hélio A. LOBO aparece com “O quinta coluna tem razão...” tratando de assuntos relativos a relação entre Igreja e Estado. Destaca-se também um artigo de Paulo FIGUEIREDO “Em torno dos grandes e dos outros grandes”, sobre as relações humanas e a política, analisando formas de se tornar um grande homem.

Fechando o segundo número há um texto intitulado “Pedro Ludovico, protetor da classe intelectual em Goiaz”, sem especificar o nome do autor, em que se apresentam muitos agradecimentos e elogios ao interventor por ter assumido a *Oeste*,

O gesto do Interventor Pedro Ludovico, mandando publicar, oficialmente, esta revista, é desses que definem um estadista. Ele veio revelar que o governo goiano não se preocupa somente com problemas econômicos, mas também com as coisas do espírito. [...] O próprio Interventor Pedro Ludovico é um intelectual, sobretudo um poeta. [...] Pedro Ludovico na tão só criação de Goiânia, realizou uma obra poética (2001, p.87 [1943, nº02, p.30]).

Deste número em diante a revista passa a ser editada pela Imprensa Oficial do Estado por autorização do Decreto-lei nº 7.045, de 03 de fevereiro de 1943, que veio transcrito na íntegra no segundo número. Além de oficializar a publicação, o decreto tratava da verba concedida à publicação, que caberia ao Estado exclusivamente a concessão. A organização do corpo editorial constava no artigo 2º, tendo um diretor, seis redatores e um gerente (este deveria ser servidor da Imprensa Oficial do Estado), nomeados pelo Estado, e um secretário escolhido pelo diretor. Estas funções determinadas pelo decreto não teriam direito a nenhuma remuneração de acordo com o artigo 4º. Apesar da resolução de que a responsabilidade do governo seria

exclusivamente econômica, o artigo 5º determinava a criação de um regimento interno pela diretoria e que deveria ser aprovado pelo governo. O artigo 3º do referido decreto-lei especificava as finalidades da revista:

...divulgará assuntos de cultura geral, de acordo com o programa que for estabelecido por seus dirigentes e responsáveis e procurará de modo particular fixar os aspectos e as tendências literárias e sociológicas do Brasil Central (*idem*).

Este decreto-lei demonstra a subordinação, não apenas financeira, mas integral da revista em relação ao governo. Além de o governo ter que aprovar o corpo editorial e o regimento interno, ainda havia outro órgão de fiscalização, o DEIP-GO. A partir deste momento é possível perceber como a revista se torna um aparelho ideológico do Estado Novo, intensificando-se os artigos de caráter político-ideológico, como os que exaltam as ações de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico, e a doutrina estadonovista. O corpo editorial, no decorrer das publicações, faz questão de demonstrar que a revista não existiria se não fosse o governo e Pedro Ludovico.

O terceiro número, lançado em abril de 1943, traz na contracapa a indicação do registro da revista no DIP “de acordo com a lei”, mas sem especificar qual lei. Na contracapa encontram-se também os seguintes dizeres: “Oeste, é a única revista exclusivamente literária publicada no Brasil mediterrâneo” (2001, p.94 [1943, nº03, p. s.n.]). Apesar de afirmarem ser *Oeste* uma revista exclusivamente literária, já demonstramos que desde o primeiro número são publicados artigos voltados para diversos temas, e notícias de atos do governo.

O editorial, intitulado “Goiânia, centro cultural”, discute a importância da *Oeste* para a movimentação cultural de Goiânia, e que por ser um núcleo cultural, a revista aceita a colaboração eclética da intelectualidade local:

Esteada pelo amparo sem dúvida elogiável dos poderes públicos, OESTE procurará movimentar, sem dissidências estereis e individualistas, os cenários da cultura regional, que, justamente à míngua de órgãos regulares e próprios de difusão, não tem podido fugir a indisfarçável abulia que os caracteriza. Nosso intuito encerra um ecletismo integral e previdente, é mister que o digamos. Não conhecemos a parcialidade, e iremos aonde acharmos precisa a nossa presença a fim de desempenhar o papel que nos propusemos de esforçados comentadores dos assuntos culturais em Goiaz (2001, p.95 [1943, p.01]).

Neste terceiro número, Paulo FIGUEIREDO aparece com um artigo chamado “Um exemplo russo a imitar” traçando críticas ao liberalismo, e elogiando a forma como o Estado Soviético levou sua ideologia política a todas as esferas da vida da população, e indica este caminho como o que o Estado Novo deve seguir:

Precisamos, assim, efetivar a nossa ideologia. E o meio de o fazer está na política, que é o instrumento de realização dos ideais coletivos. É preciso levar os ideais do Estado Nacional a todos os lares, às fábricas, às oficinas, à caserna, às fazendas, etc... É preciso levar a política a todos os cantos. É preciso, nesse ponto, imitar, o grandioso, heróico e comovente exemplo do povo russo (2001, p.100 [1943, nº03, p.06]).

Em seguida, “Os municípios goianos no estado Nacional” de Odorico COSTA (diretor geral do Departamento do Serviço Público de Goiás), que discute a mudança de tratamento dos municípios após a Revolução de 1930, mostrando o progresso econômico e político dos municípios goianos através de estatísticas. Entre poesias e contos, os artigos de cunho político aparecem na revista, uns com apelos ideológicos mais fortes que outros, mas de forma geral em sintonia com a visão de mundo dominante. Os espaços em branco entre um texto e outro eram preenchidos com trechos de textos de intelectuais como Almir de Andrade, Francisco Campos, Ortega y Gasset, de Getúlio Vargas, Pedro Ludovico, e até mesmo dos intelectuais locais. A presença do Estado Novo é forte na revista, apesar da ênfase ser dada aos aspectos regionais.

Destaca-se nesta edição a homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas, comemorado no dia 19 de abril, com uma página dedicada a elogios ao Presidente e as suas obras a frente do governo. Além da homenagem ao aniversário de Vargas, há a transcrição de um telegrama enviado pelo Chefe da Nação ao diretor Castro Costa (na verdade por seu secretário, Luiz Vergara, mas na manchete diz que é de Vargas), em agradecimento ao envio de um exemplar da *Oeste* e em reconhecimento da intelectualidade goiana.

A partir deste número é possível encontrar uma seção chamada “Oeste vista pelos outros” que se repetirá em praticamente todas as edições seguintes. Geralmente são notas de outras publicações elogiando a *Oeste*, mas há também opiniões de pessoas específicas, muitas vezes ligadas ao governo e intelectuais. Nesta edição há a reprodução de notas publicadas em dois jornais do Triângulo Mineiro, “O Triângulo”

e “Gazeta do Triângulo”, em que elogiam a qualidade da edição e o quadro de redatores.

Os anúncios publicitários também fazem parte das páginas da revista. São propagandas de alfaiates, advogados, farmácias, livraria, bares, mercearias. Mas não foram encontradas referências de como eram feitos esses anúncios, valor a ser pago pelos anunciantes, ou qualquer regimento.

Em maio de 1943 é lançado o quarto número da *Oeste*. O editorial “O 1º de maio de ontem e o de hoje” discute um assunto de grande expressão para o Estado Novo, o trabalho. Como o título já indica, é feita uma comparação entre o tratamento dado aos trabalhadores antes e depois da instauração do Estado Novo, sendo que antes, o editorial afirma que os trabalhadores estavam esquecidos pelo governo, e faz diversas qualificações positivas sobre a legislação trabalhista instituída pelo governo Vargas, tornando desnecessárias as reivindicações sociais, pois o governo oferecia o que a população necessitava:

E eis porque o 1º de Maio, hoje, é um dia de alegrias sãs. Um dia em que os operários bebem e dançam. Um dia em que, ao invés de “passeatas da fome”, há concentrações cívicas nas ruas, com bandeirolas e banda de música, o retrato do Presidente Cidadão substituindo, nos estandartes, as antigas legendas revolucionárias (2001, p.135 [1943, nº04, p.01]).

Após o texto do editorial vem impressa uma foto de Getúlio Vargas com a legenda: “O operário número 1 do Brasil” e um texto com múltiplos elogios à pessoa do Presidente e afirmando sua aptidão para governar o país. E, na página seguinte, há uma foto de Pedro Ludovico com a legenda: “O operário número 1 de Goiaz”, também seguido de um texto com louvores a sua pessoa e sua obra.

Castro COSTA escreve para este número um artigo intitulado “Conceito de democracia no Estado Novo”, discutindo o conceito de democracia e rejeitando a democracia do liberalismo, e afirma que a democracia do Estado Novo é a ideal, pois se baseou na realidade nacional, nos anseios do povo brasileiro, sem influências exógenas. Discurso bastante comum na época de crítica ao liberalismo e defesa da democracia estadonovista.

Na seção “Oeste vista pelos outros” deste número há notas de congratulações pela volta da revista, elogios ao Interventor pela atitude de manter a publicação, vindos do jornal “O Estado de Goiás” de Uberlândia, e do jornal “Anápolis”.

O número 04 de maio de 1943 tem como destaque a publicação de uma nota em que anuncia a vinculação da *Oeste* ao Departamento de Imprensa e Propaganda nacional. O acontecimento foi considerado como um “êxito dos esforços do grupo de moços que o Interventor Pedro Ludovico escolheu para orientar o esplêndido movimento de revigoração intelectual que esta revista simboliza” (2001, p.140 [1943, nº4, p.06]). Este fato ajuda a corroborar o comprometimento da revista com a ideologia oficial do Estado Novo.

A quinta edição de *Oeste*, de junho de 1943, traz na capa uma declaração do interventor Pedro Ludovico sobre a revista, em que afirma a sua importância para a intelectualidade local, preenchendo um vazio cultural ao discutir temas de grande relevância para o momento (2001, p.177 [1943, nº05, p. s.n]). O editorial, “Goiás de ontem e de hoje”, inicia-se com uma discussão sobre a relevância de um chefe de governo forte e um regime adequado a realidade nacional, afirmando que essa situação não existia no Brasil no período anterior a 1930. Porém, a partir de 1930, o editorial ressalta que “adveio um regime de responsabilidades”, destacando-se os verdadeiros Chefes, Getúlio Vargas nacionalmente, e Pedro Ludovico regionalmente, reorganizando Goiás em todas as estâncias e escrevendo uma história digna para o estado (2001, p.180 [1943, nº05, p.02]).

Neste número destaca-se também uma nota sobre a publicação de uma separata da revista *Cultura Política*, chamada de “O pensamento político do Presidente”, homenageando Vargas pelo seu aniversário com uma coletânea de artigos sobre o Presidente que constituíram os vinte e cinco números da revista. *Oeste* faz diversas apreciações a respeito da iniciativa da *Cultura Política*, considerando tal volume como “verdadeiro manual de filosofia e de sociologia política, dada a seriedade da colaboração, toda meditada e documentada” (2001, p.203 [1943, nº05, p.25]).

Orgulhosamente, *Oeste* apresenta uma nota sobre os intelectuais goianos (ou que vivem em Goiás) que possuem certo respaldo fora do estado. Em “Brilha, lá fora, a turma de ‘Oeste’”, a revista faz referência a publicação do artigo “O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo” de Paulo Augusto de Figueiredo (redator da

revista, Presidente do Conselho Administrativo do Estado e Professor da Faculdade de Direito), em um livro didático “História do Brasil” para 4ª série, do professor paulista Alfredo Gomes, na parte referente à Segunda República sobre a nova orientação política brasileira. Castro Costa é igualmente referenciado devido ao seu artigo “O maior cumpridor de promessas do Brasil” ter sido publicado na revista *Dos Jornais*, editada no Rio de Janeiro.

Outro evento importante que formaliza o viés político-ideológico da revista *Oeste* é a aprovação de seu Regulamento Interno no dia 26 de maio de 1943 pelo interventor Pedro Ludovico, e transcrito integralmente na edição de número 05 do periódico. As determinações deste regimento são mais detalhadas que as do Decreto-Lei 7.045 e abrangem, de forma geral, as finalidades da revista, como por exemplo, no capítulo I:

Contribuir para a orientação do pensamento brasileiro num sentido nacionalista; divulgar assuntos de cultura geral; fixar de modo particular, sempre que possível, as tendências literárias e sociológicas regionais; instituir concursos literários; incrementar e patrocinar publicitariamente a publicação de obras da literatura goiana; entender-se com as associações culturais, no intento de estabelecer com elas mútua colaboração (2001, p.215 [1943, nº05, p.37]).

O corpo administrativo e as competências das diversas categorias administrativas presentes na revista estão presentes nos capítulos de II a VI. O diretor tinha a função de escolher os assuntos de destaque, distribuir os trabalhos aos redatores, e vetar, com justificativa plausível e por escrito as decisões da Comissão de Censura. O gerente supervisionava a parte comercial da revista, o preço dos exemplares e da assinatura, e dirigia a confecção tipográfica da revista. Os redatores, sem muita liberdade, deviam redigir as matérias atribuídas pelo diretor, e desempenhar as atribuições designadas pela Comissão de Censura. No capítulo VII, artigo 8º do Regulamento Interno, estão dispostas as competências comuns a todos os membros:

Zelar pelos assuntos da Administração procurando trabalhar em regime de mútua colaboração; recortar tópicos e curiosidades de jornais e revistas; copiar frases curtas notáveis, mormente de autores nacionais; procurar desenvolver as finalidades da revista (*idem*).

O capítulo VIII determina a composição de dois Conselhos de Censura, um específico para a censura da prosa, composto de quatro redatores, e outro voltado para a poesia com dois redatores, que deverão ser designados pelo diretor da revista. A aprovação ou reprovação das contribuições deveriam ser unânimes, e não apenas nos quesitos gramaticais, mas também deveriam ser observados os aspectos políticos e administrativos.

O capítulo IX determina as condições para colaboração na revista, como número de páginas, assinatura. As colaborações deveriam ter assinatura de próprio punho do autor, mesmo os que usem pseudônimos. Os trabalhos não poderiam exceder oito páginas datilografadas, cabendo ao diretor decidir se os que não cumprissem esta regra seriam publicados. Também não seriam publicados mais de um artigo do mesmo autor, salvo “assuntos especiais”. E, por fim, o capítulo X trata das disposições finais, afirmando que os casos omissos seriam tratados pelo diretor.

O número seis, de julho de 1943, segue o padrão dos números anteriores, com um editorial voltado para assuntos políticos, e neste caso, “Um homem e uma obra”, expressa a comemoração ao primeiro ano transcorrido do Batismo Cultural de Goiânia. Os méritos são todos dados a Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, enfatizando o “sentido bandeirante” de Goiânia, e qualificando Ludovico como o “terceiro Anhanguera”,

E por ser bandeirismo, e porque o bandeirismo foi o fato mais importante de nossa história, Goiânia apresenta, ainda, uma feição profundamente nacionalista. Goiânia é como que a miniatura do Brasil integral (2001, p.219 [1942, nº06, p.01]).

Esta edição segue com homenagens a Goiânia, incluindo um artigo de Paulo FIGUEIREDO, “Variações em torno de Goiânia” (2001, p.220-221 [1943, nº06, p.02-03]), em que discute o significado da cidade para o país, e afirma que “Goiânia, no panorama nacional, não é só fator de desenvolvimento econômico, mas também, e principalmente, um fator de unificação política”. O autor afirma que a construção da nova capital não teria se realizado sem Pedro Ludovico, relacionando a vontade do governante com os acontecimentos políticos nacionais: “Goiânia é obra de Pedro Ludovico. Todavia, não se pode, também, destacá-la da Revolução de Outubro: esta foi a sua condição política, como Pedro Ludovico foi a sua condição humana”.

Dando continuidade às homenagens a Goiânia, são transcritos diversos depoimentos de personalidades de âmbito nacional e estadual a respeito da cidade. “Goiânia na opinião nacional” agregou opiniões de militares, políticos e intelectuais, como Osvaldo Aranha, com apreciações positivas unânimes, principalmente referentes ao aspecto de progresso que a cidade trouxe a região e ao país. Por ter várias homenagens a Goiânia, o prefeito Venerando de Freitas Borges, no artigo chamado “O edil de Goiânia”, não foi esquecido, sendo considerado como “um dirigente a altura de Goiânia” (2003, p.226 [1943, nº06, p.08]).

Ainda nesta sexta edição há uma declaração muito esclarecedora do diretor Castro COSTA sobre a orientação da revista:

Oeste, frisemos, não é uma revista *literária*, tomando-se esta palavra no seu sentido restrito. É, antes, uma revista *cultural*, ou seja, literária no sentido amplo. Aí por que suas páginas não se colorem somente com poemas e contos, mas acolhem tudo quanto, de um modo ou de outro, represente contribuição à tarefa a que nos propusemos: orientar o nosso espírito num sentido construtivo. Por isso é que, desde o nosso número de estréia, vimos publicando estudos de natureza variada – econômicos, sociais, políticos, administrativos, etc. – buscando uma compreensão total de nossos valores, visto crermos que, só assim, nessa aspiração da totalidade, poderemos realizar obra útil e fecunda (2003, p.228 [1943, nº06, p.10]).

Esta declaração de Castro Costa procura justificar o caráter político que a revista adquiriu, de modo que *Oeste* deveria representar a cultura goiana como um todo, e a política estava inserida neste todo. Apesar de alguns defenderem o caráter estritamente literário com que a revista surgiu, já desde o primeiro número, como o próprio diretor afirma, são tratados diversos assuntos, e percebe-se o viés ideológico bem apropriado ao período.

Número após número, a *Oeste* reafirmava suas finalidades, divulgando a literatura regional, fazendo a propaganda do Regime, de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico. Em diversos números da *Oeste* são publicadas notas de outros jornais e revista a respeito da qualidade da publicação goiana e de sua contribuição para a cultura, e até poemas em homenagem a revista. Além de postar textos de autores locais, também publica textos de intelectuais de destaque nacional e membros do governo, como Alexandre Marcondes Filho (Ministro do Trabalho), Francisco Campos, Almir de Andrade e o próprio Getúlio Vargas. E, além disso, a revista tinha

entre seus editores um ativo colaborador da revista *Cultura Política*, Paulo Augusto de Figueiredo. A publicação goiana, além de ser um meio de divulgação literária do período, era uma ponte do governo central com o centro do país, canalizando a ideologia estadonovista para o Planalto Central.

Já foram dados aqui diversos exemplos de como a *Oeste* se configurava. Cada número dava destaque a um assunto específico, geralmente a alguma data comemorativa do mês, e que já vinha publicado no editorial, como em maio o Dia do Trabalho e a Abolição da Escravidão, em novembro a Instauração do Estado Novo, em outubro a Revolução de 1930, e assim por diante. Eram publicadas notas de falecimento de figuras conhecidas, notas sobre aniversário dos colaboradores e do corpo editorial da revista. Sempre havia no mínimo um artigo exaltando as ações de Pedro Ludovico e de Getúlio Vargas. Poesias e contos não deixaram de aparecer, mas com menos frequência, dando espaço aos artigos que tratam de política e economia, algumas transcrições de discursos e notas sobre personalidades políticas e intelectuais.

Procuramos destacar neste capítulo, principalmente, os artigos que demonstram o viés político da revista, pois nosso objetivo é analisar como *Oeste* se coloca como um instrumento político do Estado Novo em âmbito regional. Além de reproduzir a ideologia do governo de Getúlio Vargas, produz a ideologia do governo de Pedro Ludovico.

O editorial “O sentido revolucionário de Oeste”, presente no número 07 de agosto de 1943, expressa essa produção de ideologia apregoada pela revista. O texto se inicia com a constatação de que a entrada de Pedro Ludovico no poder trouxera a Goiás desenvolvimento econômico e progresso, porém as letras ainda estavam abandonadas no estado. Contudo, o surgimento de *Oeste* tirou a região da “apatia intelectual” em que se encontrava, pois

Os integrantes desse movimento cultural que Oeste lidera compreenderam bem a posição que compete ao intelectual tomar em face dos dias temerosos em que vivemos, quando problemas formidáveis se equacionam em todos os quadros da atividade humana, reclamando argúcia para a sua solução, argúcia que só se pode conseguir mediante um cultivo apropriado da inteligência (2001, p.261 [1943, nº07, p.01]).

Outro artigo que representa bem a produção ideológica de *Oeste*, também pertencente ao sétimo número, é “A escola de Pedro Ludovico”. É um texto em que não é informada a autoria, e que expressa o exemplo de Pedro Ludovico como pessoa e como dirigente político, colocando-o em um patamar elevado, instaurando praticamente uma idolatria ao interventor:

Para alguns homens de Goiás, Pedro Ludovico deixou de ser chefe para se transformar como que em uma “virtualidade”, em um “sentimento”, em algo de “orgânico”. Em cada um deles há como que um pequenino Pedro Ludovico. Pedro Ludovico como princípio, como idéia, como fim. Assim, é de se crer que, quaisquer que sejam os futuros dirigentes da província de Goiás, sejam quais forem as formas políticas e sociais de amanhã, Pedro Ludovico “durará”. [...] Em resumo: já se estão formando homens que “viverão” Pedro Ludovico; que ensinarão a seus filhos “viver” Pedro Ludovico; que tentarão fazer Goiás “viver” Pedro Ludovico (2001, p.273 (1943, nº07, p.13)).

O número 08 de setembro de 1943 não foge a regra, e tem a edição iniciada com um editorial chamado “Dois aspectos da administração de Pedro Ludovico”, que trata da proteção e do estímulo dados pelo governante a cultura de Goiás, e da seleção de seus auxiliares, considerados pela revista como grandes veneradores de Ludovico e de Goiás, e responsáveis, junto com seu Chefe, pelo progresso do estado. Há também nesta edição um artigo de Paulo FIGUEIREDO, “O Estado Nacional e o mundo de amanhã”, em que, não muito diferente de seus outros artigos, faz críticas ao liberalismo e qualifica o Estado Novo como o mais adequado ao Brasil. E finalizando, há um texto sobre o dia da Independência, 07 de setembro, comparando-o ao *10 de novembro de 1937*, dia da instauração do Estado Novo, como uma segunda independência do Brasil.

O número nove, de outubro de 1943, refere-se a diversos temas, como o aniversário de Pedro Ludovico presente no editorial, a Revolução de 1930 e sua importância para Goiás, com dois artigos discutindo o assunto. Um dos artigos é “Goiás e a Revolução de Outubro”, há uma nota sobre Getúlio Vargas, “O chefe da revolução”, outra nota em homenagem a João Pessoa, e um artigo de fechamento da edição, “A Revolução de Outubro” em que considera o movimento como início de uma nova era para o Brasil e Goiás.

Em novembro de 1943 é lançado o número dez da *Oeste*. Novembro é um mês significativo para o regime de Vargas, pois foi neste mês, em 1937, que foi

instaurado. Por ser uma revista oficial, *Oeste* faz diversas referências a esta data, iniciando com o editorial, “Goiáz no Estado Nacional”, procurando demonstrar as mudanças ocorridas no estado com a instauração do novo regime, atribuindo a possibilidade da entrada de Pedro Ludovico no poder e a modernização ocorrida em Goiás:

O regime de 10 de novembro, através de um aparelhamento próprio, estabeleceu e garantiu as condições de que o Brasil precisava, para se desenvolver espontânea e plenamente. Foi, então, possibilitado aos homens públicos realizar programas administrativos eficientes. Foi quando se revelou em toda a sua pujança de estadista de raça, a figura de Pedro Ludovico Teixeira, que, novo Anhanguera, construiu uma obra tão grandiosa (2001, p.369 [1943, nº10, p.01]).

A homenagem ao Estado Novo e a Getúlio Vargas se estende a uma mensagem entregue ao Presidente, pelas mãos de Paulo Figueiredo, em nome dos intelectuais goianos, em que confirmam seu apoio ao Chefe da Nação, esboçado nas seguintes palavras:

É a Voz do Oeste que por nosso intermédio se faz ouvir, plena de brasilidade, para dizer ao Grande Chefe que, tendo em sua palavra um leme seguro e em Goiânia um símbolo imortal, os brasileiros oestinos vão, orgulhosos e entusiastas, realizando, num novo ritmo bandeirante, a grande marcha do Brasil sobre o Brasil, para a conquista integral do Brasil. [...] Tenha, Senhor Presidente Getúlio Vargas, a absoluta certeza de que os intelectuais da terra de Pedro Ludovico, soldados conscientes que são do Estado Nacional, estão ativos e vigilantes, congregados em torno do vulto ímpar de Vossa Excelência, sempre atentos às suas ordens e prevenidos, sempre, contra os inimigos da Pátria, externos e internos (2001, p.389 [1943, nº10, p.21]).

Fechando a décima edição, há um texto que também se refere à instauração do Estado Novo. Afirma-se neste artigo a salvação advinda com o novo regime, pois o Brasil encontrava-se em uma anarquia política causada pelos anos de liberalismo da Primeira República. A contraposição a Primeira República é constantemente usada para demonstrar as transformações ocorridas no país e no estado. Neste número, este artifício é visível, tendo em vista que no mês de novembro também é comemorada a Proclamação da República. Sobre este fato, a revista publica um texto em que se restringe apenas em celebrar tal acontecimento por ter sido realizado unicamente por brasileiros, sem intervenções estrangeiras. Entretanto, na página

seguinte há um artigo de Paulo FIGUEIREDO, intitulado “A falência do liberalismo”, contendo críticas a liberal democracia instituída na Proclamação da República em 1889.

O número 11 de dezembro de 1943 segue o padrão dos números anteriores. O número 12, de janeiro de 1944, é aberto com o editorial “Oeste entra em seu terceiro ano de existência”, no qual é feito um balanço das edições e do caráter que a publicação possui. Reverencia-se de ter ultrapassado alguns obstáculos graças ao apoio e confiança de Pedro Ludovico, e do reconhecimento nacional, nas esferas política, intelectual e administrativa, assim como na grande imprensa, obtido ao longo de sua existência. Além do intenso incentivo a cultura e a intelectualidade goianas, “OESTE se dedica, ainda, a uma obra política eminente, qual seja a de contribuir, através de uma propaganda bem orientada, para a consolidação definitiva do Estado Nacional” (2001, p.443 [1944, nº12, p.01]). Não é mais possível negar o viés político ideológico assumido pela publicação, pois a própria revista assume que divide seu espaço entre a literatura e a política, engajada em apoiar o Estado Novo.

O número 14 de março de 1944 traz mudanças na revista, como uma nova diretoria e corpo editorial. Na primeira página já vem o anúncio das modificações: “Houve por bem o Sr. Interventor Federal modificar a estrutura legal de OESTE, a fim de, corrigindo certas deficiências em seu modo de funcionar, melhor adaptá-la às suas verdadeiras finalidades” (2001, p.489 [1944, nº14, p.01]). Foi aprovado um novo regulamento, através do Decreto número 05, de 28 de fevereiro de 1944. A administração da revista ficaria a cargo de um Diretor, um Conselho de Censura composto de três membros, e um Gerente, sendo cargos de confiança imediata de Pedro Ludovico. O novo diretor passou a ser o jornalista Vasco dos REIS, autor de um livro chamado *Pelo Estado Novo*¹⁷. Para o Conselho de Censura, o Interventor nomeou Antônio Juruena Di Guimarães, cronista da época, Odorico Costa, jornalista e historiador e Paulo Augusto de Figueiredo. A gerência continuaria nas mãos de Gabriel Anconi.

O novo regulamento (2001, p.531-533, [1944, nº14, p.41-43]) possuía algumas diferenças em relação ao antigo que atestavam a mudança do caráter literário que ainda restava para um caráter político ideológico mais acentuado. Além das finalidades especificadas no antigo regulamento, foram acrescentadas mais duas:

¹⁷ Não foram encontradas referências bibliográficas a respeito desta publicação.

“colaborar com o governo e as instituições particulares na solenização de dias de Festa Nacional; divulgar as realizações do governo, sempre que as mesmas se enquadrarem nas suas finalidades”. São acrescentadas, também, outras atribuições aos Conselhos de Censura, como: “redigir matéria de interesse da revista; redigir matéria que lhe for atribuída pelo diretor; apreciar, aprovando ou rejeitando, os trabalhos enviados à revista para publicação”, e, além disso, seus membros a publicar artigos assinados em todos os números. Os anúncios comerciais são proibidos, e as colaborações não podem mais ser assinadas por pseudônimo. As atribuições comuns são mais detalhadas, como por exemplo:

Recortar tópicos e curiosidades de jornais e revistas, maximé quando digam respeito às pessoas e às coisas de Goiás e estiverem dentro do espírito da revista. Copiar frases curtas notáveis, do sentido construtivo, mormente de autores nacionais. Decidir em conjunto as questões omissas no regulamento.

Outras mudanças se operaram na publicação, como o estabelecimento das seguintes novas seções: “Política internacional”, “Política nacional”, “Política estadual”, “Literatos goianos do passado”, “Cidades goianas”, uma seção jurídica e outra de Direito do Trabalho. Há o alerta de que haveria uma seleção mais rigorosa, sob todos os aspectos, das colaborações publicadas em *Oeste* (2001, p.490 [1944, nº14, p.02]).

Neste número 14, o novo diretor, Vasco dos REIS, inaugura com um artigo a nova seção, “Política Nacional”, fazendo uma retrospectiva da política brasileira, e exaltando a habilidade de Getúlio Vargas conseguir governar após o regime liberal da Primeira República, que deixara o país em situação caótica. Mais adiante há uma nota sobre a diversidade de colaborações para a revista:

OESTE, sendo uma revista “cultural”, é, logicamente, uma revista “política”, pois, política é cultura aplicada. Claro, portanto, que devemos dar guarida a tudo quanto vise a valorizar o homem e a sociedade, que tal é o fim da cultura. Procuraremos, assim, publicar estudos os mais variados, de economia, direito, antropologia, etc..., e não só coisas de literatura de ficção (2001, p.530 [1944, nº14, p.14]).

Convém ressaltar o fato que levou a esta mudança na revista em 1944. Bernardo ÉLIS (1983, p.20 e 21) afirma que mesmo sem ter cargo de direção, a

revista ficou sob responsabilidade de Paulo Figueiredo. Este, sendo presidente do Conselho Administrativo de Goiás, um cargo quase tão importante quanto o de interventor, tinha livre trânsito da administração e possibilidades de barganha com Pedro Ludovico. ÉLIS atribui a Figueiredo a existência de *Oeste* e o seu teor político ideológico cada vez mais forte.

Este sentido mais ideológico tomado pela revista levou ao afastamento de vários colaboradores da responsabilidade direta na orientação do mensário, um pouco por comodismo, um pouco como protesto pelo tom propagandístico da revista. O retraimento, segundo Bernardo ÉLIS, não se dirigia a Pedro Ludovico, que era respeitado por todos, mas era uma forma de repudiar a desenvoltura cada vez maior com que Paulo de Figueiredo se empenhava nos elogios ao Estado Novo e ao Interventor Pedro Ludovico, criando até mesmo, nas palavras de Bernardo ÉLIS, “uma certa aura de personagem ridícula” ao governante. Paulo FIGUEIREDO, percebendo as críticas, apontava-os como “invejosos”, “ultrapassados”, “despeitados” (1983, p.22).

É preciso ressaltar que ÉLIS, faz menção a três tendências ideológicas diferentes presente no corpo editorial, e que geravam conflitos entre os editores. Havia a tendência *democrático-esquerdizante*; a *democrático-centrista*; e a *tendência fascitizante*. O autor afirma que “o predomínio democrático proporcionou ao primeiro número o cunho eminentemente literário, que era a reivindicação mais sentida pela intelectualidade goiana” (1983, p.20). Todavia, já indicamos anteriormente que mesmo no primeiro número o caráter literário é desviado, e no decorrer dos números, a *tendência fascitizante* predominou, principalmente na característica referente ao culto ao Chefe e ao Estado, vista nos artigos carregados de elogios a Pedro Ludovico e Getúlio Vargas.

Entretanto, o que levou de fato a mudança apontada anteriormente foi um editorial escrito pelo jornalista conceituado, Frederico de MEDEIROS, no número 10, a respeito dos sentimentos liberais democráticos do povo e o 15 de novembro de 1889. Paulo de Figueiredo, crítico severo da democracia liberal, respondeu a Medeiros em artigo no número 13, intitulado “Para não dizerem tanta bobagem...”. Esta atitude de Figueiredo desagradou Gerson de Castro Costa, diretor da revista na época, o que levou os dois a irem pedir demissão da revista a Pedro Ludovico. Os jovens componentes do corpo editorial também foram até o Interventor pedindo que

se processasse uma reestruturação na revista, com organização de novos dirigentes, sob pena destes jovens escritores se demitirem. Bernardo ÉLIS afirma que Pedro Ludovico não vacilou e declarou que Paulo de Figueiredo não seria afastado da publicação (1983, p.20), o que causou as modificações que deram início a uma nova fase da *Oeste*. Este acontecimento demonstra a forte influência que Paulo Figueiredo possuía no governo estadual, devido, sobretudo, a sua posição de Presidente do Conselho Administrativo.

O número 15, de abril de 1944, se inicia com a seção “Política Nacional”, escrita por Vasco dos REIS, com o título “O aniversário do Presidente”, em que presta uma homenagem a Getúlio Vargas, não só como pessoa, mas como governante também. A homenagem continua com o texto “Getúlio Vargas na opinião mundial”, relativo à imagem de Vargas fora do Brasil, pois “o fundador do Estado Nacional, tão simpatizado entre os brasileiros, é, ao mesmo tempo, uma figura solidamente situada na opinião internacional”, e isso se demonstra nos elogios transcritos de diversas autoridades internacionais, como do Papa Pio XII, do Presidente Franklin Roosevelt dos Estados Unidos, do sub-secretário de Estado norte americano Summer Welles, do ator de cinema norte americano Douglas Fairbanks Junior, de diplomata peruano Vitor Maurtua, do chanceler mexicano Ezequiel Padilha, entre outros (2001, p.577 [1944, nº15, p.14]).

Na décima sexta edição, de maio de 1944, há um texto de resposta de Juruena Di GUIMARÃES a um artigo publicado no mês anterior no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, intitulado “A religião Pedroludoviquiana” assinado pelo desconhecido Osório Borba¹⁸. Pelo que é possível inferir das palavras de Juruena Di GUIMARÃES, Osório Borba fez uma crítica aos inúmeros elogios contidos nas páginas da revista *Oeste* a Pedro Ludovico, e o jornalista goiano saiu em defesa do interventor e da revista: “Não é o doutor Pedro Ludovico Teixeira um vaidoso, como o Sr., felinamente, insinua no final de seu artiguete-aborto”. E ainda desafia Osório Borba a ir a Goiás conhecer o local e se apresentar (2001, p.622 [1944, nº16, p.27]).

O sentido político extrapolou o literário explicitamente, assumindo um caráter de ajuda ao governo, mesmo com a permanência de poemas e contos. Por exemplo, em um artigo de Pedro Ludovico TEIXEIRA no número 18, de julho de 1944, intitulado “Goiânia e sua Revista”, o interventor afirma a importância que a revista

¹⁸ Não foi possível encontrar o artigo original referido.

Oeste assumiu para Goiás, representando *o novo* junto com Goiânia, e a necessidade de se manter a harmonia dentro do periódico numa possível referência ao episódio ocorrido no número 13:

Esta revista e esta cidade se confundem, se amalgamam, se entrelaçam em um mesmo objetivo, no afã de concorrer para o progresso espiritual e material de nossa terra. [...] Em OESTE se fazem ouvir as vozes de todos aqueles que querem contribuir para um objetivo que conduz ao desenvolvimento intelectual de nosso povo. [...] Em Oeste opinam elementos de todas as classes, defendendo diferentes pontos de vista, desde que não tragam desarmonia ou choque nas diretrizes deste periódico (2001, p.678 [1944, nº18, p.03]).

No mesmo número citado, a própria revista, em um artigo significativo, e sem autoria, que fala de si mesma devido às comemorações de lançamento do seu primeiro número, em julho de 1942, relata as dificuldades que teve de transpor para se manter, como as críticas de opositores políticos e dos que eram contra os rumos políticos tomados pela revista, e justifica seu apoio ao governo, e enfatiza a reciprocidade como fator de sua existência:

Fruto do idealismo sadio de alguns moços, forçoso é reconhecer, no entanto, que Oeste só existe porque teve a ampará-la a mão forte de Pedro Ludovico. [...] O que temos feito e continuaremos a fazer, é simplesmente isso: ajudar com o nosso reforço, o nosso estudo, a nossa coragem e a nossa boa vontade, o grande estadista (Pedro Ludovico) a levar para a diante a sua obra inigualável (2001, p.692 [1944, nº18, p.16 e 17]).

No mesmo artigo (*idem*) é feita uma análise das diferentes fases da revista. A primeira fase se restringe ao único número que circulou no ano I em 1942, de caráter exclusivamente literário, como “convinha na ocasião”, apesar de já termos demonstrado anteriormente o caráter político incipiente deste primeiro número. A segunda fase vai de março de 1943, no ano II, até fevereiro de 1944, ano III, quando já estava regularizada perante a lei, “com uma feição não mais apenas literária, porém político cultural, como exigia o momento”. A terceira fase, de acordo com os editores, corresponde a março de 1944 até seu último número, em dezembro do mesmo ano, e “não mudou mais de orientação, buscando, principalmente, com sua atual direção sincronizar o seu espírito com o espírito do século”.

Por ser julho um mês em que havia duas datas comemorativas importantes para Goiás, o aniversário do Batismo Cultural de Goiânia e da *Oeste*, o número 18 se destaca em artigos que representam a visão de mundo dominante, como já foi possível ver nas citações anteriores, e possui número maior de páginas, com o total de 77 laudas, sendo que a média das outras edições é de 33 páginas. O editorial desta edição é outro exemplo expressivo, com o título “O dia de Goiânia”, ressalta, mais uma vez, a importância da construção da nova capital para Goiás e para o Brasil, criticando o regime anterior a 1930, que só tinha olhos para o litoral, dando as costas ao interior do país, e que se voltou para si somente após 1937:

E foi nesse novo clima cultural, substituído o “imitacionismo” pelo “sertanismo”, que nasceu Goiânia, obra em tom maior do bandeirismo estatal da nova política brasileira. Goiânia, reduzindo a termos de nacionalismo as aspirações de nossa gente, situou-se como a Cidade Revolucionária. A cidade-símbolo do Brasil Novo. Goiânia é a miniatura do Brasil em marcha para o cumprimento de uma grande missão histórica (2001, p.676 [1944, nº18, p.01]).

Nesta décima oitava edição ainda é possível encontrar diversos outros artigos que falam de Goiânia e da revista *Oeste*, como “Goiânia é uma lição de fé” do Secretário Geral e um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Teixeira de FREITAS, afirmando que Goiânia representa “uma ilha de civilização em meio aos sertões esquecidos do Oeste” (2001, p.677 [1944, nº18, p.02]). É apresentada também uma nota em homenagem a Atílio Correia Lima, o projetista da cidade. A seção Política Nacional deste número oferece o artigo “Goiânia e o Estado Nacional” produzido por Vasco dos REIS, em que o autor faz um histórico do estado de Goiás com o intuito de demonstrar a necessidade da mudança da capital do estado, e como o governo de Getúlio Vargas proporcionou tal transferência, e considerando Goiânia como um símbolo do Estado Novo e sua modernização.

O número 18 continua com as homenagens, como o texto que destaca a importância do jornal *O Liberal*, da cidade de Jataí (cidade de origem de Pedro Ludovico), circulou entre 1931 e 1935 e era dirigido por Gabriel Anconi, na campanha para a construção de uma nova capital para o estado e na consolidação do governo de Pedro Ludovico. Em seguida há o artigo “Goiânia, um desmentido aos marxistas e aos nazistas” de Paulo FIGUEIREDO, afirmando que Goiânia está

inserida em uma ordem legitimamente nacional, que não segue os modelos internacionais, como o nazismo e o marxismo, pois o Estado Novo, na concepção do autor, é o mais adequado ao Brasil, pois está de acordo com as reais necessidades do país.

Com “Goiânia: uma passada do progresso” do Tenente Coronel Lima FIGUEIREDO, membro do gabinete do Ministro da Guerra, que participou do Batismo Cultural de Goiânia, o número 18 apresenta mais um testemunho de fora de Goiás, caracterizando a precariedade da antiga capital do estado, e a necessidade de uma nova capital mais moderna e mais bem localizada que tomou forma em Goiânia, uma cidade “perfeitamente integrada na vida do país”, impulsionando a economia e o progresso do estado (2001, p.700 [1944, nº18, p.23]).

Posteriormente ao artigo do Tenente Coronel Lima Figueiredo, há a transcrição do discurso proferido durante o Batismo Cultural de Goiânia pelo Coronel Lísias RODRIGUES, que implantou a linha aérea para o norte goiano, em que parabeniza Pedro Ludovico pela sua grandiosa obra, a construção de Goiânia. Seguindo com as homenagens a Goiânia, *Oeste* reproduz o artigo “Visão de Goiânia” do intelectual carioca Brito BROCA, publicado originalmente na revista *Cultura Política*¹⁹. Neste artigo, o autor descreve suas ótimas impressões a respeito de Goiânia, obtidas em sua visita ao estado durante os festejos do Batismo Cultural. Brito BROCA confessa que teve sua curiosidade por conhecer Goiás aguçada pela leitura de *Tropas e Boiadas* do goiano Hugo de Carvalho Ramos, e faz uma análise desta obra e depois expõe suas conclusões a respeito da nova cidade, defendendo-a das críticas feitas por visitantes de outros lugares do país, como Monteiro Lobato, e utiliza a frase de Paulo Figueiredo: “Goiânia não é para ser vista, mas para ser compreendida” (2001, p.712 [1944, nº18, p.34]).

São dedicadas quatro páginas desta edição para a transcrição de diversos depoimentos de personagens políticas, intelectuais e administrativas a respeito de Pedro Ludovico e a construção de Goiânia. Assim como, há um artigo de Vasco de Castro LIMA, “Um bandeirante do século XX”, publicado originalmente na revista *Alterosa* de Belo Horizonte em junho de 1942. O autor faz considerações a respeito de Goiânia como uma grande obra bandeirante, e Pedro Ludovico como o grande bandeirante capaz de realizar tal obra (2001, p.739 [1944. Nº18, p.60]).

¹⁹ Não é informado o número ou a data da publicação deste artigo na revista *Cultura Política*.

Finalizando o décimo oitavo número, há o editorial “O 2º aniversário do Batismo Cultural de Goiânia”, em que relata os festejos realizados em decorrência desta data. O programa das comemorações foi elaborado pelo DEIP com a contribuição de entidades culturais privadas, e englobou a apresentação da peça de teatro “Goiânia” pelo Grêmio Teatral Pedro Ludovico, e de autoria de Vasco dos Reis; uma missa campal na Praça Cívica; discurso de Colemar Natal e Silva; lançamento da pedra fundamental do futuro Palácio da Prefeitura e discurso do Prefeito Venerando de Freitas Borges; desfile esportivo militar; sessão cívica no Cine Teatro Goiânia, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico, com discurso de diversas autoridades; inauguração do Estádio Dr. Pedro Ludovico com a realização de uma partida de futebol entre os times Sal Tropeiro, de Uberlândia, e uma equipe de jogadores locais; e findando os festejos, um baile no Jôquei Clube. Todos estes acontecimentos são descritos em detalhes, seguidos pela transcrição do discurso de Pedro Ludovico na sessão cívica ocorrida no Cine Teatro Goiânia (2001, p.754 e 755 [1944, nº18, p.75 e 76]).

Este número dezoito é a expressão clara do caráter político ideológico da revista *Oeste*, notável pela extensão desta edição justificada pelo significativo mês de julho, em que se comemoram seu aniversário e do Batismo Cultural de Goiânia. Nas referências a esses dois eventos, o nome de Pedro Ludovico está sempre presente, como a entidade que promoveu o progresso em todos os sentidos a Goiás. Até mesmo as poesias são voltadas para a nova capital do estado e à exaltação do Interventor, colocando-se a literatura a serviço da política, como no poema de B. ROCHA, “Metrópole do Oeste”, uma espécie de epopéia, narrando a história das bandeiras, com ênfase em Goiás, desde o começo com Bartolomeu Bueno da Silva, e terminando com Getúlio Vargas e Pedro Ludovico na construção de Goiânia (2001, p.722 [1944, nº18, p.43]).

A revista *Oeste*, além de produzir a ideologia em âmbito regional, fazia a conexão da ideologia produzida no governo central. Este artifício ocorre por meio dos trechos transcritos de intelectuais ligados diretamente a Getúlio Vargas, como já foi dito anteriormente, por meio de notícias de atos do governo federal, e também através da publicação de notícias enviadas pela Agência Nacional²⁰, como no número

²⁰ A Agência Nacional fornecia notícias e artigos oficiais à imprensa nacional e internacional, tendo correspondentes em todas as capitais do país e no exterior. Segundo Aristeu Achilles (1941:73 apud

20, de setembro de 1944, com o artigo “O Presidente e a unidade brasileira” de Almir de Andrade, enviado pela Agência Nacional. Em uma nota introdutória feita pela *Oeste*, afirmam que publicam este artigo “com o maior prazer, conscientes de estarmos, com isso, prestando um grande benefício aos nossos leitores”, além de fazer uma breve biografia intelectual do autor. O artigo trata das qualidades pessoais de Getúlio Vargas para governar o país:

Não são apenas as idéias políticas que asseguram a vitalidade e a excelência das instituições: são também as qualidades pessoais dos dirigentes, que se afirmam nas horas graves e nos momentos mais difíceis. [...] Há, na vida brasileira destes últimos anos, a larga e profunda projeção da técnica pessoal e inconfundível de governo do atual Presidente da República (2001, p.819 [1944, n°20, p.17]).

No número 20 há também um artigo transcrito do jornal *O Jornal*, do Rio de Janeiro, da edição de 11 de agosto de 1944, intitulado “O exemplo de Goiânia”, sobre a construção de Goiânia, afirmando que “o milagre do aparecimento de Goiânia, realizado pelo Interventor Pedro Ludovico, marca o início de uma nova era na construção de cidades no Brasil”, e coloca Goiás como o “centro de irradiação de novas bandeiras” (2001, p.822 [1944, n°20, p.20]), demonstrando o aspecto bandeirante assumido pela cidade, característica que o Estado Novo insistia em frisar, pois significava a integração do Brasil, a exploração do interior.

A revista *Oeste* chega a mais uma edição do mês de outubro, um mês significativo devido a Revolução de 1930 e ao lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia em 24 de outubro de 1933, e o aniversário de Pedro Ludovico, no dia 23. O editorial de abertura do número 21, de outubro de 1944, com o título “Parabéns, Dr. Pedro Ludovico”, em que é feita uma homenagem ao Interventor pelo seu aniversário e pelo progresso de Goiás atribuído a ele. Para homenagear a data do lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia, a revista transcreveu o discurso proferido pelo Interventor no dia da solenidade (2001, p.854 [1944, n°21, p.05]).

Na seção *Política Nacional* do número 21, há o artigo “A Marcha para o Oeste e seu precursor”, de Vasco dos REIS, em que faz uma homenagem à construção de Goiânia, como o marco inicial da Marcha para o Oeste, considerando

SOUZA 2003:139) a Agência Nacional “redigia desde artigos doutrinários, que podiam girar em torno de assuntos políticos, econômico-financeiros, até o noticiário comum, a reportagem, a nota social e a simples legendas que acompanhavam as fotografias”.

como precursor deste movimento Pedro Ludovico, por ter realizado a edificação da “nova metrópole” (2001, p.857, [1944, n°21, p.08]).

Neste número 21 há uma entrevista cedida pelo diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Goiás, Gerson de Castro COSTA, a respeito do funcionamento deste órgão, contida na seção *Política Estadual* e intitulada “A propaganda e o progresso de Goiás”. O DEIP em Goiás foi criado em 1935, com a denominação de Serviço de Propaganda, e seu primeiro diretor foi Câmara Filho (também diretor do jornal *O Popular*). Posteriormente, em abril 1944, passou a ser dirigido por Gerson de Castro Costa, jornalista de prestígio no estado, fundador e diretor da *Folha de Goiaz*. Nesta entrevista cedida à revista, Castro COSTA esclarece as principais funções do órgão em Goiás. Essencialmente, o Departamento era destinado à propaganda de Goiás, não só dentro do próprio estado, mas no resto do país também. O DEIP enviava matérias de divulgação de Goiás aos jornais de todas as partes do país, em uma política estabelecida pelo DIP de cooperação entre a imprensa nacional em prol da divulgação, principalmente, dos feitos governamentais.

Outra função relativa ao DEIP era o turismo. Castro COSTA afirma existir um esforço do Departamento em relação às inúmeras possibilidades turísticas de Goiás, porém a dificuldade de viabilizar este setor está nos precários meios de transportes goianos. A distância do litoral, a falta de combustível e a superlotação de trens e aviões são os problemas elencados pelo diretor que afastam os possíveis turistas do estado. Porém, algumas medidas, como propaganda, eram tomadas para incentivar o turismo nas cidades de Goiânia, Caldas Novas, Cidade de Goiás e Rio Araguaia.

Concernente à radiodifusão, o DEIP mantinha um programa diário chamado a “Hora do Estado”, que tinha como função a divulgação dos atos oficiais. Além disso, remetia via aérea, freqüentemente, notícias sobre Goiás às principais rádios do país.

Em termos de publicação própria, o DEIP possuía apenas um projeto de uma revista de conteúdo informativo sobre mineralogia, agricultura e pecuária. Em vista disso, a revista *Oeste* não era uma publicação do DEIP, mas uma publicação oficial, mantida pelo Estado de Goiás e legalizada pelo DIP em maio de 1943 (2001, p.867 [1944, n°21, p.17]).

Para lembrar a data da Revolução de 1930, a revista publicou o artigo “A Revolução no seu 14º aniversário”, buscando mostrar o sentido da Revolução para o

país e para Goiás, dando ênfase na contraposição ao período anterior, como no seguinte trecho:

E se iniciou, então, em 1889, a obra de desintegração nacional. [...] De brasileiro mesmo tínhamos apenas algumas vozes isoladas, sempre clamando, mas sempre incompreendidas e abafadas pelo prestígio de coisas que vinham de longe com o selo da consagração. [...] A Revolução não foi unicamente a queda de um governo, mas a troca de um regime, do regime demo-liberal pelo sociocrático (2001, p.873 e 874 [1944, n°21, p. 23-24]).

Novembro é o mês em que se comemora a instauração do Estado Novo, por isso, o número 22 da revista *Oeste* traz diversas referências a esta data. O editorial abre a edição com “O 7º aniversário do Estado Nacional”, criticando, mais uma vez, o regime liberal e destacando todas as características benéficas do governo de Getúlio Vargas, principalmente após 1937: “Síntese das doutrinas políticas contemporâneas, que integrou e superou, mas inspirada em nossas realidades, a Carta de 10 de novembro é um diploma pleno de sentido humano e nacional”. E, além de exaltar doutrina estadonovista, o artigo enumera dezenas de realizações econômicas, sociais, políticas e culturais do regime, e conclui que “pelo Estado Nacional o Brasil se tornou a maior potência da América Latina” (2001, p.890 e 891 [1944, n°22, p.01-02]).

A seção *Política Nacional* desta 22ª edição, assim como o editorial, trata da instauração do Estado Novo, com o artigo “O dez de novembro” redigido por Vasco dos REIS. Como no editorial, este artigo lista as diversas benfeitorias realizadas pelo governo estadonovista, afirmando que o 10 de novembro “trouxo ao Brasil ordem e progresso”, conseguindo manter o país organizado, mesmo com a situação de caos no exterior, causada pela guerra (2001, p.895 [1944, n°22, p.06]).

A revista *Oeste* teve seu último número, o vinte e três, lançado em dezembro de 1944. Neste mesmo período se operavam mudanças na política nacional que refletiam nas políticas regionais do país, alterando os interesses em jogo e esvaziando o sentido político-ideológico de publicações como a *Oeste*. Outro fator determinante foi o desvio da finalidade literária da revista o que acarretou conflitos e levou alguns colaboradores a interromper suas contribuições. Contudo, não deixou de ter papel fundamental no projeto ideológico do Estado Novo, levando a doutrina formulada na

capital federal para o Planalto Central e angariando adeptos e divulgadores para o seu projeto de integração nacional.

No corpo de textos do número 23 não há nada que indique que este seria o último, nem uma nota ou artigo. Segue os mesmos parâmetros dos números anteriores, com artigos dedicados a Pedro Ludovico e Getúlio Vargas, notícias do governo, poesias e contos. Por isso, acreditamos que a revista tenha parado de circular devido às circunstâncias políticas do momento.

DAYRELL (1977, p.42) ressalta que a revista passou a seguir os certames da política nacional, tanto é, que todas as referências feitas ao Estado Novo, quer nas suas bases teóricas ou nos atos que concretizam sua orientação, procuram salientar a oposição com o período político anterior a seu aparecimento. Porém, através de nossas análises da revista *Oeste*, percebemos que em seu primeiro número já está clara a tendência de inserção na ideologia oficial do Estado Novo, como pode ser visto em vários artigos desta edição, na exaltação a Pedro Ludovico, e a roupagem simbólica da cidade de Goiânia. Acrescentamos que esta era uma tendência nacional no período entre os intelectuais e bastante acentuada em outras publicações no país, como por exemplo, na Revista *Cultura Política*.

Parte dos intelectuais que colaboravam e participavam do corpo editorial com a revista *Oeste* tinha ligações com o governo estadual, em sua maioria, fazendo parte do quadro do funcionalismo público do Estado. Entre os nomes que mais aparecem na revista, está o de Paulo Figueiredo, que era presidente do Conselho Administrativo de Goiás e professor da Faculdade de Direito, e muito influente na publicação, como foi possível verificar no episódio de dissidência de alguns colaboradores relatado anteriormente. Sua influência se deve também ao cargo público que possuía, no Conselho Administrativo, órgão que substituiu as Assembléias Legislativas durante o Estado Novo, e tinha, como uma de suas funções, fiscalizar a interventoria.

Colemar Natal e Silva, um dos colaboradores da *Oeste*, fez parte da Comissão que escolheu o local que seria edificada a nova capital, foi auxiliar direto de Pedro Ludovico, Promotor Público, Procurador Geral do Estado e Secretário do Interior e Justiça, Presidente da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Gerson de Castro Costa, um dos diretores da revista, ocupou

diversos cargos públicos no estado, como diretor geral do DASP-GO, chefe de gabinete, diretor do DEIP.

Nelly Alves de Almeida, uma das mulheres que contribuía com a *Oeste*, não era funcionária pública, mas era casada com Humberto Ludovico de Almeida, que foi vereador de Itaberaí, Diretor do Departamento de Terras e Geografia e Secretário da Agricultura. José Campos publicou artigos relacionados a Direito e alguns contos, era Juiz de Direito e integrava o Tribunal de Apelação de Goiás. Juruena Di Guimarães era diretor do Departamento Estadual de Estatística. Zoroastro Artiaga, membro do Conselho Administrativo, esteve presente em quase todos os números da revista publicando artigos a respeito da economia goiana.

Vasco dos Reis, que foi diretor da revista *Oeste*, era também diretor geral de educação, e contribuiu com diversos artigos sobre o Estado Novo, Getúlio Vargas e Pedro Ludovico. José Bernardo Félix de Sousa, Procurador Geral do Estado e professor da Faculdade de Direito, colaborou com a revista em quase todos os números publicando contos. Gabriel Anconi, além de gerente da revista *Oeste*, era chefe administrativo da Imprensa Oficial de Goiás.

Estes são apenas alguns colaboradores que se vinculavam diretamente ao governo. Estes nomes citados estão entre os que mais contribuíram com a revista, aparecendo em quase todos os números. São intelectuais que participaram efetivamente da formulação da ideologia oficial do período do Estado Novo em Goiás, principalmente no que diz respeito à figura de Pedro Ludovico.

Neste capítulo, a partir de uma descrição geral da revista *Oeste* e da apresentação de algumas das características fundamentais dos intelectuais que com ela colaboraram, procuramos estabelecer alguns dos procedimentos de produção de um discurso ideológico que justificasse as práticas do governo do Estado Novo e mais especificamente, para Goiás, as práticas do governo de Pedro Ludovico. Apontamos para um eixo central de idéias que procurou demonstrar a formação de uma ideologia dominante no Estado de Goiás, através das páginas da revista *Oeste*, veículo oficial do Estado.

Desse procedimento matizamos uma estrutura significativa fundamental à revista como um campo intelectual definido por uma visão de mundo política antiliberal, uma visão de mundo corporativista autoritária e o elemento estruturante dessa assertiva foi composto com a trajetória intelectual e a interpelação política de

Paulo Figueiredo, na sua produção intelectual e ação política encontramos o centro definidor da visão de mundo predominantemente autoritária que o projeto editorial da revista Oeste levou a cabo. Para melhor definir esse aspecto estrutural da revista passamos agora, no próximo capítulo a considerar a particularidade histórica de Paulo Figueiredo através de uma análise sistemática das estruturas significativas de sua obra formuladoras da sua visão de mundo política.

CAPÍTULO 03

A trajetória intelectual – institucional de Paulo Figueiredo na Revista *Oeste* e na Revista *Cultura Política*

Neste capítulo analisaremos a obra de Paulo Figueiredo referente ao período do Estado Novo. Não são encontradas críticas ao governo em vigor no Brasil nas palavras de Figueiredo, pois estas são direcionadas a liberal democracia, ao fascismo/totalitarismo e ao comunismo. O seu ideal de Estado está posto em prática pelas mãos de Getúlio Vargas. Neste capítulo procuraremos conceituar este Estado ideal de Figueiredo, buscando seus campos de atuação e suas influências intelectuais. No capítulo 01 e referente ao papel dos intelectuais e da revista *Cultura Política* do Estado Novo, já estabelecemos os parâmetros ideológicos dos intelectuais do período. E no capítulo 02 foi analisado o principal espaço de produção de Paulo Figueiredo, a revista *Oeste*. Agora analisaremos a obra de um intelectual específico, que atuando como um divulgador da doutrina estadonovista, torna-se também ideólogo, atuando em campos políticos ideológicos diferentes.

Como pressuposto teórico metodológico, partiremos do argumento teórico de Lucien GOLDMANN referente ao estudo dos *intelectuais* e sobre a estruturação da *visão de mundo* expressa em projetos teórico-políticos. O pensamento e a obra de um autor não podem ser compreendidos por si mesmos se forem levados em consideração apenas o plano dos escritos, das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. O comportamento pode não ser do autor, mas o de um grupo social, ao qual o autor pode não pertencer, até mesmo de uma classe social. (GOLDMANN, 1979, p.08).

A visão de mundo, de acordo com Lucien GOLDMANN, “não é um dado empírico imediato, mas, ao contrário, um instrumento conceitual de trabalho,

indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos” (1979, p.17). A visão de mundo também se expressa através elementos análogos essenciais que compõem a estrutura esquemática dos escritos de determinado grupo de intelectuais, o que leva a concluir que a realidade não é mais puramente individual e que se exprime através de suas obras. Essa realidade é precisamente a visão do mundo. Constitui o principal aspecto concreto do fenômeno sob o termo de consciência coletiva, que se dá pela assimilação do meio aos esquemas de pensamento e ação do sujeito e acomodação desses esquemas à estrutura do mundo ambiente.

GOLDMANN afirma que quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. “O *sujeito* da ação é um grupo, um ‘Nós’, mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse ‘Nós’ e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras” (1979, p.18). Cada indivíduo está engajado numa multiplicidade de ações comuns, e essas ações podem ter uma importância maior ou menor para o indivíduo, assim tendo uma influência proporcional a esta importância sobre o conjunto da consciência do grupo e de seu comportamento. Esses grupos, sujeitos da ação comum, podem ser associações de diversos motivos (econômicos, religiosos, familiares), e, sobretudo, o que a GOLDMANN parece ser “os mais importantes para a vida e a criação intelectual e artística: as classes sociais” (1979, p.19).

Essas classes são ligadas por um fundamento econômico que tem uma importância primordial para a vida ideológica dos homens, simplesmente porque os homens são obrigados a dedicar a maior parte de suas preocupações e de duas atividades a garantir sua existência, ou garantir os privilégios que já possuem. Nem todos os grupos fundados sobre interesses econômicos comuns, entretanto, constituem classes sociais. É preciso ainda que esses interesses estejam orientados para uma transformação global da estrutura social, e que eles se expressem, assim, no plano ideológico, por uma visão de conjunto do homem atual, e por um ideal do que devem ser as relações do homem com os outros homens e com o universo da humanidade futura (1979, p.19-20).

Uma visão do mundo é precisamente o conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente de uma classe social) e os opõem aos outros grupos. Só raramente, indivíduos

excepcionais atingem, ou quase atingem a coerência integral, se aproximando da coerência esquemática de uma visão de mundo, quer dizer do *máximo de consciência possível* do grupo social que exprimem (1979, p.20).

Obras filosóficas, literárias e artísticas exprimem também visões de mundo. Estas obras caracterizam-se pela existência de uma coerência interna, de um conjunto de relações necessárias entre seus diferentes elementos constitutivos, manifestando as visões de mundo. A inserção de determinada visão de mundo, em certas épocas precisas, resulta da situação concreta na qual se encontram os diversos grupos humanos no decurso da história. Na medida em que exprime uma visão coerente do mundo no plano do conceito, da imagem verbal ou sensível, que a obra é filosoficamente, literariamente ou esteticamente válida, e é na medida em que se consegue depreender a visão que ela exprime que se pode compreendê-la e interpretá-la de modo mais objetivo (1979, p.96).

A partir destes parâmetros, procuraremos determinar a visão de mundo a qual Paulo Figueiredo se insere, e a estrutura significativa de sua obra. No capítulo referente aos intelectuais e seus campos de atuação, procuramos definir a estrutura mais ampla em que os intelectuais do Estado Novo se posicionavam. Neste sentido, este capítulo se fundamenta em estabelecer a coerência interna de sua obra, ou seja, o

conjunto de relações necessárias entre seus diferentes elementos constitutivos e, entre as mais importantes delas, entre o conteúdo e a forma, de modo que não só é impossível estudar de maneira válida certos elementos da obra fora do conjunto de que fazem parte, conjunto que é o único fator capaz de determinar sua natureza e sua significação objetivas, como também que a possibilidade de avaliar a *necessidade* de cada elemento em relação à estrutura significativa global (1979, p.93-94)

Seguindo os parâmetros estabelecidos por GOLDMANN em relação à visão de mundo se constituir através da classe social, faz-se necessário definir a classe a qual Paulo Figueiredo pertencia. Neste caso, temos por hipótese que por ser um intelectual detentor de um cargo na burocracia estatal que escrevia sobre o Estado e para o Estado, Figueiredo posiciona-se como um intelectual tecnocrata, pois defende em sua obra interesses relativos à configuração do planejamento estatal, não se referindo propriamente a questões de capital privado, uma visão de mundo antiliberal de cariz autoritário-corporativo.

Paulo Nunes Augusto de Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro em 1913, fez faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais em Minas Gerais. Antes de se mudar para Goiânia em 1938 onde iniciou sua vida pública, Figueiredo passou alguns meses de 1937 no Rio de Janeiro à procura de oportunidades de emprego e acabou trabalhando no jornal *A Nação*. Este emprego foi arranjado por Nelson Pinheiro Ramos, cunhado de Figueiredo e médico de Pedro Vergara, que era redator e diretor do jornal e Secretário da Presidência da República. *A Nação* pertencia a Flores da Cunha, opositor de Vargas, e fazia campanha para o candidato a Presidência, Armando Sales. Se este vencesse, havia uma promessa de emprego como advogado da Caixa Econômica Federal para Figueiredo, porém em novembro de 1937 foi instaurado o Estado Novo e cancelada as eleições (FIGUEIREDO, *in* TELES, 1986, p.150).

Porém, sua intenção era advogar em alguma cidade do interior, e então foi para Uberaba-MG, cidade em que seu pai morava. Chegando lá fez amizade com Quintiliano Jardim, proprietário e diretor do jornal *Lavoura e Comércio*²¹, em que publicou diversos artigos já esboçando suas idéias sobre novos modelos para o Brasil. Este jornal era um dos jornais mais lidos em Goiás, inclusive publicava muitas matérias (várias pagas pelo governo) sobre o Estado e principalmente sobre Goiânia com forte teor propagandístico. Impressionado pelas boas notícias que chegavam da nova cidade e aconselhado pelo amigo Quintiliano Jardim, Figueiredo resolveu tentar a sorte em Goiânia no início de 1938.

Ao chegar a Goiânia com uma carta de recomendação de Quintiliano Jardim foi falar com o então interventor estadual, Pedro Ludovico Teixeira. O interventor já conhecia os artigos de Figueiredo publicados no *Lavoura e Comércio* e lhe conseguiu uma vaga como professor na Faculdade de Direito. Além de ter sido professor universitário, em âmbito estadual, foi promotor público da cidade de Bonfim-GO, Procurador Fiscal da Fazenda, redator da revista *Oeste*, Presidente do Conselho Administrativo do Estado de Goiás²² (órgão que substituiu as Assembléias Legislativas Estaduais durante o Estado Novo), Procurador Geral do Estado junto ao

²¹ O jornal *Lavoura e Comércio* foi criado em 1899 em Uberaba pelos produtores rurais com o objetivo de defender seus interesses. Fechou em 2003 devido a dificuldades financeiras (extraído de <http://www.revelacaoonline.uniube.br/cidade03/lavoura2.html> - consultado em 14/08/2009)

²² Não foi encontrada documentação referente à atuação de Paulo Figueiredo na presidência do Conselho Administrativo. Deste modo, nossa análise se restringirá a produção intelectual do autor, não sendo possível dar a devida atenção as suas práticas institucionais por completo devido a essa ausência de fontes.

Governo Federal durante o Estado Novo, e posteriormente foi consultor jurídico do Senado Federal e vice-diretor legislativo do Senado Federal²³. Faleceu em 26 de dezembro de 1985 em Brasília.

Além do importante cargo de Presidente do Conselho Administrativo do Estado de Goiás e de Procurador Geral do Estado, Paulo Figueiredo se destacou como intelectual no Estado de Goiás. Vários depoimentos atribuem ao autor a fundação da revista *Oeste*. O autor afirma em depoimento transcrito na edição *fac-símile* da revista *Oeste* de 1983, que “nunca fui, oficialmente, diretor de Oeste, nem nunca quis sê-lo. Pelo contrário, sempre instei junto ao interventor Pedro Ludovico para que designasse outro nome – sempre um goiano, por mim sempre indicado – para tal posto” (1983, p.14), mas, logo a seguir, o autor confessa que a partir do segundo número, a revista ficou sob sua responsabilidade e assim, “integrou-se na Nova Ordem Política, passando a defender e a propagar os princípios e as diretrizes do chamado Estado Novo, de que fui (e não me arrependo) um dos mais entusiastas defensores” (*idem*). Como apresentamos no capítulo anterior, partir deste momento, a publicação deixa de ter um cunho mais literário, abandonando a proposta inicial, e passou a ter um caráter político mais acentuado. Figueiredo admite sua influência na mudança da revista para uma perspectiva mais ideologizada, tornando-se assim, um veículo do Estado Novo e defende-se: “A prova mais evidente da possível conciliação da política com a literatura foi a própria Oeste, que, mesmo na fase manifestamente estadonovista, jamais deixou de editar versos, contos e estórias de escritores que nela queriam colaborar” (1983, p.14-15).

Essa mudança no caráter da Revista Oeste, promovida por Figueiredo, desagradou alguns redatores e o próprio diretor, que resolveram retirar-se da publicação. Frederico de MEDEIROS, um dos redatores, nos dá uma versão da atuação de Figueiredo na Oeste, e que levou a cisão:

Paulo Figueiredo, com prestígio do cargo, tinha preponderante força dentro da revista. Assim, talvez por sua formação ideológica, tecia em seus artigos e editoriais as mais apologéticas considerações sobre o Estado Novo, ao tempo em que, numa admiração fanática à pessoa do fundador de Goiânia, conclamava o

²³ As informações biográficas de Paulo de Figueiredo foram retiradas de um depoimento dado pelo próprio autor ao livro *Memórias Goianienses* (1986) sobre as principais figuras dos primeiros anos da cidade de Goiânia. TELES, José Mendonça (org.). *Memórias Goianienses*. Goiânia: UCG/SUDECO, 1986.

povo a *pedroludoviquizar* Goiás, chegando ao ponto de proclamar em letras de forma, que deveria ser repellido ‘à bala’ quem fosse contra Pedro Ludovico. Enfim, a revista, desviando-se de seus propósitos literários, estava se transformando em órgão de propaganda direitista (1983, p.27)

Gerson de Castro COSTA era o diretor da Revista no momento da cisão, porém não encontramos nenhum depoimento seu sobre este assunto em específico, mas o ex-diretor proferiu algumas palavras sobre Paulo Figueiredo a respeito da criação da Oeste:

Essa revista veio a publicação em razão de sugestão de um grupo de jovens dirigido por Paulo Augusto de Figueiredo, que além de jornalista, era membro do Conselho Consultivo do Estado, uma espécie de legislativo ou órgão tomador de contas do governo estadual. Pedro Ludovico acatou a idéia plenamente [...]. Talvez sem o prestígio de Paulo de Figueiredo, importante parafuso na engrenagem administrativa do Estado e useiro e vezeiro em bater palmas ao interventor, a publicação não saísse (TELES, 1986, p.85)

Bernardo ÉLIS, também faz sua avaliação acerca da atuação de Figueiredo, aproximando-se da opinião de Frederico de Medeiros. Afirma que a “alma” da revista *Oeste* era Paulo Figueiredo, e atribui ao mesmo o surgimento do periódico, apesar de nunca ter tido o cargo de direção. Qualifica-o como “ambicioso de posições”, e que após desempenhar várias funções importantes no governo, chega ao posto de Presidente do Conselho Administrativo²⁴, “uma espécie de olheiro colegiado do poder central junto às Interventorias, mas que, na verdade, era tão poderoso como o próprio governo estadual” (OESTE, 1983, p.20-21). Tendo este poder, Figueiredo teria condições de “obter de Pedro Ludovico meios materiais para a criação de uma revista capaz de atender as aspirações dos jovens” (*idem*). Bernardo ÉLIS atribui a uma barganha feita por Figueiredo a criação da *Oeste*:

Mas se os políticos não entendem os escritores, Paulo Figueiredo era tão pouco escritor que entendeu suficientemente os políticos a

²⁴ No lugar das assembleias legislativas foram criados departamentos administrativos, “cujos membros eram nomeados também pelo presidente da República e, em alguma medida, exerciam um controle sobre os atos dos interventores. Aos departamentos administrativos cabiam a aprovação dos decretos-leis dos interventores, a aprovação e a fiscalização dos orçamentos estaduais, a avaliação do desempenho e da eficácia dos órgãos estaduais, e a apresentação de sugestões de mudança, entre outras tarefas” (CPDOC – FGV, http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/htm/anos37-45/ev_poladm_interventorias.htm consultado em 23/08/2009).

ponto de firmar uma comandita. Aos escritores seriam dadas algumas benemerências consubstanciadas na revista e sua divulgação, enquanto os políticos receberiam o apoio da intelectualidade e o trabalho (gratuito) da propaganda (*idem*).

Outra observação feita por Bernardo ÉLIS diz respeito ao tom bajulador utilizado por Paulo Figueiredo nos seus artigos sobre o Estado Novo e Pedro Ludovico: “O que se percebia era que os artigos eram uma forma com que o presidente do Conselho Administrativo pretendia chamar para si a atenção dos altos governantes do país” (1983, p.22). Acusa, ainda, esta situação de ser a desagregadora dos intelectuais que contribuía para a revista. Termina seu depoimento falando do fim da *Oeste* e da mudança de Paulo Figueiredo para o Rio de Janeiro, onde assumiria um cargo no Governo Federal.

Diante destas informações acerca de Paulo Figueiredo, algumas questões despontam com relação entre sua biografia e sua obra. Seus artigos evidenciam a defesa que faz da ordem instituída, afirmando constantemente que o modelo autoritário implantado por Getúlio Vargas seria o mais eficaz para o progresso do Brasil. Não formula doutrinas, mas adere à ideologia autoritária dominante, tornando-se ele próprio um ideólogo do Estado Novo, aproximando-se de intelectuais como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, e de algumas idéias Integralistas, apesar de criticar o teor fascista deste movimento.

O teor dos artigos publicados por Paulo Figueiredo na Revista *Oeste* e na Revista *Cultura Política* não diferem, tendo até artigos repetidos nas duas revistas. A linguagem e a posição do autor em relação à ordem vigente são as mesmas. O que muda são os receptores e as próprias características das publicações, o que pode, de fato, alterar o caráter de intelectual do autor, sendo que na *Oeste* ele pode ser considerado um doutrinador, pois se torna um legítimo representante do Estado Novo em Goiás, e na *Cultura Política* fica no plano do ideólogo publicista, divulgando a doutrina estadonovista.

Em 1934, ainda estudante de direito em Belo Horizonte, Figueiredo já expunha suas idéias acerca dos acontecimentos mundiais, como o fascismo, criticando o seu “hipernacionalismo” e o “culto exagerado ao Estado”. O autor, em artigo de 1944 publicado na revista *Cultura Política*, avalia sua atuação dez anos antes: “Era isso o que eu já escrevia em 1934, antes do advento do Estado Nacional, quando o fascismo estava no apogeu e os integralistas faziam comícios e passeatas

por toda parte” (1984, p.199 [1944a, nº39]²⁵). Faz ainda ponderações sobre suas condições entres os dez anos aludidos:

Tal era a minha atitude de estudante pobre, atitude nada “oportunista”, nada “comodista”, nada “política”. Atitude, como se vê, profundamente coerente com a que continuei assumindo depois da instalação do Estado Nacional, que veio efetivar antigas aspirações (*idem*, grifos do autor).

A coerência a que se refere o autor está em defender um modelo autoritário centralizador de Estado para o Brasil, mas que dadas as particularidades históricas do Brasil frente às nações europeias onde vicejava o fascismo, tal modelo distinguiu-se daquelas experiências, nesse sentido, Figueiredo aproxima sua argumentação daquela que Azevedo Amaral e outros apresentavam na ocasião, a de que o modelo centralizador proposto por Vargas definia a verdadeira democracia brasileira, a democracia corporativa autoritária.

Sobre a contribuição de Paulo Figueiredo na revista *Cultura Política*, o próprio autor conta que foi convidado por Almir de Andrade, o diretor da publicação, para divulgar seus artigos (1984, p.12). Seus trabalhos se encontram em diversos números da revista, inclusive na primeira edição. Em relação a sua participação na *Cultura Política*, Figueiredo avalia da seguinte forma (*idem*):

Idealista e sonhador, convenci-me de que não poderia ficar à margem daquele processo de renovação cultural do País, e, desse modo, colaborei efetivamente na nova revista, nela publicando diversos trabalhos de natureza política.

Sua carreira de escritor não se limita apenas aos anos de 1930-40. Entre o final da década de 1960 e começo da década de 1980, lançou novos trabalhos em que discutia temas como representatividade política, papel do Senado e da Câmara, questão agrária, entre outros. Nestes trabalhos, o autor continua fazendo críticas à liberal democracia e defendendo o autoritarismo como “instrumento necessário para a regeneração da sociedade” (BASTOS, 2006, p.121, 137-138). Porém, neste

²⁵ Os artigos de Paulo Figueiredo utilizados neste trabalho foram reeditados em 1984 em uma coletânea de seus textos que foram publicados na Revista *Cultura Política* e na Revista *Oeste* entre 1940 e 1945. Para dar maior precisão a pesquisa, informaremos nas referências a data e o número da edição da revista originais de cada artigo, sendo referenciados pela letra *a*, os artigos publicados na *Cultura Política*, e pela letra *b*, os textos publicados na Revista *Oeste*.

trabalho nos restringiremos aos seus escritos concernentes ao período do Estado Novo.

Além das publicações já citadas, é possível encontrar referências a Paulo Figueiredo, ainda em 1943, em um livro didático de História do Brasil para a 4ª série ginásial, do professor Alfredo Gomes, que utiliza o artigo “O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo” (publicado no número 13 de *Cultura Política*, março de 1942), para explicar o nacionalismo brasileiro²⁶.

Outra referência está presente no livro *Estado Novo – Ideologia e Poder* (1982) de Lúcia Lippi OLIVEIRA, Mônica Pimenta VELLOSO e Ângela de Castro GOMES. O autor é citado, em específico, no Capítulo III: *Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual*, de Mônica Pimenta VELLOSO (p. 71-108). O assunto tratado diz respeito a idéia dos intelectuais do período do Estado Novo sobre o surgimento de um “homem novo”, em contraposição a política liberal, que havia isolado o homem com o intuito de manipulá-lo facilmente, assim como a civilização tecnológica havia destruído o homem. Para esboçar essas idéias, VELLOSO (1982, p.90-91) cita um trecho do artigo de Figueiredo, “O Estado Novo e o Homem Novo” publicado na Revista *Cultura Política* (1941, nº01), o qual aborda a construção do “homem novo” através da mistura étnica própria do brasileiro, como forma de “superioridade racial”, e também a crítica da transformação do homem pela tecnologia.

VELLOSO (1982, p.91) também utiliza o ideário de Figueiredo, através do mesmo artigo citado anteriormente, para demonstrar a teoria da humanização do Estado Novo, e a figura paternalista deste, que protege, orienta e dirige a sociedade, na visão dos ideólogos do regime.

Alcir LENHARO em *Sacralização da Política* (1986, p.195-196) também faz uso do mesmo “O Estado Novo e o Homem Novo” publicado na Revista *Cultura Política* (1941, nº01), de Figueiredo para explicitar a doutrina do Estado Novo. Em sua abordagem, Lenharo remete a forma hierarquizada como ocorre a identificação entre o liderado e o líder no Estado Novo, mostrando Vargas como o líder que trabalha, e por isso, modelo para o “homem novo” em construção, “os textos de divulgação do Estado Novo demonstram nítida tensão entre a visão disciplinada e

²⁶ O próprio Paulo Figueiredo informa sobre esta menção ao seu trabalho, sem entrar em maiores detalhes. Não foi possível encontrar um exemplar deste livro didático, e, nem mesmo a referência completa.

moralizada do trabalho e a dimensão humanística que se propagandeia”. Deste modo, o autor cita um trecho do artigo de Figueiredo para demonstrar o mecanismo de ocultamento do “mundo particular da exploração do trabalho”, por meio da idéia de integração e humanização do Estado.

E há também um estudo mais específico sobre o autor, feito pela professora Elide Rugai BASTOS, através do artigo intitulado “Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil” publicado no livro *Intelectuais e Estado* (2006). A autora inicia seu artigo constatando que Paulo Figueiredo pouco aparece entre os autores das décadas de 1930 e 40, e que não lhe é conferido o devido lugar, pois seu debate, principalmente acerca da crítica ao liberalismo, está plenamente de acordo com o discurso oficial do período. No decorrer de seu texto, BASTOS analisa a contribuição de Figueiredo para a revista *Cultura Política*, e suas influências teóricas:

É importante assinalar que os artigos de Figueiredo constituem-se, nos números da revista *Cultura Política* em que aparecem, como elementos centrais da discussão política, onde se colocam pontos fundamentais sobre a natureza do Estado Nacional, sua função e os objetivos. Isso ancorado numa exposição teórica sobre as relações Estado/Sociedade. Nesses trabalhos, várias das propostas orteguianas, muitas delas incorporadas na configuração da Segunda República espanhola, Figueiredo sugere que sejam incorporadas pelo Estado Novo (BASTOS, 2006, p.122)

Conforme podemos observar no fragmento supracitado, destaca-se como uma das principais influências intelectuais de Paulo Figueiredo, o espanhol José Ortega y Gasset²⁷, ao qual se refere em diversos momentos, citando as obras *España invertebrada* (1921), *El tema de nuestro tiempo* (1923), *A Rebelião das Massas* (1937), *El librote las misiones* (1940), no que diz respeito à composição das massas e sua relação com a nação e o Estado, citando-o em diversos artigos. Elide Rugai BASTOS faz um paralelo entre as idéias de Ortega y Gasset e Paulo Figueiredo:

A articulação entre vida/cultura/política, ancorada no debate do livro de Ortega y Gasset, *El tema de nuestro tiempo*, obra largamente citada pelo autor, constitui-se em ponto de partida para a argumentação sobre o papel do Estado na organização da cultura. O fato de o Estado Liberal ter aberto mão dessa tarefa teria levado

²⁷ Ortega y Gasset também influenciou vários outros intelectuais do período, como apontamos no primeiro capítulo desta dissertação.

à crise o mundo ocidental. O papel dos intelectuais seria retomá-la. No Brasil foi o Estado Novo que passou a organizar esses intelectuais [...] (2006, p.127).

A autora chama atenção para o tema da *geração*, pelo qual se aborda a questão da missão dos intelectuais, pois é a *geração* a responsável pela mudança histórica. Partindo destes pressupostos orteguianos, Figueiredo recorre a esta temática em vários artigos, insistindo “no papel que sua geração deve assumir no processo de transformação da sociedade, ressaltando o caráter coletivo desse compromisso” (2006, p. 127-128). O autor afirma, baseado nas idéias de Ortega, que caberia a uma elite intelectual interpretar as necessidades de seu tempo, adaptando a herança cultural às circunstâncias nas quais vive, assim como, cabe a esta elite formar e dirigir as massas, pois é capaz de perceber os anseios e as necessidades do povo (2006, p.128). Seus conhecimentos da obra do autor espanhol, segundo Bastos, lhe renderam certo prestígio quando ainda era jovem:

Sendo profundo conhecedor da obra do autor espanhol, Paulo Augusto Figueiredo, embora bastante jovem, torna-se articulista importante do período uma vez que domina o núcleo argumentativo que ancora essas teses, fundamentais para a consolidação do projeto político do Estado Novo (*idem*).

Ortega y Gasset posicionava-se como crítico do liberalismo, argumentando que neste sistema a idéia de liberdade era estreita e limitada. Sua crítica foi amplamente absorvida por Paulo Figueiredo, que se referia constantemente ao liberalismo como um sistema inadequado ao Brasil, por ser transplantado, como veremos mais adiante, e citando, muitas vezes o próprio espanhol (2006, p.130). BASTOS continua sua explanação indicando os principais aspectos do ideário do autor em consonância com as características da revista *Cultura Política* e a ideologia estadonovista, e as aproximações entre Figueiredo e Ortega nas concepções de liberdade, Estado e instituições.

Elide Rugai BASTOS finaliza seu artigo colocando algumas questões de caráter metodológico e interpretativo a respeito de Paulo Figueiredo, que neste trabalho, de certa forma, também indagamos e tentamos responder:

De início, que estatuto podemos conferir a Paulo Nunes Augusto de Figueiredo no quadro geral da cultura brasileira? Ou na cena do pensamento sociopolítico brasileiro? [...] Como estudar um *autor*

menor, se comparado com as interpretações clássicas do período – Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte, para citar alguns – mas que se trata de personagem importante na ação política? Como localizar num quadro interpretativo um autor-ator político? Mais ainda, como aquilatar a articulação de suas idéias e seu feitio político com as posições profissionais e funcionais que ocupou? (2006, p.138).

É preciso ressaltar que Elide Rugai BASTOS se refere à atuação de Paulo Figueiredo apenas em âmbito nacional, e atribuímos a este recorte a classificação de *autor menor* que a autora faz. Sua atuação difere-se na esfera do Estado de Goiás, podendo ser classificado como *ideólogo*. Dirigia, indiretamente, uma revista de cunho oficial, e possuía um cargo de importância política, e tendo ligação com o poder central, revestia-se do papel emissário do Estado Novo em Goiás, e de Goiás no poder central.

Para criticar o liberalismo e construir seu estatuto de Estado, o autor também usa como referência, em vários momentos, as palavras de Nicolau Berdiaeff e sua obra *Uma Nova Idade Média* (1936) e Oswald Spengler com *Anos de Decisão* (1941). Intelectuais brasileiros contemporâneos, ou pouco anteriores, aparecem ao longo de seus artigos com o intuito de caracterizar o Estado brasileiro ao longo da história, e assinalar as teorias, que segundo Figueiredo, são as mais adequadas para o Brasil. Dentre estes autores, os mais recorrentes são Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Almir de Andrade, Ronald de Carvalho, Tristão de Ataíde e Getúlio Vargas em seus pronunciamentos e artigos.

Para FIGUEIREDO, o Estado Novo foi um período em que houve

uma compreensão nova e mais realista das coisas de nossa Terra e iniciou-se um processo de afirmação nacional, em termos concretos – mas, principalmente em termos ideológicos – que valeu como um caminho que todos os brasileiros, desde então, procuram palmilhar, em busca de nossa libertação e de nossa soberania (1984, p.09).

Este pequeno trecho escrito pelo autor na apresentação de uma coletânea de seus artigos, publicada em 1984 pelo Senado Federal²⁸, demonstra através das expressões “afirmação nacional”, “nossa libertação” e “nossa soberania” a intenção

²⁸ Esta coletânea foi publicada como parte das comemorações do ano do centenário de nascimento de Getúlio Vargas (1984). Possui catorze artigos publicados na Revista *Cultura Política* entre os anos de 1941 e 1945, e cinco artigos publicados na Revista *Oeste* no ano de 1943.

da afirmação de uma identidade nacional, procurando construir a nação que para o autor não existia antes de 1937. Por ser um texto posterior ao Estado Novo, o autor assinala a importância da herança ideológica do regime para a constituição da nação brasileira e para “o processo irreversível de nossa independência econômica, social e política”²⁹ (1984, p.13). E admite que “relendo agora (1983), esses meus ensaios, verifiquei – e, sobretudo, *senti* – que, em essência, eu aceito quase tudo que neles defendi” (*idem*, grifo do autor).

Para a construção da nação era preciso romper com a República Velha, caracterizada como liberal, desagregadora, superficial, apolítica, e desajustada da realidade nacional. FIGUEIREDO afirmava que

o regime liberal, nunca é demais frisar, estava em desacordo com a realidade brasileira. Não exprimia as nossas necessidades. Não correspondia aos nossos anelos. Não se ajustava ao nosso caráter. Por isso, deformou-se; e deformou-nos (1984, p.94 [1942a, nº18]).

Segundo FIGUEIREDO, o Estado Novo viria para transformar o velho regime, tornando-se uma união dos interesses dos indivíduos e aglutinador das forças políticas nacionais. O novo regime instituiu “um federalismo em que se pesam os interesses locais, mas em função dos interesses nacionais, donde dar preeminência aos poderes presidenciais sobre os órgãos de representação”, tornando-se contrário ao federalismo desagregador e localista da Primeira República, garantindo a República e a unidade (1984, p.112 [1942a, nº20]).

O autor ainda criticava os liberais por sempre estarem transplantando idéias estrangeiras inadequadas para o Brasil, tornando o governo cada vez mais distante da realidade nacional. O ideal era um regime que fosse genuinamente brasileiro, de acordo com o que havia no país. Para o autor (1984, p.54 [1942a, nº11]), na Primeira República,

via-se o Brasil em confronto com a Europa. E, embora povo jovem, pensávamos decrepitamente, pela cabeça do velho mundo. Aí, sobretudo estava a razão do mal – aí, no desconhecimento da nossa realidade, na incompreensão das nossas forças, no olvido da nossa gente. Entre nós, só valia o europeísmo.

²⁹ Não entraremos em discussão com relação a esse julgamento do autor.

Outro problema referente à Primeira República, segundo Paulo FIGUEIREDO, era o sufrágio universal, considerado como uma “anomalia, aberração política verdadeiramente catastrófica entre nós”, pois o povo brasileiro não era culto o suficiente para esta experiência dar certo. As conseqüências do sufrágio universal permaneceram visíveis por longo tempo, como a “degradação do caráter do povo (com a venda do voto), o seu apassivamento, o advento desse tipo funesto, chamado ‘coronel’ (geralmente *bronco* e *mau*) de quem dependia a vida municipal” (*idem*). Conclui seu argumento acerca do assunto tratando o sistema representativo como pretexto para “exibicionismos ridículos e negociatas escandalosas – representando, as câmaras altas, espécie de circo onde se digladiavam os partidos em torno de princípios inócuos ou de apetites pessoais, e as baixas, municipais, espécie de currais de bois mansos” (*idem*).

Porém, “o Estado Novo focalizou e compreendeu a nossa realidade integral, cósmica e humana, nacional e universal, contingente e eterna. Por isso já estamos descobrindo o que somos, o que queremos, até onde podemos chegar” (1984, p.50 [*idem*]). O Estado Brasileiro reuniu as características que mais se adequavam a realidade nacional, e se firmou como um “Estado Síntese, integração superior do Estado Liberal (tese) e do Estado Totalitário (antítese)” (1984, p.73 [1942a, nº13]). Nestes segmentos é possível notar a contraposição existente entre a Primeira República e o Estado Novo, tão acentuada não somente nos artigos de Paulo Figueiredo, mas também nos discursos políticos dos intelectuais atuantes no período estadonovista, como forma de legitimar o novo regime.

O autor afirma que tudo havia mudado, porém não com a Revolução de 1930, mas em 1937 apenas, com a consolidação de um Estado forte e autoritário, como o Brasil necessitava, “1930 marcou o momento decisivo. 1937 encontrou o caminho procurado” (1984, p.39 [1941a, nº06]). Tanto é que Paulo de Figueiredo critica a Constituição de 1934, afirmando que “as nossas instituições políticas, mesmo após o 1930, continuam liberais” (1984, p.57 [1942a, nº11]).

Para melhor ilustrar seu ideário, Paulo FIGUEIREDO relaciona Estado, Nação e Governo, expondo suas diferenças e implicações entre si. Afirma que Estado e Nação estão identificados em uma unidade dinâmica, homogênea e viva, considerando que “a Nação é a alma, o Estado é o corpo”, e a primeira dita os movimentos do segundo, exprimindo assim, todas as necessidades do povo (1984,

p.152 [1943a, nº30]). Em outro artigo, o autor assevera as relações entre as duas entidades:

O Estado é uma situação de convivência. A mais elevada. E uma situação de ordem. O Estado traduz a Nação: esta, amadurecida, torna-se Estado. Há, pois, uma ligação orgânica entre Nação e Estado. [...] É a Nação, sim, que legitima o Estado. A *forma* do Estado varia com a qualidade da substância nacional. Mas é sempre a Nação que vitaliza a constituição do Estado. [...] Ora, Estado não é apenas o Governo. Nem se confunde com as suas próprias formas. Como não se identifica, também, com os regimes políticos. [...] O Estado supera as formas de governo, atravessa, incólume, as diferenciações de regimes. [...] Não deve, pois, ser o Estado tomado como o Poder, que é um dos seus elementos constitutivos (1984, p.209 a 211 [1944a, nº43]).

Sua noção de Estado possui diversas características do corporativismo, apesar de não afirmar declaradamente em seus escritos que defende um Estado corporativo. Suas idéias perpassam questões como organização, hierarquia, integração, intervenção e direção. Vejamos essas idéias nas palavras de FIGUEIREDO:

Estado uno e integral, buscando – pela integração dos elementos dispersos num conjunto sintético e vivo, - pela hierarquização natural dos valores, - pelo relacionamento dos variados dados em uma ordem superior, - pela direção, enfim, a metas precisas, realizar os seus fins políticos, que, em última análise, estão na compreensão, formação e orientação do homem brasileiro (1984, p.36 [1941a, nº06]).

Em relação à hierarquia, o autor coloca que os valores e as instituições do Estado devem estar numa escala hierárquica de “graduação infinita, natural”, porém, todos voltados e agindo em função das finalidades nacionais. Pois, “diferenciam-se funções, sobrepõem-se planos, ordenam-se os elementos, mas tudo dentro de um todo orgânico que impõe a cada coisa uma atividade determinada” (1984, p.40 [*idem*]). Considera o Estado como um organismo natural, em que todos os seus elementos devem agir em função do todo. Desta maneira, para FIGUEIREDO, onde houver relações de interdependência, existirá hierarquia. E, assim, “o equilíbrio social estaria numa justaposição de situações e numa hierarquia de valores”, levando o Brasil a resolver seus problemas advindos da ordem liberal anterior ao Estado Novo, em que o país se encontrava numa “inadequação do ser à sua situação legítima e na inversão da ordem natural dos valores” (1984, p.226 [1945a, nº48]).

Getúlio Vargas é considerado como disciplinador e harmonizador das forças nacionais, uma vez que o presidente

...compreendeu as solicitações da nossa alma e os imperativos do nosso meio, e foi por isso que pode disciplinar as nossas forças, harmonizar e hierarquizar os nossos valores, coordenar os nossos traços essenciais, enfim, revelar a nação e traçar-lhe um destino, que o Estado Novo vai realizando (1984, p.40).

Na política, de acordo com o intelectual, é necessário que haja como princípios básicos a liberdade e a autoridade de forma conciliada. Esta conciliação, porém,

só é possível em um regime que se inspire numa filosofia integral, que enquadre todos os valores vitais numa tábua orgânica, onde eles, disciplinados e hierarquizados, sejam ligados a um centro diretor inicial, pelo qual se expliquem e justifiquem e em função do qual atuem (1984, p.239 e 240 [1943b, nº 10-11]).

Este centro diretor que FIGUEIREDO cita no trecho acima é o *homem*, colocado como ponto de partida e meta final da política nas idéias do autor. A liberdade consiste na garantia de condições de vida que possibilitem ao homem desenvolver-se plenamente, e a autoridade se expressa no poder organizado, capaz de, regulando o jogo das forças individuais, favorecer o desenvolvimento de todas elas, e, conseqüentemente da nação (1984, p.240 [*idem*]). A autoridade também se expressa na “força coercitiva indispensável à garantia do desenvolvimento do homem como povo, isto é, o mínimo de força necessário a assegurar o desenvolvimento de todos os homens” (1984, p.116 [1942a, nº20]).

Pressupõe-se destas passagens a sua defesa do Estado autoritário, regulador e intervencionista, atribuindo a este, o papel de direcionar a sociedade brasileira, através da liberdade e da autoridade, e não dispensando certa dose de coerção. O autor conclui que “só a autoridade poderá assegurar a liberdade, sendo, mesmo, condição dela, do mesmo modo que se chega à compreensão de que só a necessidade da liberdade legitima a autoridade” (*idem*).

Para exercer a autoridade sobre o país, ninguém mais apropriado que o Chefe da Nação, pois é nele que se somam as maiores qualidades de comando, tornando-se um símbolo e uma necessidade. Assegura que um “regime que não tenha autoridade,

em que esta não se corporize num chefe, jamais será suficiente” (*idem*), e este chefe deve ser o equilíbrio entre a autoridade e a liberdade, não pendendo para nenhum dos dois lados, de forma que não desvirtue o povo.

Esta “necessidade” de um chefe forte para a nação, apontada por FIGUEIREDO, leva a outra característica atribuída pelo autor ao Estado: a centralização do poder. Classificada como uma tendência natural do Brasil, o autor afirma que “o poder central e forte, verdadeira vocação nacional, agitava-se no subconsciente pátrio e aos poucos ia reingressando no consciente nacional” (1984, p.100 [1942a, nº18]). Esta direção para o Executivo forte viria desde a Proclamação da Independência, com a adoção da Monarquia e o poder centralizado nas mãos do Imperador, passando também pela República Velha:

Mesmo na liberal-democracia, e apesar dela, (se bem que por meios impróprios, de subordinação partidária, pessoal, “política”) houve sempre, de fato, subordinação dos governos municipais aos estaduais e destes ao governo federal. O executivo forte, porém, de qualquer modo subsistiu, como imperativo nacional, nas cartas constitucionais (*idem*).

FIGUEIREDO segue sua análise acerca da noção do Estado encarando-o como uma técnica, de forma que se constitui como instrumento de aperfeiçoamento dos homens. Explica que o homem se realiza pela afirmação de seus direitos, “e estes se contêm, todos, nos cinco direitos – ao trabalho, à subsistência, à educação, à assistência e ao ideal [...] – que são, verdadeiramente, os fins do Estado Brasileiro” (1984, p.43 [1941a, nº06]). Destas idéias, conclui que o Estado é a técnica de realização do homem.

Outro aspecto bastante difundido por FIGUEIREDO é a humanização do Estado. Ao considerar o Estado como uma condição para a realização dos objetivos do homem, e compará-lo a um organismo vivo, caracterizando até mesmo como um próprio indivíduo, o autor humaniza o Estado, de modo que este “para ser real, deve ter personalidade, e esta ele só consegue se infiltrar no indivíduo e, com ele e por ele, superar o indivíduo” (1984, p.59 [1942a, nº11]). E, a esse indivíduo (o Estado), que é a soma das necessidades e aspirações de todos os indivíduos, o autor chama de coletividade, e afirma que a consciência nacional é a consciência individual ampliada (1984, p.60 [*idem*]). Prossegue sua idéia dizendo que “confunde-se, desse modo, a

vida dos indivíduos com a dos Estados em que vivem. O conteúdo deste é, portanto, substancialmente humano” (*idem*).

O Estado, de acordo com o autor, tem sua existência garantida pelas leis, pois são elas que regulam as relações sociais, e uma de suas principais funções é regular a sociedade. A natureza jurídica assegura os direitos dos homens e lhes impõe obrigações, possibilitando-lhes a vida comum, e desta forma, constituindo o Estado (1984, p.71 [1942a, nº13]). Este deve construir uma cultura total, prendendo-se a circunstâncias locais, voltado para as realidades objetivas do meio, porém, acima de tudo, o que dá sentido ao Estado é a inteligência humana. E, quando os povos deixam de ser aglomerados de homens, ganham personalidade e constituem verdadeiras nacionalidades, e “o Estado em que se integram os homens, e que os dirige, ganha fisionomia” (1984, p.72-73 [*idem*]).

FIGUEIREDO usa muito em seus artigos o termo *integral*, para definir o Estado e o homem e seus fins, não só no sentido do todo, mas também, no sentido de junção, de complementação:

O traço constante e eterno da filosofia do Estado Brasileiro está no critério integral de apreciação dos valores, na visão total da pátria, no entendimento profundo do nosso homem, na integração superior de todos os elementos nacionais, cósmicos e humanos (1984, p.79 [*idem*]).

Daí ser também integral a nossa política, que considera todos os valores, internos e externos, da vida humana, enquadrando-os em um sistema de planos definidos e necessariamente sobrepostos, que se entrelaçam, interdependentes, em uma escala variável, mas que se orientam para um só fim: a formação de um povo forte e de uma pátria poderosa (1984, p.75 [*idem*]).

Esta integração objetivada por FIGUEIREDO levaria o país ao equilíbrio, “conjugando dados de vidas distintas, mas paralelas: a vida individual e a vida coletiva, nacional” (1984, p.80). Conseqüentemente realizar-se-ia a humanização do Estado, através do “Estado Integral, pois é fruto da cultural integral, objetiva a formação do homem integral e obedece aos princípios de uma filosofia integral” (1984, p.91 [1942a, nº18]).

A defesa do Estado autoritário, intervencionista, regulador, disciplinador não exclui a democracia do rol de características do ideário de Paulo FIGUEIREDO. Para o autor, não existem *formas* de democracia, “esta tem uma forma típica, é um todo

uno e indivisível e não se presta a mutilações de ordem política. A democracia é ou não”, ou seja, não importa o regime, pois ela pode existir em uma monarquia, em uma república, ou até mesmo em uma ditadura, o que importa é que há regimes que se aproximam mais ou menos da democracia (1984, p.155-156 [1943a, nº30]). Entretanto, enfatiza a diferença entre a democracia liberal e a democracia que defende através, principalmente, da comparação entre a Primeira República e o Estado Novo:

Não quero dizer que o liberalismo não contivesse, *também*, democracia. Continha, sim, mas não continha a democracia. A liberal democracia era uma democracia puramente “intencional”. Contudo, foi justamente porque era, *em teoria*, democrático, e porque se mostrou incapaz, em sua *demonstração prática*, da democracia, que o liberalismo fracassando, deu impressão de fracasso da democracia mesma (1984, p.197 grifos do autor [1944a, nº39]).

No Brasil, para o autor, a democracia existiu de fato, apenas com a instauração do Estado Novo. O regime anterior era “puramente teórico”, em que prevalecia a concorrência de forças desiguais, levando a formação das “oligarquias que tanto infelicitaram o Brasil”. Não considerava era um regime do povo, pois não visava o seu bem estar e não estava integrado na realidade profunda da nação. E conclui que “Por isso tudo, não existiu na velha República, democracia. Nela não se cuidava da *res*; cuidava-se de *réis*...” (1984, p.97, grifos do autor [1942a, nº18]).

Instaurado o Estado Novo, a democracia pode se concretizar no Brasil, pois

Baseado em nossas categorias fundamentais de existência nacional: terra e homem; considerando, favorecendo e ordenando todas as nossas relações vitais: econômicas, sociais, morais, cívicas e espirituais, com o que se vai solidificando a nossa cultura; pensando todos os aspectos da vida nacional, pela qual opera, surpreendendo-lhe os motivos essenciais e orientando-os para fins claros e definidos; unindo, assim, num conjunto harmonioso e dinâmico todos os nossos valores, disciplinando-os, hierarquizando-os e dando-lhes uma destinação comum – o Estado Nacional se caracteriza como Estado medularmente democrático, pois democracia é o governo da Nação, e o Estado Nacional, repitamos, é a própria Nação brasileira em movimento (1984, p.155 [1943a, nº30]).

E, feita a descrição da democracia estadonovista por FIGUEIREDO, compete mostrar mais uma diferenciação que o autor faz entre a democracia de antes do Estado Novo, e a deste período:

O Estado Nacional desprezou as fórmulas abstratas e os processos anarquizantes do liberalismo e está, com métodos novos, em planos próprios e visando fins predeterminados, realizando a verdadeira democracia. Não, portanto, a democracia discursiva, retórica, dos comícios e parlamentos, mas uma democracia autoritária, social e econômica, onde todas as classes, pelos seus órgãos representativos legítimos, têm os seus interesses regulados, dirigidos, satisfeitos (1984, p.101 [1942a, n°18]).

A democracia brasileira é qualificada pelo autor, não tendo apenas um sentido político, mas também social e econômico, pois se orienta no sentido do bem-estar de todos. Por isso, é

uma democracia que organiza e dignifica o trabalho, braçal e intelectual; que planifica a educação, dando-lhe um cunho técnico, um conteúdo realista, um sentido nacional, visando o desenvolvimento não só do indivíduo, mas também do cidadão, que humaniza o direito, que dirige a economia, segundo princípios de uma ética nacional (*idem*).

A democracia apresentada por Paulo FIGUEIREDO é de fato autoritária, e apesar de não conceituá-la, mas apenas descrevê-la, o autor sugere em diversos momentos o cerceamento pelo Estado das liberdades individuais, a centralização no Executivo, o que indefere a participação política popular, a direção do governo da vida nacional e a própria autoridade do Presidente sobre a sociedade. É preciso ressaltar que, de modo geral, a democracia compreende certos traços elementares, todavia, variam em grau e amplitude de acordo com cada caso e suas condições históricas. Entre esses traços elementares estão: liberdade de formar e integrar-se a organizações, liberdade de expressão, direito de voto, elegibilidade para cargos políticos, direito de líderes políticos competirem através da votação, fontes alternativas de informação, eleições livres e idôneas, e existência de instituições que garantam que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência da população (DAHL, 1972, apud DINIZ, 2001, p.15-16).

Torna-se necessário, para uma análise mais completa, apontar certas contradições encontradas em sua obra. Por exemplo, quando escreve em um

momento que a democracia brasileira do Estado Novo “respeita e assegura, realmente, os direitos individuais. Integrou o indivíduo na comunhão social, interessando-o pela coisa pública” (1984, p.101 [1942a, nº18]), e em outros momentos enfatiza a necessidade do Estado regular a sociedade com autoridade, como já foi citado anteriormente.

Abrangendo a análise que FIGUEIREDO faz da democracia, há uma discussão a respeito das *massas*. O autor afirma que governo democrático é “governo do povo, e povo não é só operário, não é só o burguês, não é só gente rica. Povo é nação” (1984, p.95 [*idem*]) E, logo, a nação está acima das classes, “que ela inclui e supera”, e sendo esta organizada forma-se o Estado. Sendo o Estado um organismo de funções múltiplas e complexas, com órgãos distintos, mas funções correlatas, o seu “governo cabe às elites”. Visto que

as massas têm, assim, no Estado democrático, o seu lugar, o seu papel, porém as funções de comando não lhes competem. [...] O governo cabe às elites. Democracia não exclui disciplina de forças, diferenciação racional de funções, hierarquização de valores. As massas têm a sua missão a cumprir, porém diferente da missão das elites. Devem ser educadas, esclarecidas, orientadas. Para o seu próprio bem (*idem*).

O autor denomina que o governo é do povo, e não das massas e nem de classes. Por ser o Estado Novo um Estado Integral, o que se tenta é a “superiorização das massas, e não a inferiorização das elites, e aqui está o seu traço moral essencial” (1984, p.102 [*idem*]).

Infere-se destas análises, que mesmo o Estado colocando-se acima das classes, a hierarquia defendida pelo autor leva à divisão social. Pois se há hierarquia de valores, de funções e diferenciação de missões, sendo que às elites é que cabe governar a Nação, então, mais uma vez o autor entra em contradição, pois que coloca as massas em função das elites neste momento, e em outros afirma enfaticamente que a sociedade dividida em classes anula o homem. E, para corroborar suas opiniões, usa citações de Ortega y GASSET (1937) e SPENGLER (1941) a respeito da constituição das massas e de seu papel dentro do Estado. Finaliza suas idéias: “Democracia não é, assim, um governo de massa, porém um governo que serve a todas as classes, indistintamente, pois não vê classes, vê homens” (*idem*).

Paulo de FIGUEIREDO elenca alguns pontos fundamentais no governo de Getúlio Vargas, que se expressaram na Marcha para o Oeste³⁰, no nacionalismo e nas políticas sociais. Através destas medidas, o Brasil se voltaria para si próprio, conquistando uma independência econômica e política através do nacionalismo e apaziguando as diferenças sociais através de uma permanente preocupação com os trabalhadores.

O projeto da *Marcha para o Oeste* foi considerado por seus idealizadores como um Brasil que toma posse de suas riquezas naturais ignoradas, se integrando para formar uma nação plena e, “naturalmente” harmoniosa. Concebida como um movimento de expansão e conquista da nação, através da idéia da participação de todos os brasileiros neste movimento, a *Marcha* possibilitaria o encontro do Brasil “selvagem” e atrasado do interior com o Brasil moderno do litoral. Para expressar o significado da Marcha, FIGUEIREDO se utiliza das palavras de Getúlio Vargas tiradas do livro do presidente “A nova política do Brasil”:

Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste (s.d.p., apud 1984, p.188 [1944a, nº37]).

O povoamento do interior do país colocava-se como uma das principais expressões da *Marcha para o Oeste* para FIGUEIREDO. O autor insistia que o Brasil devia ser povoado, pois povoar o país seria conquistá-lo, justificando que havia muita riqueza abandonada, não explorada, pois não havia agente humano para encontrá-las, assim como a segurança nacional também era afetada. Entretanto, não era simplesmente encher os espaços vazios com homens, esta atitude deveria ser tomada obedecendo a critérios nacionais e racionais. Esses critérios salientados pelo autor se referem à necessidade “de gente capacitada à ciclópica tarefa de construir, nesses desertos, uma civilização” e continua mais adiante, afirmando que o

³⁰ Getúlio Vargas lançou a chamada “Marcha para o Oeste”, como uma diretriz de integração territorial para o país. E o fez durante uma visita a construção da cidade de Goiânia. Para mais detalhes consultar CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

“movimento de penetração sertaneja teria de operar-se sobre bases culturais, incumbindo, assim, a verdadeiras elites, a heróica empreitada” (1984, p.181-182 [*idem*]). O autor não define essas elites a quais se refere, mas deixa claro que o povoamento do interior do país deve ser feito por brasileiros através de uma política nacional, e não por estrangeiros.

Uma das formas de se resolver o problema apontado por FIGUEIREDO da ocupação do *hinterland* brasileiro e da organização geoeconômica do país, era a redivisão dos quadros estaduais. Este plano, elaborado por Mário Augusto Teixeira de Freitas³¹, consistia em um “esquema orgânico para as grandes diretrizes a que convenha submeter a reestruturação dos nossos quadros políticos, administrativos, sociais e econômicos” de forma que garantisse a Defesa Nacional (1984, p.183 [*idem*]). Para a organização da Nação, é necessário desenvolver um plano prévio, que contenha “organicidade de estrutura, o que quer dizer, equilíbrio, simetria, sistematização, mecanismos de compensação, faculdade de ajustamento automático às circunstâncias emergentes” (*idem*).

O plano sugeria a equivalência de área e de potencial político entre os estados, sendo que estas áreas não poderiam ser nem grandes demais, para que um estado não progredisse mais que outros, nem pequenas demais, de forma que os recursos não se findassem rapidamente. As desigualdades iniciais de povoamento, riqueza e progresso deveriam ser atacadas a fundo pela interferência do Estado Nacional, distribuindo recursos de maneira que eliminassem as desigualdades e não privilegiando mais nenhum estado (*idem*).

Deveria ser fixado um padrão ideal de área dos estados entre os limites de 250 mil e 350 mil km². E nenhum estado poderia, após a redivisão, ceder território a outro, porém, os menores se associariam, transformando-se em “departamentos autônomos, sub-federados, para formar Estados compósitos, adstritos ao padrão”, e a capital dessa nova entidade política seria construída em um município neutro e um ponto de convergência dos limites dos Estados que se associassem (1984, p.184-185 [*idem*]).

³¹ Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu na Bahia, e logo após a Revolução de 1930, a convite do Governo Provisório, transferiu-se para o Rio de Janeiro para colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. Sua criação máxima foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1934. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/65anos/teixeira/nota.htm> consultado em 04/10/2009.

É sugerido, ainda, que os estados que se formassem, ficassem em uma situação de “semi-autonomia, como províncias ou mesmo territórios federais, possivelmente sob governo militar com franco papel colonizador”, o que não implicaria abandono ou subordinação indesejáveis, “mas sim uma situação especial de amparo pela comunidade nacional, de que seria consequência o direito correlato a uma assistência financeira tanto maior quanto menores seus recursos” (1984, p.186 [*idem*]).

A esta reorganização não cabiam apenas às questões de território e povoamento, de maneira que uma das propostas dizia respeito a

criação, com sede em Belo Horizonte, de um distrito federal abrangente da zona ferrífera de Minas Gerais, onde de logo, assim nacionalizando esse potencial de riqueza, comece a União a desenvolver diretamente as indústrias pesadas (1984, p. 185 [*idem*]).

Outro ponto a se destacar se refere à mudança da capital do país. Antes de ser transferida totalmente para o Planalto Goiano, como meio de apressar o desenvolvimento da região e preparar a localização da futura metrópole, a capital se estabeleceria temporariamente em Belo Horizonte, sendo removidos para lá somente os órgãos do Governo e os elementos da administração que não puderem ser localizados longe deste, de modo que “possam permanecer no Rio, como estimulante salutar do espírito nacional neste grande centro cosmopolita e como recurso para mantê-lo no seu papel de grande metrópole sul-americana, todos os demais órgãos administrativos” (*idem*).

Entretanto, Paulo FIGUEIREDO discorda deste ponto referente à mudança da capital nacional. Não vê necessidade nem na transferência provisória para Belo Horizonte, nem na definitiva para o Planalto Goiano. Justifica que não é preciso que a capital federal vá para o centro do país para desenvolver a região, e defende que a construção de mais algumas *Goiânias* pelo sertão resolveria o problema da descentralização administrativa. Deve-se considerar que “os gastos com uma nova capital federal no planalto talvez bastassem para a construção de algumas novas capitais para algumas das novas unidades federadas”, auxiliando no plano de interiorização do país. A única objeção, aparentemente séria, que o autor assinala em relação a uma capital litorânea, é de ordem estratégico-militar, “mas esta perde muito

a sua consistência se considerarmos que um simples decreto pode, quando exigirem as circunstâncias, transferir a metrópole para um canto qualquer do país”. E, ainda, as funções culturais que exerce uma capital podem ser exercidas por qualquer cidade. (1984, p.190-191 [*idem*]).

No que se refere à centralização política, o autor afirma que

localizado o Governo Nacional no centro geográfico do país, melhor se processaria ela, embora tal centralização, no atual estado de progresso, possa, por meio de um sistema de pesos e contrapesos, ser conseguida mesmo com o poder supremo situado no litoral, sendo exemplo disto o próprio país (1984, p.190 [*idem*]).

Essas eram as diretrizes básicas da reorganização estadual, que acabaria com as desigualdades entre os estados, opondo-se à Primeira República liberal e desagregadora, e assim ajudando a construir a nação brasileira. Acreditava também, que a concretização deste plano evitaria os desejos separatistas de certos estados. Assim como, aceleraria o processo da Marcha para o Oeste. Este plano estava no sentido da “incorporação integral dos valores nacionais num todo homogêneo que se orienta toda a nossa política moderna”, tendo como grande objetivo

fazer do Brasil uma grande pátria, mas *dentro* da família das nações, e do brasileiro um grande povo, mas como *componente* da humanidade. Com tais características e propósitos, essa política, no que concerne à organização nacional, visa dar o Brasil ao brasileiros, em corpo e em espírito, donde a marcha para o Oeste (1984, p.188 [*idem*]).

A construção de Goiânia foi outro grande símbolo da Marcha para o Oeste na visão de FIGUEIREDO. O movimento da Marcha para o Oeste significava um novo bandeirismo, porém planejado, sobre bases racionais, por vias estatais. Para que isso fosse possível, era necessário implantar instituições adequadas para um domínio total do Brasil, pelo Brasil. Neste sentido, Goiânia significava (1984, p.189 [*idem*])

a cidade bandeirante por excelência, aquela que está traduzindo o verdadeiro sentido da nossa civilização, [...] um convite à inteligência. E aqueles que isso sabem compreender, estão todos acordes em proclamar Goiânia novo símbolo do Brasil Novo, uma afirmação inequívoca da marcha para o Oeste, um incitamento poderoso à aventura da redivisão política do Brasil.

Goiânia era um marco do novo bandeirantismo, um signo da brasilidade. Era considerada ao mesmo tempo testemunha e símbolo. Símbolo da política de integração do Brasil e da nova era da história do país, e testemunha da vontade realizadora do novo governo. A modernidade estava sendo implantada no interior do Brasil através das mãos de Getúlio Vargas. Goiânia, para FIGUEIREDO, estava além e acima de qualquer cidade brasileira, “vale como uma afirmação *da* raça. Mais: vale como uma afirmação *de* raça” (*idem*, grifos do autor).

A construção da nova capital do estado de Goiás significava a dinamização da economia goiana e sua incorporação à economia nacional. A ideologia do progresso era amplamente utilizada por Pedro Ludovico Teixeira, interventor de Goiás, na campanha feita para a construção de Goiânia. De acordo com Nasr CHAUL (1999, p.81) “Pedro Ludovico sentia-se porta-voz de um todo social favorável a mudança”. Chaul ainda destaca que o interventor considerava que

uma nova capital seria o símbolo que levaria o Estado a sair do marasmo político-econômico, além de representar o ‘novo tempo’ que se estruturava nos horizontes nacionais. Era parte do ‘novo’ Brasil; do tempo novo, do Estado Novo. Uma nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso (1999, p.81)

É preciso ressaltar que a construção de Goiânia, quando ainda era um projeto, tinha como finalidade retirar o centro político da cidade de Goiás, curral político da família Caiado e opositores de Pedro Ludovico Teixeira, interventor de Goiás, nomeado após a Revolução de 1930. Além disso, a cidade de Goiás, construída na época da mineração, possuía diversos problemas estruturais. E como afirma Itami CAMPOS,

Enfeixando em suas mãos os recursos políticos e orçamentários que a máquina administrativa lhe tornam possíveis, Pedro Ludovico busca estratégias capazes de lhe assegurar o controle político do Estado. A questão da mudança da Capital vai oferecer as condições necessárias para que ele se torne o líder mais expressivo de Goiás (1985, p.38).

Então, é possível supor que todas as atribuições feitas a Goiânia, relativas ao seu caráter de símbolo da *Marcha para o Oeste* (que, inclusive, foi lançada após o início da construção da nova capital goiana), do novo bandeirantismo, serviram como

estratégia para destacar Goiás em um plano nacional e assegurar Pedro Ludovico no controle do Estado.

Voltando ao tema da *Marcha para o Oeste*, FIGUEIREDO destaca igualmente, como parte da ação, a criação dos territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguazu. Classifica esta obra como uma etapa na realização do “imperialismo brasileiro, lógico, necessário e patriótico” rumo a um futuro glorioso (1984, p.192 [1944a, nº37]). Outros fatos significativos na política getulista estão na formação das colônias agrícolas, na expedição Roncador-Xingú e na fundação Brasil Central, efetivando, assim a *Marcha para o Oeste* (*idem*). Conclui afirmando que

Tudo está, como vimos, em se dilatar a zona da civilização, no intuito de nela se incluir toda a área geográfica nacional, o que implica planificação da nossa economia, integração dos nossos tipos étnicos, sistematização da nossa produção, unificação dos nossos processos administrativos, valorização de nossas regiões geo-econômicas, enfim, a ordenação nacional das nossas diversas categorias de existência coletiva (1984, p.193 [*idem*]).

A liberal democracia, ao incentivar as políticas localistas e devido à imensidão do território, com deficiência e insuficiência de comunicação; a zonas geoeconômicas definidas com riquezas próprias e com sistemas diferentes de produção e formas sociais de vida variáveis, em que populações vivem isoladas, sendo que alguns agrupamentos se distinguindo até mesmo em traços psíquicos e somáticos; literatura se regionalizando, causou a desagregação e a discórdia nacional. Por isso,

em um território assim extenso, de zonas econômicas tão distintas e contendo populações com traços, alguns, acentuadamente típicos, tudo se refletindo em culturas bastante diferenciadas, só seria aconselhável um regime de poder centralizado e forte (1984, p.252 [1943b, nº10 e 11]).

E, além do regime forte, seria necessário também realizar um plano como a *Marcha para o Oeste*, enfrentando as dificuldades da extensão territorial e consolidando a integração étnica e o equilíbrio social, acentuando as características nacionais (*idem*).

O nacionalismo defendido por Paulo Augusto de FIGUEIREDO não se restringia apenas ao âmbito econômico, mas atingia também o social, moral e espiritual. Além disso, a Constituição nacional deveria ter cunho nacionalista para

possibilitar a “verdadeira democracia”. Esta “verdadeira democracia” exigia disciplina, hierarquia e autoridade para neutralizar as diferenças entre os homens e orientar as energias no sentido do bem comum (1984, p.110 [1942a, nº20]). Além disso, a *Marcha para o Oeste* entrava no campo de características do nacionalismo do Estado Novo, pois pregava a integração nacional e a centralização política. E, a partir do Estado Novo

Começamos a procurar-nos; iniciamos um novo movimento bandeirante, agindo este agora não só no sentido geográfico, social, político e econômico, mas também no sentido sentimental – procurando chegar ao desconhecido do nosso coração, e no sentido intelectual e espiritual – buscando a razão, a natureza e o fim das nossas idéias (1984, p.31 [1941a, nº06]).

O nacionalismo é fator primordial para a edificação e manutenção nacional, podendo ser usado na política como forma de legitimar projetos e reavivar sentimentos e identidades ofuscadas por estratégias ou propostas anteriores. Assim, podemos perceber que o nacionalismo pode estar engendrado a um processo político que tem como foco principal o progresso e o desenvolvimento do país. Quando se discutem elementos como a política e a união nacional, por exemplo, é possível compreender melhor que tipo de nacionalismo poderia estar se desenvolvendo no Estado Novo, que na verdade tem suas matrizes ideológicas, inclusive a ideologia do poder, erigida no movimento de 1930, que interrompe a política oligárquica da Primeira República, propondo mudanças radicais no quadro nacional (PEÇANHA et al, sdp., p.121).

A Constituição de 1937 retratava de forma mais expressiva o nacionalismo brasileiro, pois obedeceu a vocação histórica nacional de fortalecimento do poder central, “estatuindo uma forma nacional de vida política – e, portanto de vida social, administrativa e econômica – para as unidades federalizadas [...] e pelo seu caráter humano fundamental, controla as atividades individuais, no sentido do bem nacional” (1984, p.112 [1942a, nº20]). FIGUEIREDO classificava a Constituição de 1937 como completa, pois tratava dos assuntos fundamentais para a organização do Brasil:

Sendo uma Constituição orgânica, é mais que uma simples catalogação de dogmas jurídicos. [...] É a verdadeira condição legal de efetivação do anseio da plenitude do povo. Porque integra todos os nossos valores dentro de uma ordem nacional. [...] Fixa, assim,

os princípios de nossa organização social, econômica e política, num sincronismo perfeito com as nossas realidades e com as realidades do instante mundial. [...] Traça as normas de direção social e nacional da economia (*idem*).

E mais uma vez, a contraposição ao liberalismo serve para definir o Brasil vigente e nacionalista: “a liberal democracia, nitidamente universalista, e manifestamente fragmentária na compreensão da sociedade, não poderia, portanto, ser terreno propício à edificação do Brasil” (1984, p.115 [*idem*]). Por esses motivos, havia a necessidade de se instaurar um regime forte que “consolidasse esse milagre de compreensão e de unidade dentro de um meio assim como o nosso, geograficamente vasto e socialmente diferenciado” (*idem*).

Entre outras características do nacionalismo estadonovista, FIGUEIREDO destaca a queima das bandeiras estaduais, ou seja, o fim da autonomia dos estados tão estimada na Primeira República; a extinção das polícias estaduais; o ensino da língua pátria em todos os estabelecimentos escolares, inclusive os das colônias estrangeiras existentes em diversos estados do Brasil (1984, p.10). O fim maior do nacionalismo era alcançar uma real independência econômica e política, valorizando as reais características nacionais.

Mesmo voltado para si, o Estado brasileiro também definia seu nacionalismo através das relações com os outros países, de forma que ao se estabelecer normas de conduta úteis para o povo, o Brasil demarca sua convivência com os outros povos da América e do mundo, respeitando as peculiaridades culturais de cada um. Este sistema de convivência, FIGUEIREDO chama de *americanismo*, pois dá preferência às relações com a América, por fazer parte dela. Assim, a política brasileira, dirige-se a uma “atuação mais acentuadamente continental (aí o seu aspecto americanista), mas sempre olhando as coisas através do ângulo dos interesses do nosso povo (aí o seu aspecto nacionalista)” (1984, p.159-160 [1943a, nº30]).

Os fins do nacionalismo brasileiro apontavam para a formação da nação, e a integração dos elementos constituintes da nação, conjugando-se a vida individual e a vida coletiva, nacional. E, neste conjunto de elementos ao qual o autor faz referência, está contida a miscigenação como fator de diferenciação do povo brasileiro:

Fundem-se em nossa etnia, quase todas as etnias conhecidas. Traços raciais os mais variados dão ao nosso povo uma riqueza e uma plasticidade psicológica inexcedíveis. Confundimo-nos com

todos os povos, e, justamente por isso, distinguimo-nos de todos eles. Em nosso caos étnico oculta-se, talvez, o povo do futuro. É possível que, no porvir, nenhuma sociedade venha a ser tão complexa quanto a nossa (1984, p.80 [1942a, nº13]).

Tratando a miscigenação como uma vantagem, FIGUEIREDO avalia que a origem européia e as idéias que vieram da Europa, influenciaram os lances decisivos da nossa história. Apesar desta forte influência, “guardamos de nossas origens aquilo que o europeu tinha a nos transmitir de humano, de eterno. Mas sobre esse ‘que’ básico se foram acumulando, lentamente, traços diferenciados, oriundos do nosso meio” (1984, p.83 [*idem*]). Vindo idéias e sangue de todas as partes do mundo, formou-se a singularidade e a grandeza brasileira, na unificação de diversos povos, surgiu um povo, e deste povo, a nação (*idem*).

Antes de 1937, as etnias ainda não haviam se cristalizado em uma só, e por isso, apareciam diversas tendências, regionalismos, sem um espírito nacional unificado, devido, sobretudo, a falta de um Estado forte e centralizado. Após 1937, o nacionalismo brasileiro adquiriu significado positivo, e passou a traduzir as necessidades e aspirações do país (1984, p.84 [*idem*]). Para corroborar seu pensamento, FIGUEIREDO utiliza as palavras de Oliveira VIANNA (1933) a fim de traçar os objetivos do nacionalismo:

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si e material e moralmente. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade, os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei (*idem*).

Para os nacionalistas, a nação, conjunto de valores morais, constitui um todo orgânico cujos fins se realizam no Estado. O Estado é responsável por manter a ordem moral, é o tutor da virtude cívica, da consciência imanente da coletividade. Na ótica da ideologia nacionalista, o governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento (seguindo metas fixadas por assessores técnicos) e fomentaria o espírito da nacionalidade. O nacionalismo construiria a nação (D’ARAUJO: 2000, p.13).

A arte também fazia parte da construção de uma cultura nacionalista no Brasil. Paulo Figueiredo refuta a arte liberal, caracterizando-a como uma arte pela

arte, sem uma finalidade específica. Segundo o autor, “a arte, que, inclusive em seu sentido estético, tem um caráter social, vale hoje como um dos meios políticos de construção do homem” (1984, p.139 [1943a, nº28]). Dentre os tipos de arte, destaca-se a música como instrumento de educação utilizado pelo Estado:

Porque é evidente o misterioso poder de sugestão que tem a música. Não há povo que não tenha o seu hino e todos os grandes movimentos coletivos são acompanhados de música, meio de concentrar as forças emotivas do povo, transportando-o ao estado de êxtase cívico, que o faz vibrar, marchar, decidir-se. [...] Daí o aproveitamento da arte musical, pela política getuliana, como elemento de construção do homem (*idem*).

As ações do Estado relativas à música, de acordo com o autor, estão presentes no ensino do canto coletivo nas escolas, no canto orfeônico como roteiro para a educação cívica e no samba com suas composições de cunho nacionalista. Este aspecto do nacionalismo demonstra que o Estado se utiliza de todos os meios ao seu alcance para o desenvolvimento do homem em um sentido nacional, “esclarece-o na escola, fortalece-o nos campos de esportes, moraliza-o na família, disciplina-o na caserna, dignifica-o no trabalho” (1984, p.140 [*idem*]).

A educação era um fator primordial para a consolidação do nacionalismo na visão de FIGUEIREDO. Devido à centralização do poder do Estado, estava entre as suas funções, amparar todos os homens, preparando-os para a vida e dando a esta um sentido nacional. Através de “institutos próprios, de funções determinadas, e com métodos específicos, o Estado Nacional ativa as vocações individuais” com um fim que está contido no povo e na nação. À “educação cívica, a educação econômica, educação militar, educação política, dá o Estado Nacional o caráter de simples capítulos da pedagogia nacional, pela qual procura construir um povo integral” (1984, p.128-129 [*idem*]).

A educação, de acordo com o autor, deveria ter um caráter de instrumento de adaptação ao sentido nacionalista do Estado Novo. Daí a intervenção do Estado, fixando os postulados pedagógicos fundamentais. Entende-se a educação

Em sua acepção lata e profunda de elemento de preparação para a vida, de adaptação às realidades todas da vida, de orientação da vida. [...] Implica culto à nacionalidade, à disciplina, à saúde, ao trabalho, à economia, à moral etc., visto que hoje se situa a pátria, não como uma realidade jurídica e geográfica, tão só, mas também

[...] como uma realidade viva e autônoma, que contém e excede as demais realidades particulares da existência coletiva, e para cuja consolidação e grandeza é preciso organizar as coisas e educar os homens, para que estes, disciplinados, sadios, aptos e operosos, possam atingir, pelas coisas e por si próprios, os fins supremos da vida (1984, p.129-130 [*idem*]).

Tendo o Estado o papel da educação, esta deve ser voltada para a pátria, de forma que capacite o homem, intelectual, moral, sentimental e fisicamente, organizando-lhe o trabalho, vivificando-lhe o direito e sistematizando a economia, conjugando, assim, o bem nacional com o bem do homem (*idem*). Nestes aspectos, através de uma educação voltada para o Estado, o objetivo seria a disciplinarização do homem, de forma que estes se mantivessem nos moldes que o regime apregoava. Juntamente com a educação, estavam as políticas sociais, perpassadas pelos objetivos de controle da população pelo Estado.

As políticas sociais que marcaram o Estado Novo de acordo com Paulo Augusto de FIGUEIREDO giram em torno da questão do trabalho. O autor cita o salário mínimo, o salário igual para trabalho igual, descanso remunerado, assistência e previdência social, estabilidade no emprego, horário de trabalho, nenhuma distinção entre o trabalho intelectual e o manual, igualdade do homem e da mulher no trabalho, proteção especial para o trabalho feminino e das crianças, legislação específica para o trabalho noturno e nas minas, enfim, proteção ao trabalhador nacional (1984, p.11).

Depois de definir o Estado como organizador da sociedade em busca da harmonia e da integração social, através da hierarquia, Paulo FIGUEIREDO não poderia deixar de analisar a questão do trabalho, tão proeminente durante o Estado Novo. Dentro das funções organizativas do Estado, estava a organização do trabalho por meio dos sindicatos. O autor não formula uma teoria a respeito dos sindicatos, mas relata, a seu ver, como estes funcionam no Brasil, de forma que este seu relato faz parte da ideologia dominante.

Os sindicatos estabelecidos pelo Estado são considerados pelo autor como o ponto de partida para a efetivação dos fins políticos e humanos do governo de Getúlio Vargas. De acordo com Figueiredo, não constituem instrumento de lutas, mas “de harmonização, de enquadramento profissional, de direção dos grupos humanos” (1984, p.43 [1941a, nº06]). Esta argumentação reitera marcadamente a sua

perspectiva corporativista. O autor firma que “com características próprias, com métodos adequados, os sindicatos, órgãos importantíssimos, verdadeiros Estados em miniatura, vão realizando, entre nós, uma obra notável de integração econômica, social, política e cultural” (*idem*). Defende ter o sindicalismo brasileiro características nacionais, e por isso mesmo, passa longe dos modelos estrangeiros, como o fascista. Através das palavras de Miguel Reale, define as funções gerais dos sindicatos:

a) função política, porque constituem a base da representação nacional; b) função econômica, porque a corporação que representam realiza a disciplina integral com toda a rede das cooperativas e dos institutos de crédito; c) função ética, porque se inspiram na solidariedade dos grupos no seio das nações; d) função cultural, porque lhes incumbe promover o desenvolvimento intelectual de seus membros para que eles possam participar de todos os benefícios da civilização e da vida do Estado (s.d.p., p.232, apud 1984, p.43 [*idem*])

Esta política social mencionada por FIGUEIREDO é parte de um dos principais pilares da política de Getúlio Vargas, o *trabalhismo*. Estas questões sociais relacionadas ao trabalho são objeto de grande polêmica na historiografia, pois é possível interpretá-las como “vantagens recebidas pelos trabalhadores, antes desprotegidos e largados a própria sorte, evidenciando o papel do Estado que consagrou e adiantou conquistas à classe operária” (FONSECA, 1999, p.222). Assim como é possível interpretá-las como termo de uma legislação trabalhista autoritária, pois anulava a autonomia sindical e das lideranças espontâneas dos trabalhadores. Eram leis que serviam antes “para reprimir que para beneficiar, salientando as vantagens das medidas para a própria acumulação capitalista” (*Idem*).

Para Paulo de FIGUEIREDO, e para todos os intelectuais que defendiam e ajudavam a formular a doutrina do Estado Novo, a primeira interpretação citada acima é a que prevalecia, pois para o autor o homem só se realizaria através do Estado, pois

Fins do indivíduo e fins do cidadão se confundem nos fins do homem, e o homem não pode realizar-se plenamente a não ser em um Estado que penetre na sua natureza integral, buscando desenvolver todas as suas faculdades, satisfazer a todas as suas necessidades, efetivar todas as suas aspirações. [...] Porque a vida

do Estado é a vida dos homens por ele organizados socialmente (1984, p.90 [1942a, nº18]).

Permeando sua concepção do trabalho, está a questão das máquinas. O autor critica o fato de o homem ter criado a *máquina* e esta ter lhe dominado e substituído. Porque a máquina é “indispensável ao homem [...]. Apenas, é mister que ela seja conceituada como instrumento do homem, sirva ao homem, exista para o homem”, e não tenha sua existência desligada do homem, pois “se integrada no conjunto das forças de que se serve o homem para buscar a felicidade, estará a máquina apta a cumprir seu papel na obra de melhoria das condições existenciais dos indivíduos e dos povos”. Para resolver este problema, deve-se dar vida à civilização industrial, humanizar a máquina e desmecanizar o homem (1984, p.133 [1943a, nº28]).

Ao resolver o problema da *máquina* (tecnologia), o Estado Novo conseguiria resolver o problema da industrialização do Brasil. Este se definiria através do plano integral de conduta e conforme os princípios que lhe ditam a sua concepção orgânica do mundo. O autor observa ainda, que toda produtividade nacional está diretamente subordinada à siderurgia e em consequência à máquina. Por isso, é preciso que o Brasil desenvolva sua indústria siderúrgica, de forma que desenvolverá a indústria em geral no país (1984, p.135 [*idem*]).

FIGUEIREDO também destaca a importância do trabalho e dos trabalhadores para o regime estadonovista. Define-os da seguinte maneira: “Trabalhador é hoje esta coisa simples: todos os que produzem; e o trabalho, já agora, tem uma função social e um valor nacional” (1984, p.136 [*idem*]). Consistindo os trabalhadores naqueles que “concorrem para o engrandecimento econômico, social, artístico, científico, intelectual ou espiritual da nação”, a questão social deve abranger todos esses campos da sociedade, e que não é interesse apenas de uma classe, mas de todas. Portanto, as medidas de âmbito social não amparam apenas o proletariado, “mas também os funcionários públicos, os comerciários, os escritores, os artistas, os magistrados, os militares etc.” (*idem*). O autor prossegue seu pensamento utilizando as palavras de Getúlio Vargas a respeito dos trabalhadores:

Não distingo, na valorização do esforço construtivo o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do advogado, do industrial ou do agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração, não constitui mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o

surto de maiores possibilidades à nossa civilização (s.d., p.291 apud *idem*).

O trabalho, como é possível auferir dos trechos acima, não era considerado apenas como meio de sustento próprio, mas, sobretudo, um meio de servir a pátria. O trabalhador do Estado Novo é “um elemento permanente de progresso, uma constante da evolução nacional, uma célula vital do organismo pátrio”, tornando-se assim, um elemento de realização nacional, e não mais objeto de exploração capitalista (1984, p.136 [*idem*]).

De acordo com este contorno que o trabalho se reveste no Estado Novo na visão de FIGUEIREDO, o trabalhador assume a dignidade merecida de pessoa humana, pois neste regime

O trabalho não é sinônimo de castigo, não é critério de diferenciações sociais, não é meio de exploração do fraco pelo forte, não é um ônus, não é simples mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura; porque o trabalhador não se distingue por classes, não se inferioriza na classe, não é órgão do Estado, não é coisa sujeita às flutuações das crises, não é elemento de exploração capitalística (1984, p.175 [1943a, nº34]).

Paulo de FIGUEIREDO também define o trabalho através de uma concepção cristã, pois de acordo com esta, nas palavras do autor (*idem*), o trabalho é um dever social, “e só o cristianismo o conceitua como um dever social, só o cristianismo, por isso, o correlaciona a um direito e lhe assina um termo superior e humano a atingir”. O trabalho deve ser cristãmente conceituado para ser o denominador de toda a atividade humana. Além disso, ainda faz uma diferenciação das concepções de trabalho no comunismo, no fascismo e no liberalismo:

O homem vive, assim, pelo trabalho, mas não deve viver para o trabalho, e foi nessa desfiguração que se desumanizou a sociedade comunista. Deve viver ‘em’ trabalho, visando cada um a servir-se a si próprio, eis porque, também, na sociedade fascista, onde o homem trabalha para o Estado, há uma desumanização do trabalho. Ainda na sociedade liberal é desnaturado o trabalho, (...) visto que sacrificou, no operário, o homem com suas exigências espirituais imprescindíveis (1984, p.174 [*idem*]).

O autor constata que a política getuliana é essencialmente cristã, sobretudo devido ao modo que valoriza o trabalho e o trabalhador. Por ser o trabalho um elemento criador de valores eternos, “deve ser colocado em seu devido lugar, de

meio de realização pessoal dos homens e das nacionalidades”, porque só o cristianismo pode, “por compreender o homem em toda a sua capacidade de grandeza e de miséria, criar uma ordem onde o trabalho seja situado como instrumento capaz de estimular essa grandeza e evitar essa miséria” (*idem*). Conclui seu raciocínio afirmando que “só o cristianismo entende o homem como um ser verdadeiramente soberano, em função do qual as coisas devem ser dispostas” (1984, p.175 [*idem*]).

FIGUEIREDO destaca a categoria do funcionalismo em sua análise sobre os trabalhadores, pois são representantes do Estado e deles depende a eficiência dos serviços públicos. Por isso, o Estado Novo se empenhou em mudar a configuração deste grupo, que durante a Primeira República era classificado como um fator de estagnação, uma condição de apassivamento, uma clientela eleitoral à exploração do voto para satisfazer ambições políticas (1984, p.138 [*idem*]).

No novo regime, o funcionário público é agente da “organização social, órgão da administração, força construtiva da nacionalidade [...] e daí os novos processos de seleção de funcionários e de sistematização dos serviços públicos”, e ser servidor do Estado é “dar muito de si a causa pública, é por no trato das coisas públicas o interesse que pomos em nossos negócios” (*idem*).

Por fim, FIGUEIREDO atribui ao Estado Novo e seu líder o equilíbrio e a organização do país da forma mais adequada. No plano econômico, elogia a direção e a intervenção do Estado, de maneira que esta forma de agir do governo tornam a economia mais humanizada. No plano social, o autor afere que os homens foram colocados acima das classes, e isso resultou na harmonização dos interesses e na disciplinarização do trabalho. E, na ordem política, foi atingido o regime centralizador, sendo este o único compatível com a realidade geográfica e étnica do Brasil (1984, p.65 [1942a, nº11]).

Procuramos neste capítulo verificar as principais diretrizes do Estado Novo teorizadas nos artigos de Paulo Augusto de Figueiredo. O estudo da obra do autor, inserida em seu contexto, permitiu-nos demonstrar a importância dos intelectuais e de suas formulações ideológicas para o período, assumindo o papel de interpretar as necessidades da sociedade e de transmiti-las ao governo, com o objetivo de serem os formadores da opinião pública brasileira, e principalmente, seus representantes, revestindo-se do caráter de elite. Paulo Figueiredo soube exercer o papel do

intelectual divulgador, um ideólogo no campo político nacional durante o Estado Novo, através de uma visão de mundo política autoritário-tecnocrática, discutindo questões primordiais para a sociedade e o governo das décadas de 1930 e 1940, e fazendo com isso com que o poder central emanasse com todas as justificações no Estado de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos três capítulos desta dissertação, procuramos demonstrar de que forma se configurou a relação entre intelectuais e Estado durante o regime do Estado Novo. O ponto de partida foi uma análise mais abrangente sobre esta relação, de forma que possível traçar um eixo central das idéias dos intelectuais do período, além de fazer um histórico a respeito de suas atuações. Alguns aspectos se destacaram no cerne das idéias dos intelectuais autoritários, como o antiliberalismo, o nacionalismo, a autodenominação de elites dirigentes, suas atuações políticas juntamente com a de intelectuais, e em termos mais gerais suas propostas para a criação de um Estado autêntico, de acordo com a realidade nacional. Corroboramos este eixo de idéias por meio de um exame conciso das principais características de dois intelectuais relevantes do período, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, selecionados para esta pesquisa por representarem em seus ideários as diretrizes do Estado Novo.

Caracterizamos o Estado, principalmente entre 1937 e 1945, de autoritário, centralizador, intervencionista e corporativo. São aspectos visualizados em suas práticas e instituições, como na Constituição de 1937, assim como na teoria formulada pelos próprios intelectuais. Um dos espaços mais significativos onde esta inteligência brasileira formulava e discutia a ideologia dominante era a revista *Cultura Política*. Era uma revista mais teórica, aberta a diversas correntes, em que eram debatidas as diretrizes do Estado e da cultura, e que abordamos como um campo intelectual (BOURDIEU, 2002). Estes foram os pontos abordados no primeiro capítulo, cujo objetivo era dar uma notícia mais ampla a respeito da configuração do Estado Novo, e o significado da participação dos intelectuais no projeto de Estado. Compondo o grupo tecnocrata, os pensadores deram o suporte ideológico necessário ao governo de Getúlio Vargas, afirmando sistematicamente sua visão de mundo autoritária.

O segundo capítulo aborda de forma mais localizada a presença do Estado Novo, pois este é analisado a partir do estado de Goiás, e mais especificamente da revista *Oeste*. Esta publicação se colocou de dois modos distintos a serviço do governo federal e regional. Primeiramente como divulgadora da visão de mundo autoritária do Estado Novo e de sua doutrina, enfatizando o mito a figura de Getúlio

Vargas, ou seja, levando ao centro do país o arcabouço ideológico estadonovista. Em contrapartida, *Oeste* era produtora de ideologia, entretanto em função do governo de Pedro Ludovico Teixeira. Colocando Getúlio Vargas e Pedro Ludovico paralelamente como heróis, um nacional e outro regional respectivamente, a revista faz questão de mostrar todos os benefícios acarretados pelo regime vigente e seus governantes. O principal deles seria a construção de Goiânia, apresentada como símbolo do progresso e da modernidade do Estado Novo e principalmente de Pedro Ludovico, o idealizador dessa obra. Também abordada como um campo intelectual (BOURDIEU, 2002), *Oeste* se configura como uma revista essencialmente política, apesar de se autodenominar como revista literária, causando assim, conflitos internos entre os colaboradores e o corpo editorial devido aos seus interesses diversificados.

Dentre as figuras de maior destaque na revista *Oeste*, e que constitui o objeto principal de nossa pesquisa e do terceiro capítulo, está Paulo Augusto de Figueiredo. Natural do Rio de Janeiro, bacharel em Direito, que chegara a Goiânia em busca de novas oportunidades conseguindo estabelecer relações com o Interventor do estado logo de início. Ocupou cargos importantes, como o de Presidente do Conselho Administrativo e Procurador do Estado, sabendo lidar com sua posição e não ficando desamparado ao fim do Estado Novo, com uma boa colocação na capital federal, e que manteve até o fim da sua vida.

A revista *Oeste* serviu-lhe como espaço de expressão de suas idéias, assim como de dominação, como mostram os depoimentos de vários colaboradores da época que afirmaram ser Figueiredo o responsável pela configuração da revista, apesar de não ter ocupado cargo de direção em nenhum momento. Além disso, fez-se bastante presente com seus artigos na revista *Cultura Política*, que, como vimos, possuía alcance nacional e tinha entre seus colaboradores proeminentes intelectuais do período. Paulo Figueiredo, desta forma, fazia a conexão de idéias entre o centro do poder e Goiás. Seus artigos evidenciam a inserção do autor nas discussões do momento no país, ao defender diretrizes como Estado autoritário, centralizado, interventor e corporativo, e citando outros intelectuais brasileiros e estrangeiros. Entretanto, ressaltamos que a contribuição de Figueiredo se restringe ao nível das discussões e da divulgação, sem produzir ideologia necessariamente, mas aderindo a visão de mundo tecnocrática.

Desta maneira, resumimos aqui os resultados de nossa pesquisa acerca de Paulo Augusto de Figueiredo, a revista *Oeste* e o Estado Novo e os intelectuais de forma geral. Como pôde ser visto no desenvolvimento do trabalho há poucos estudos feitos sobre Paulo Figueiredo e a *Oeste*, o que justifica a nossa pesquisa a se tornar um termo de contribuição para a história intelectual e política de Goiás e do Brasil no período de 1930 a 1945.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional, 1934.
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- _____. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- BASTOS, Élide Rugái *et alli*. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASTOS, Élide Rugái. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- _____. Paulo Augusto Figueiredo e o pensamento autoritário no Brasil. In BASTOS, *op. cit.* 2006, pp 121-142.
- BEIRED, José Luiz Bendicho. *Sob o signo da nova ordem – Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BERDIAEFF, Nicolau. *Uma nova Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- BERNARDO, João. *Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987
- _____. *Campo de poder, campo intelectual*. Argentina: Editorial Montessor, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do Estado patrimonial ao gerencial” in PINHEIRO, WILHEIM, SACHS (orgs.). *Brasil: Um Século de Transformações*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001: 222-259.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. São Paulo, FFLCH – USP, 1985 (tese de doutorado).
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional” in PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia:

Editora da UFG, 2ª edição, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. JR GUANDALINI, Walter. “Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV nº 32, 2003, p.01-23

D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DAYRELL, Eliane Garcindo. “Oeste – Ideologia e História” in *Inter-Ação, Revista da Faculdade de Educação da UFG*. Goiânia: ano 2, nº4, 1ºsem 1977, p.11-57.

DINIZ, Eli. “Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais” in PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

DINIZ, Eli. “Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea”. In *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, ano 04, n.15, 2001, p.13-22.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 1997.

FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

FIGUEIREDO, Paulo de. *Aspectos ideológicos do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, 1984.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GALLI, Ubirajara. *A história do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Ângela de Castro. OLIVEIRA, Lucia Lippi. VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 2ª ed.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d..

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação” in FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano, volume 02: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

MANOILESCO, Mihail. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

OESTE: revista mensal. Goiânia: UCG, 1983. (Reprodução fac-similar impressa).

OESTE: revista mensal. Goiânia: AGEPEL, 2001 (Reedição integral fac-similar virtual).

PEÇANHA, et al. “Os intelectuais e o Estado Novo: um estudo sobre o nacionalismo nas páginas da revista Cultura Política (1941-1945)” in *Revista Iniciação Científica*. Belo Horizonte: Newton Paiva, sd.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980” in *A Revolução de 30: seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1980.

ROLLAND, Denis, “O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais”. IN: BASTOS, Elide Rugai. et alli. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 95-120.

SILVA, José L. Werneck. “O Feixe: O autoritarismo como questão teórica e historiográfica (Vol.1)” in *O Feixe e o Prisma, Uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Câne Editorial, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na Primeira República” in MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980.

SOUZA, Ricardo Luiz de. “Os caminhos da modernidade em Azevedo Amaral”. In *Sociedade e Cultura*, vol. 08, n. 01, Goiânia, UFG, janeiro-junho 2005, pp. 71-81.

TELES, José Mendonça (org.). *Memórias Goianienses*. Goiânia: UCG/SUDECO, 1986.

VELL0S0, Mônica Pimenta. “Uma configuração do campo intelectual”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)